



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FRANCISCO FÁBIO SOARES CARVALHO

**O SURGIMENTO DO LULISMO NO PIAUÍ E SEU IMPACTO NAS
ELEIÇÕES DE 2006**

**TERESINA
2016**

FRANCISCO FÁBIO SOARES CARVALHO

**O SURGIMENTO DO LULISMO NO PIAUÍ E SEU IMPACTO NAS
ELEIÇÕES DE 2006**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Alaggio Ribeiro.

Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

**TERESINA
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos
Castello Branco Serviço de Processamento Técnico

C331s

Carvalho, Francisco Fábio Soares.

O surgimento do lulismo no Piauí e seu impacto nas eleições
de 2006 / Francisco Fábio Soares Carvalho. - 2016.

105 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade
Federal do Piauí, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro.

1. Lulismo. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Programas Sociais. I. Título.

CDD 335.820

FRANCISCO FÁBIO SOARES CARVALHO

O surgimento do lulismo no Piauí e seu impacto nas eleições de 2006

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Estado, desenvolvimento Econômico e Social.


Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Aprovado em 08 de Agosto de 2016.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Cláudio André de Souza (UCSAL)
Examinador Externo



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

De antemão, agradeço em primeiro lugar a Deus pela minha vida, pelas oportunidades que venho abraçando, pelo crescimento espiritual e intelectual, que venho tendo nos últimos anos que tem fortalecido a minha moral e os valores a qual tanto prezo: a virtude, a justiça, a paz, a temperança, a fé, o respeito para com as pessoas, a humildade verdadeira.

Em segundo lugar, agradeço a minha família em especial aos meus pais, sobretudo, porque foram eles que me constituíram no seio de um lar, em que minimamente havia uma estimulação sistemática do respeito, do companheirismo, do amor, da valorização de todas as conquistas por menor que elas fossem da esperança de dias melhores, e fizeram-me acreditar que só por meio do trabalho e do estudo é que se podem almejar dias melhores.

Agradeço também ao Mestrado em Ciência Política, na figura do seu corpo docente, ao meu orientador Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro, pela inestimável paciência e brilhante ajuda, ao professor Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, pela sua magnífica contribuição que corroborou para que o trabalho fosse concluído.

Agradeço aos demais professores, o professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior, pelas observações inteligentes, ao professor Dr. Jesusmar Ximenes, à professora Dr^a. Monique de Menezes, ao professor Dr. Nelson Juliano, ao professor Dr. Cleber de Deus Pereira, e a todos os outros que eu não tive a oportunidade de ser aluno.

Também ofereço esse trabalho aos meus amigos do mestrado, Etasmda, Francisco Reis, Débora Galvão, Kátia Aline, Kaline, Márcio Gomes, Francisco Reis, Beatriz Ribas, Tariana Lustosa, etc. Com os quais passei bons momentos juntos, e que foram bastante prazerosos, para mim, pessoas inteligentes e esforçadas que contribuíram de alguma forma para a construção do conhecimento, tanto para o curso quanto para mim mesmo. A todos, obrigado, sucesso e dedicação em nossa jornada.

Aquele que busca a verdade deve buscar a ordem no tempo externo para que ele seja impelido a essa mesma ordem pela realidade divina fora do tempo."

Eric Voegelin
(*Ordem e História*, vol. V)

RESUMO

O lulismo é um fenômeno político verificado a partir das eleições de 2006, que emerge dos programas sociais, da hegemonia político-partidária, de um realinhamento eleitoral, amparado pela construção da imagem de Lula, e pela sua plataforma política. O objetivo geral de nosso trabalho é mostrar a influência do fenômeno sobre as eleições de 2006, no Estado do Piauí. O trabalho abordará este fenômeno social se utilizando da literatura em questão para explicá-lo tentando entender o que ele significa e a sua importância como variável primordial para a vitória em pleitos eleitorais. Analisamos o processo de formação do partido dos trabalhadores, utilizando-se, amplamente, de farta documentação para corroborar sua trajetória. A partir desse estudo inicial podemos entender as múltiplas transformações ao qual o partido vem sofrendo durante esse período, sobretudo, o que diz respeito ao seu viés ideológico e ao seu programa político. O capítulo dois analisa a eleição de 2002, a vitória de Lula e Wellington Dias, os determinantes do voto no Brasil, a identificação partidária e a influência ideológica nos pleitos. O capítulo três faz uma análise teórica do lulismo, o seu significado, a sua manifestação no eleitorado, para podermos perceber a sua influência nas eleições. Levamos em consideração também os indicadores econômicos, o Programa Bolsa Família e o seu percentual de cobertura no Piauí.

Palavras-chave: Lulismo. Partido dos Trabalhadores. Programas Sociais.

ABSTRACT

This research aims to study a political, singular phenomenon, which has been becoming noticeable in recent years in Brazilian society. This phenomenon is called “Lulismo”. This work will address this social phenomenon using the literature in question to explain it trying to understand what it means and its importance as a key variable for victory in elections. Chapter one analyzes the process of formation of the “Partido dos Trabalhadores”, using widely, from extensive documentation to support his career. From this initial study we can understand the multiple transformations to which the political party has suffered during this period, especially what concerns the ideological bias and its political program. The chapter two analyzes the 2002’s election, the victory of Lula and Wellington Dias, the determinants of voting in Brazil, party identification and ideological influence in the elections. Chapter three is a theoretical analysis of “Lulismo”, its meaning, its manifestation in the electorate, in order to realize its influence in the 2006 elections in our state. We take into account also the economic indicators, the “BolsaFamília” Program and its percentage of coverage in Piauí.

Keywords: Lulism. Political party. Social Programs.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Eleição presidencial de 2002: votos no primeiro turno.....	58
Gráfico 2.2 - Partidos que possuem representação na Assembleia Legislativa do Piauí entre os anos de 1986 e 2006.....	63
Gráfico 3.1 - Administração do Presidente Lula de 2003 a 2006 (%).....	81
Gráfico 3.2 - Índice de confiança dos eleitores em Lula de 2003 a 2006 (%)	83
Gráfico 3.3 - Representação do desempenho do governo Lula: avaliação da administração, intenção de voto	84
Gráfico 3.4 - PIB do Brasil entre os anos de 1995 a 2006 (%)	85
Gráfico 3.5 - Índice de Gini no Brasil (1976-2004)	86
Gráfico 3.6 - Gráfico do PIB do Piauí – 2002-2006.....	89
Gráfico 3.7 - Percentual de Cobertura do Programa Bolsa Família no ano de 2006	90
Gráfico 3.8 - Correlação entre Votação do Lula (2006) e Wellington Dias (2006)	93
Gráfico 3.9 - Correlação da votação por municípios no Piauí de Lula e Wellington Dias (2002)	94
Gráfico 3.10 - Correlação da votação por municípios no Piauí de Lula e Wellington Dias em 2006.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano – 1991/2005.....	87
Quadro 3.2 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento, por Sexo no Piauí – 2003/2007	88
Quadro 3.3 - Produto Interno Bruto em Milhões de Reais (2002-2006)	88
Quadro 3.4 - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto 2003-2006 (%)	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Recursos oriundos do Fundo Partidário	46
Tabela 1.2 - Doações de pessoas jurídicas ao Diretório nacional entre 1996 e 2002 (em %).....	47
Tabela 2.1- Distribuição de estratos sociais brasileiros com base nos dados do ESEB(2002)	60
Tabela 2.2 - Renda.....	61
Tabela 2.3 - Renda Média dos brasileiros entre os anos de 2001 e 2005	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A FORMAÇÃO DO PT, A ASCENSÃO DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA E OS PROGRAMAS SOCIAIS	17
1.1 Formação do PT	23
1.2 Mudanças estruturais dentro da agenda do PT: a influência de Gramsci na esquerda latino-americana	28
1.3 A estratégia gramscista: a busca pela hegemonia política	30
1.4 Reformas nos partidos de esquerda e a sua habilitação para concorrer democraticamente no jogo eleitoral	30
1.5 A virada definitiva: a democracia petista	37
1.6 Caminhos para a chegada ao Executivo Federal em 2002 e a política social	42
1.7 A rede de proteção e políticas sociais e sua aplicação	48
2 ELEIÇÕES 2002: FATORES DETERMINANTES DO VOTO, COMO VOTAM OS ELEITORES BRASILEIROS?	54
2.1 Indicadores da vitória de Lula em 2002: voto, estratos sociais e renda	56
2.2 A política no Piauí e a vitória de Wellington Dias em 2002.....	62
3 O LULISMO NO PIAUÍ	70
3.1 Do petismo ao lulismo	71
3.2 O lulismo segundo André Singer.....	73
3.3 O lulismo segundo Perry Anderson	77
3.4 Eleições de 2006 e a manifestação do fenômeno	78
3.5 O lulismo no Piauí e a vitória de Wellington Dias em 2006	85
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, busca-se mostrar a influência do fenômeno político, conhecido como lulismo, e seu impacto sobre o estado do Piauí, mais precisamente nas eleições de 2006 que foram vencidas por, Luis Inácio Lula da Silva, para a presidência da República, e Wellington Dias para o governo do Estado. Poderíamos defini-lo como sendo um modelo de mudança dentro da ordem, que busca um caminho de conciliação de setores governistas, de apaziguamento dos conflitos sociais, a partir do carisma de Lula, com amplos setores da sociedade. Busca-se um amplo pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica vigente no país, associada às políticas de distribuição de renda.

A pesquisa tenta elucidar esse fenômeno político nacional que vem chamando a atenção de especialistas no assunto, e seus desdobramentos no Estado do Piauí, para influenciar pleitos eleitorais. Por vezes, o termo lulismo, é de difícil interpretação devido às múltiplas explicações que lhe apregoam. Aparentemente, o termo não se enquadra em uma abordagem clássica: não é definido como uma teoria, uma ideologia, como uma corrente política, nem mesmo entre seus partidários encontra-se um entendimento plausível para sua explicação.

Segundo, André Singer:

O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação. No entanto, é preciso arriscar os sentidos, as resultantes das forças em jogo, se desejamos avançar na compreensão do período (SINGER, 2012, p.9).

A dificuldade na definição torna-se mais clara por que o lulismo é um fenômeno histórico impar na política brasileira, consequência de uma conjuntura de hegemonia partidária, o governo Lula que se estendeu entre os anos de 2003-2010. Portanto, em virtude da complexidade do termo adotamos em nosso trabalho os conceitos adotados por: André Singer e Perry Anderson. Ambas as interpretações são as que mais se aproximam, pela similaridade com que os com os autores analisam o fenômeno.

Um aspecto fundamental para entender o lulismo, são as variáveis que revelam a manifestação do mesmo no eleitorado, as quais devem ser consideradas como hipóteses que possibilitam a sua identificação. A contemplação desse objetivo é necessária, uma vez que é significativo identificar as variáveis que dão vida aos

fenômenos sociais (VAN EVERA, 1997; ELSTER, 2006).

A literatura que aborda os determinantes do voto no Brasil considera que a variável referente à avaliação da administração de um governante contribui para explicar o sucesso e o insucesso eleitoral dos candidatos. Essa variável, entretanto, não pode ser apontada como suficiente para delimitar o ganho eleitoral do candidato, é uma condição válida para propiciar o sucesso eleitoral do competidor (ALMEIDA, 2008; LAVAREDA, 2009; OLIVEIRA; SANTOS, 2009).

É lugar comum entre os autores de que quanto mais à administração de um governante é aprovada, maior é a probabilidade de este gestor ser reeleito. Ressalta-se que a literatura entende que gestões bem administradas se correlacionam com o bom desempenho da economia. Portanto, a melhoria dos fatores econômicos sentidos pelo eleitor possibilita que ele aprove o governo de um presidente (FIORINA, 1981).

A imagem política, os atributos pessoais dos candidatos, a identificação ideológica e o desempenho do governo em exercício, sobretudo, na área econômica, são alguns dos fatores que constroem a escolha do eleitor. Os atributos dados aos candidatos pelos eleitores possibilitam a identificação de qual é a imagem que estes têm dos competidores numa dada disputa eleitoral.

Os indivíduos realizam suas escolhas baseados em crenças e expectativas do que poderá vir a ocorrer diante de determinada ação (ELSTER, 1997; AOKI, 2007). A variável, confiança/credibilidade, por exemplo, está associada à crença. Nesse caso, o eleitor acredita/confia que o candidato escolhido por ele atenderá às suas expectativas caso eleito. O lulismo se baseia muito nessa projeção, que se forma por atributos, a grande identificação do eleitor com o candidato e políticas sociais consolidadas, possibilitam a formação de crenças e cria expectativas no eleitor recompensadas com o voto. (CARREIRÃO, 2002).

Considerando o eleitorado brasileiro, poderíamos afirmar que o lulismo significa uma manifestação política por parte dos eleitores em relação ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, e extensíveis aqueles que estão associados ao ex-presidente e a sua imagem como, por exemplo: Wellington Dias em 2006. Que venceu as eleições em nosso estado se apropriando do discurso lulista, pelo menos em parte. Percebido nos altos índices de aprovação e confiança dos eleitores na sua administração e pessoa.

Em 2002, as eleições parecem ser definidas por outros fatores, a

literatura indica que a vitória de Lula estaria muito mais relacionada à identificação ideológica, a percepção positiva do eleitorado sobre o candidato e sobre suas propostas de governo, desconfiança em relação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e sua política de privatizações. No Piauí, Wellington Dias se beneficiou da ruptura das elites políticas que até, então, sempre se mantiveram no poder e das alianças que o partido fez com parte dessas elites dissidentes, bem como o discurso do seu programa de governo bastante engajado nas questões sociais, e na inclusão política dos grupos menos favorecidos.

Por fim, observamos de modo geral, que o fenômeno social-político, lulismo, tem as seguintes características: a) se expressa por meio da admiração que os eleitores têm pela gestão do presidente Lula e a confiança que nele depositam; b) surgiu, em âmbito nacional, nas eleições de 2006, como um fator de realinhamento ideológico; c) existe, no Piauí, independentemente da posição ideológica e do estrato econômico do eleitor, sendo que em, nosso estado, reforça o personalismo na política e enfraquece os partidos políticos; d) deve ser considerado como um novo determinante do voto para explicar a escolha do eleitor.

Nesse sentido, o fenômeno social no Estado, se manifesta mediante as seguintes variáveis: aprovação a administração do presidente Lula, e aqueles que se associam ao mesmo, reconhecimento do eleitor, merecimento e contribuição para a melhoria de vida dos seus moradores, a importância do Programa Bolsa Família e a sua cobertura no estado, o aumento do IDH, a variação dos votos e o seu aumento nos candidatos ligados ao lulismo.

O Programa Bolsa Família é apontado pela literatura como uma das variáveis mais importantes para o lulismo, e verifica-se sua relação com o voto, é lógico que o programa por si só não é suficiente para explicar essa relação, mas sua análise oferece indícios para entendermos o fenômeno.

As pesquisas, conforme as abordagens metodológicas que englobam, são classificadas em dois grupos distintos – o qualitativo e o quantitativo. Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como

principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa (ALVES, 1991; GOLDENBERG, 1999; NEVES, 1996; PATTON, 2002).

As divergências entre as abordagens qualitativa e quantitativa refletem diferentes epistemologias, estilos de pesquisa e formas de construção teórica. Convém reiterar, no entanto, que os métodos quantitativos e qualitativos, apesar de suas especificidades, não se excluem. Deve-se lembrar, porém, que cada método possui características próprias e são adequados a propósitos de pesquisa específicos.

A metodologia do trabalho é de caráter quantitativo. Seguindo ensinamentos de Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Utiliza a teoria para desenvolver as hipóteses e as variáveis da pesquisa; – examina as relações entre as variáveis por métodos experimentais ou semi-experimentais, controlados com rigor; – emprega, geralmente, para a análise dos dados, instrumental estatístico; – confirma as hipóteses da pesquisa ou descobertas por dedução, ou seja, realiza previsões específicas de princípios, observações ou experiências (DENZIN; LINCOLN, 2005; NEVES, 1996; HAYATI; KARAMI; SLEE, 2006).

O método empregado foi à correlação linear simples. Usada em estatística para designar a força que mantém unido dois conjuntos de valores. A verificação da existência e do grau de relação entre as variáveis é o objeto de estudo da correlação. Procura-se verificar se existe relação entre duas ou mais variáveis, isto é, saber se as alterações sofridas por uma das variáveis são acompanhadas por alterações nas outras (RICHARDSON, 1989).

Em nossa pesquisa coletamos dados do (PBF), Programa Bolsa Família, documentos do Partido dos Trabalhadores, jornais do estado do Piauí, que comentam a vida política em nosso estado a época das eleições, dados do (TSE) Tribunal Superior Eleitoral, e também a literatura especializada no assunto em questão, dados do (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (MDE) Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social e (SAGI), Secretária de Avaliação e Gestão da Informação.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O capítulo um faz uma análise do processo de formação do PT, as mudanças que ocorreram dentro da agenda do partido, observando a mudança ideológica e política que a agremiação sofreu, afastando-se de seu viés mais à esquerda, até transforma-se em um partido que abraça a causa democrática, competindo eleitoralmente nos mesmos moldes dos partidos que compõem o sistema político. Além, de abordamos algumas políticas sociais do governo Lula.

O capítulo dois analisa os fatores que levaram a vitória de Lula em 2002, os determinantes de seu voto, e também a política no Estado do Piauí, e os motivos que levaram a conquista do pleito de 2002, por Wellington Dias, que se sagrou vencedor com uma boa margem de votos.

O capítulo três o mais substancial, explicamos o que é o lulismo, e a influência deste no Piauí, como fator de grande relevância para as vitórias do PT, no Estado. Mas antes de chegarmos ao objeto da pesquisa, faremos, uma breve análise teórica das mudanças paradigmáticas que a esquerda sofreu, considerando a influência do pensamento de Antônio de Gramsci com o seu conceito de hegemonia, as mudanças sofridas pela esquerda europeia culminando no projeto social democrata, que vai ressoar por aqui, a adoção da agenda de reformas sociais seguida pela esquerda latino-americana, tendo o estado como seu promotor.

1 A FORMAÇÃO DO PT, A ASCENSÃO DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA E OS PROGRAMAS SOCIAIS

A preocupação contemporânea dos governos em fornecer políticas voltadas para promover transformações na natureza e no papel, bem como seus limites em escala global (KETTL, 1999) conferiu à reforma do Estado o *status* de tema central na agenda contemporânea de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento, abrangência, e iminência de políticas públicas e sociais.

Para os países latino-americanos adequarem-se ao novo cenário internacional de globalização e regionalização, e superarem o esgotamento dos modelos de substituição de importações no âmbito de um marco democrático, torna-se necessário a criação de condições políticas para a efetivação da transformação produtiva com ênfase na equidade e o resgate da dívida social. Nesta perspectiva, o Estado deve ser o principal veículo dessa mudança.

Os debates entre liberais e desenvolvimentistas sobre o tamanho do Estado cede lugar a governabilidade. Como nos sugere [Przeworski, Bresser e Maravall (1993)], o “Estado desenvolvimentista é aquele que reúne as condições de governabilidade para promover os ajustes requeridos na estrutura produtiva, redirecionando a economia para um novo modelo de desenvolvimento”. A distinção fundamental entre os dois modelos que se apresentam como minimizadores da desigualdade tratam da contraposição entre universalização e focalização.

Em se tratando do critério de alocação e da população-objetivo, o modelo tradicional define uma ampliação progressiva da prestação de serviços e distribuição de benefícios, com financiamento público para todo o universo de beneficiários (SOUSA, 1999). “Entretanto, como a cobertura se expande de cima para baixo, dos setores mais organizados e corporativos para a massa nebulosa e desorganizada, o Estado acaba por concentrar seus esforços nas classes médias” (COHN, 2000, p.25). O modelo atualmente proposto sugere que o Estado deveria focalizar a sua ação nos mais carentes e estimular mecanismos, como o cofinanciamento, para os que têm capacidade contributiva, direcionando o gasto social para a população-objetivo dos mais necessitados. (BRESSER PEREIRA, 1999).

Enquanto o modelo vigente se baseia em um Estado fortemente centralizado, responsável direto pelo desenho, formulação, implementação e financiamento das políticas sociais, a nova perspectiva privilegia a desconcentração

e a descentralização. Transfere-se o poder de decisão sobre a alocação de recursos a esferas subestatais, que podem atuar de maneira mais informada, em conjunto com atores não-governamentais, e sujeitos ao controle social dos agentes envolvidos no processo.

O enfoque da política social deixa de ser nos meios, ou seja, na ampliação da oferta de serviços e da cobertura, por meio do aumento da infraestrutura social, que se reflete no indicador Gasto Público Social. O novo paradigma preocupa-se mais com a meta de produzir impacto sobre determinados grupos na população-objetivo, privilegiando o indicador custo-impacto. Tal redirecionamento da política social está relacionado com o papel do Estado na transição dos modelos de desenvolvimento. (FAGNANI, 1997).

Assim, como o Estado desenvolvimentista sustentava-se politicamente com o apoio das classes organizadas, direcionando para estas a política social, o novo Estado direciona o gasto social para os grupos mais necessitados, de forma a amortecer a implementação das políticas de ajuste, operacionalizando o novo modelo econômico por meio da preservação do tecido social e, portanto, da capacidade de governo; da consolidação de uma imagem externa favorável e otimista para a atração de capitais estrangeiros; e da compatibilização com estruturas clientelísticas de manutenção do poder (FARIA, 2002).

Neste início de século XXI a América Latina passa por um momento de redefinição das agendas governamentais no que tange as políticas sociais e aos sistemas de proteção social. Em um quadro geral marcado pelas vitórias eleitorais de lideranças de esquerda e de centro-esquerda, é possível observar a busca por novas estratégias e modelos de crescimento econômico e de inserção no cenário internacional, bem como a definição de uma nova agenda social, em direção a construção de um novo modelo de Estado que articula proteção social com crescimento econômico e carrega em seu legado tanto aspectos das políticas desenvolvimentistas quanto das políticas neoliberais que estiveram em voga na região ao longo do século XX (DRAIBE; RIESCO, 2009).

Uma vez que é possível observar uma redefinição profunda da agenda social em toda a América latina, pensamos se estaria em vias de construção um novo modelo de proteção social, nesta região marcada historicamente pela desigualdade social, pelo baixo crescimento econômico pela incapacidade demonstrada até então de uma redução significativa e duradoura da pobreza? A

partir destas perguntas podemos começar a desenvolver nossa fundamentação.

O ponto de partida da análise é a dinâmica de interação entre as duas macro políticas que influenciaram de maneira decisiva o desenho dos sistemas de proteção social na América Latina ao longo do século XX: o modelo desenvolvimentista e o neoliberal. Algumas tendências se encontram nos dois modelos: a aceleração da urbanização e da transição demográfica, a consolidação de modernas elites empresariais, o crescimento das massas assalariadas urbanas, a elevação do nível de escolaridade da população, a melhoria das condições de saúde, dentre outros (COHEN, 2003).

Nas duas últimas décadas as mudanças são percebidas nos seguintes aspectos: ambiente altamente favorável a empresas e investimentos estrangeiros, dependência dos fluxos financeiros externos, padrões modernos de vida e de serviços sociais, destinados as classes média e alta, além de, no plano dos valores e das ideias, a emergência de novas visões referentes ao Estado, a economia, a liberdade, e as relações entre Estado e Sociedade. No plano político, “a terceira onda de democratização” impulsionou a estabilização dos regimes democráticos e a criação de canais possibilitando a participação da sociedade nas discussões sobre políticas públicas. (RIESCO, 2007).

Sob esse ponto de vista percebe-se que houve significativas melhoras em matéria de eficiência e efetividade dos serviços sociais públicos, além do aumento da cobertura e da qualidade em áreas como educação e saúde. Mas para Fleury (2004) fica claro que mais importante do que procurar aspectos positivos ou negativos, é importante ressaltar a relativa incapacidade dos sistemas de proteção social latino-americanos em oferecer efetiva proteção contra os riscos sociais que mais fortemente ameaçam as pessoas atualmente. Neste ainda incipiente terceiro momento histórico, quando desenvolvimentismo e neoliberalismo dão lugar a algo diferente, é possível observar três mudanças relativas aos sistemas de proteção social:

- 1) uma alteração ainda embrionária, mas já perceptível, dos entendimentos estritos e limitados de pobreza e inclusão social, para conceitos mais amplos de liberdade e coesão social
- 2) em relação às estratégias de luta contra a pobreza, a centralidade dos programas de transferência de renda, como mecanismos, suplementares aos programas universais de educação e saúde
- 3) os impactos da descentralização e o maior protagonismo, autonomia e capacidade institucional na gestão das políticas sociais (DRAIBE, 2009, p. 15).

Essas mudanças podem ser consideradas indicadores importantes da nova agenda social emergente, na qual os programas sociais funcionam como estimuladores do crescimento econômico, com destaque para programas ativos de expansão do mercado de trabalho, bem como o papel central desempenhados pelos fundos de pensões (RIESCO, 2007).

A partir desta perspectiva macro podemos delimitar especificar ainda mais o recorte para podermos vislumbrar o caso brasileiro. A política social é uma dimensão necessária da democracia nas sociedades e está estreitamente ligada aos valores da equidade. No quadro institucional, as políticas sociais integram um sistema de ação complexo resultante de inúmeras causalidades e distintos atores e campos de ação social e pública: “proteção contra os riscos combate à miséria, desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades e o exercício pleno da cidadania” (IVO, 2004). Nesse sentido elas são instrumentos institucionais forjados com o objetivo de assegurar a cada um as condições materiais de vida que permitam ao cidadão exercer seus direitos sociais e cívicos.

Segundo Fiori (1997), as políticas de proteção social em cada país são determinadas pelo padrão e o nível de industrialização, a capacidade de mobilização dos trabalhadores, a cultura política de uma nação, a estrutura de coalizões políticas e a autonomia da máquina burocrática em relação ao governo. Assim, podem-se compreender as características estruturais de cada sistema de proteção social sem se recorrer a uma concepção linear de desenvolvimento das políticas sociais. O caso brasileiro, sob esse ponto de vista, torna-se um padrão, dentre os vários existentes, de intervenção e regulação social do Estado. Ou seja, “a intervenção do Estado Brasileiro é específica, mas preserva características de tendências gerais” (DRAIBE, 1993).

Como já fora dito no caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 ampliou sobremaneira o sistema de políticas sociais e esse pano de fundo institucional foi adotado como variável de contexto para a promoção de políticas encetadas a partir da década de 1990. As políticas sociais brasileiras desenvolveram-se a partir do início do século XX, por um período de 80 anos, configurando um modelo de proteção social somente alterado com a Constituição de 1988. O sistema de proteção social brasileiro, até o final da década de 80, combinou um modelo de seguro social na área da previdência, incluindo atenção à saúde, com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais

(FLEURY, 2004).

Denominado por Arretche (2002) como primeiro ciclo de reformas, a Constituição Federal de 1988 foi um relevante marco institucional ao apresentar um novo modelo de seguridade social. Tal padrão passou a estruturar a organização e o formato da proteção social brasileira, em busca da universalização da cidadania, subsidiada em relativa autonomia para os entes federados e da consagração dos direitos sociais. No novo formato de seguridade social buscou-se romper com as noções de cobertura restrita a setores inseridos no mercado formal e abrandar os vínculos entre contribuições e benefícios, gerando mecanismos mais solidários e redistributivos. Os benefícios passaram a ser vistos a partir da ótica das necessidades, com fundamento nos princípios da justiça social, o que tornou compulsório a extensão da cobertura da população (FLEURY, 2004).

A inclusão da previdência, da saúde e da assistência no âmbito da seguridade social introduziu a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania. Antes, esses direitos eram restritos à população beneficiária da previdência. (FLEURY, 2004, p. 113).

Outra questão importante é a ampliação da noção de cidadania e dos direitos tendo como perspectiva de análise os argumentos de Marshall (1967, p. 87-88) sobre a construção da cidadania, tomando o caso inglês como exemplo para efeito de comparação. O autor destaca os problemas que houve, pois “os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e a falta de oportunidade econômica”.

Os direitos sociais, porém, voltados a atenuar desigualdades reais entre os cidadãos, só podem ser patrocinados pelo Estado, pois este possui funções reguladoras para incidir na questão do status formal de cidadão vs. situação real de classe, nos termos propostos por Marshall (1967). O desenvolvimento da democracia e as contradições entre o plano real e formal da cidadania demandam, assim, a intervenção estatal para equilibrar expectativas e possibilidades de inclusão social. Segundo Marshall (1967), portanto, as políticas públicas deveriam garantir um mínimo de serviços essenciais viabilizadores do *status* real da cidadania para os indivíduos poderem usufruir da herança social e econômica do país.

Em resumo, os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de

igualdade, considerando a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de maneira integrada e aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa européias (MARSHALL, 1967).

Se esse mesmo modelo for utilizado para se analisar a evolução dos direitos sociais no Brasil, contudo, nada parece confirmar a mesma trajetória de desenvolvimento. Sobretudo, como será visto, houve um grande atraso histórico para o País se aproximar da trilha da universalização dos direitos. Antes de garantir direitos mínimos para amplas parcelas da população, criou-se um sistema que aprofundou a desigualdade social e a exclusão, pautado por incorporação meramente formal, ainda que legalmente amparada. Esse modelo, iniciado após 1930, ao se basear na estratificação funcional com base no mercado de trabalho, só fez ampliar os níveis de desigualdade real entre setores da sociedade (KERTENETZSKY, 2012).

José Murilo de Carvalho constata em sua obra *Cidadania no Brasil o Longo Caminho* (2002), a inversão da ordem cronológica no avanço dos direitos no Brasil –, define como sendo de baixíssimo impacto o exercício da cidadania no país no pós-1930. Isso se deu, segundo o historiador, pelo fato de os direitos sociais terem sido introduzidos antes da expansão dos direitos civis. Os avanços trabalhistas, longe de serem conquistados, foram doados por um governo cooptador – e posteriormente ditatorial – cujos líderes pertenciam às elites tradicionais, sem vinculação autêntica com causas populares.

Essa responsabilidade acaba por ficar a cargo de outras instituições. No caso brasileiro, essa tarefa tem sido desenvolvida pelo Estado. Tendo em vista que a lógica da sequência descrita por Marshall (1967) segue uma ordem contrária ao que se percebe historicamente: a pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. Os direitos sociais vieram primeiro, nos anos 1930, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por Getúlio Vargas, isso explicaria, em parte, a origem do Estado clientelista no país. O autor verifica que a falta de liberdade política sempre foi compensada pelo autoritarismo do Brasil pós-1930, com o paternalismo social. (CARVALHO, 2002).

Provavelmente em função da inversão da pirâmide de Marshall – justamente pela falta de exercício dos direitos pela população –, o ciclo dos direitos responsáveis pela aquisição da cidadania no Brasil completou-se, mas não

consegue atingir vastas partes da população. Se não bastasse, no momento em que o ciclo dos direitos parece tomar forma no Brasil, as rápidas transformações da economia internacional ameaçam essa condição, pois exigem a redução do tamanho do Estado – promotor dos direitos do cidadão (CARVALHO, 2002).

Em suma o atual Estado Brasileiro caracterizado por vastas políticas sociais financiadas pelo Estado, carrega traços de um “Estado de Bem-Estar Social”. O sistema de proteção social brasileiro caracterizou-se, ao longo de muitos anos, como pontual e fragmentado, resistindo em reconhecer a proteção social como um direito a ser garantido pelo Estado aos indivíduos. Somente com a Constituição de 1988 é que a proteção social passou a ser concebida, de fato, sob a perspectiva de direito da cidadania, configurando-se, portanto, em um Estado assistencialista (KERSTENETZKY, 2012).

Incluiria os programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação e exercício dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade como incluídos na condição de cidadania, gerando, por conseguinte, uma pauta de direitos e deveres. Esta relação jurídica de reciprocidade inclui além dos direitos sociais, direitos civis e políticos, e ainda que cada um destes tenha tido um desenvolvimento histórico diverso, atualmente estão relacionados e vinculados à noção de cidadania.

1.1 A formação do PT

A partir desta contextualização histórica e bibliográfica podemos perceber e analisar o fenômeno histórico alcunhado na última década de lulismo e os seus efeitos sobre o governo do Estado do Piauí e, mas, especificamente como este foi sentido pelo eleitor piauiense nas eleições de 2006. Precisamos fazer uma breve incursão pela história do PT até chegarmos ao nosso objeto de estudo. Observando que este fenômeno se enquadra nesta política, em um novo arranjo social que o continente Latino-Americano vem passando, em que os programas sociais, a hegemonia política e o Estado provedor são por assim dizer as novas bases de sustentação para o projeto da esquerda.

O quadro histórico de formação e surgimento do Partido dos Trabalhadores PT ocorre em meio aos turbulentos anos da Ditadura Militar (1964-1985), mais precisamente por volta do ano de 1979, em que se começa a perceber

um enfraquecimento do regime. O período em questão começa a presenciar a criação de novos partidos políticos, censurados nos anos anteriores, uma grave crise econômica e profunda agitação social. A partir desse momento setores do proletariado urbano, sobretudo, das indústrias automobilísticas, lideranças sindicais, começaram a insurgir-se contra a classe patronal (RODRIGUES, 1990).

O peso e a mobilização política dos movimentos operários de fins da década de 70 são por assim dizer a força motriz para a consecução do projeto. Na formação daquele que viria a ser o PT, encontramos muito grupos da esquerda organizada como sendo os seus principais formadores, marxistas, trotskistas, leninistas, e inúmeras outras correntes, criadas em sua grande maioria entre meados da década de sessenta e oitenta, que contribuíram, sobretudo pelo seu trabalho de filiação de membros e formação de Diretórios (CARVALHO, 1989).

Na década de 80 em diante, estes grupos se envolveram em ondas de choques políticos e sociais, articulando-se a movimentos emancipacionistas que ocorriam em escala global¹. Entre as elites prevaleciam os discursos favoráveis a democratização do país. A análise da conjuntura internacional também contribuía para este mesmo caminho, verificava-se o que Huntigton (1994) “explicava como sendo a terceira onda de democratização que suscitava processos democráticos na América, Ásia e África”.

O Brasil foi influenciado por esse processo de democratização, assim, como os partidos de esquerda do país. No processo de formação desse partido encontram-se vários setores que já possuíam ações concretas anteriores a sua gênese dentre os quais podemos citar: grupos de orientação trotskista, alguns setores ligados ao antigo (PCB) Partido Comunista do Brasil, grupos oriundos de antigos movimentos (MR-8) Movimento Revolucionário Oito de Outubro, (ALN) Aliança de Libertação Nacional (POLOP) Organização Revolucionária Marxista Política Operária, (MEP) Movimento pela Emancipação do Proletariado, (APML) Ação Popular Marxista Leninista, (PRC) Partido Revolucionário Comunista, e vários

¹ A terceira onda de democratização ao qual Samuel Huntigton explica que especialmente os países do Leste Europeu e da América Latina passam fruto das grandes mudanças ocorridas na geopolítica internacional em fins do século XX. O autor propõe alguns fatores que contribuíram para um grande movimento em prol da democracia nestes continentes: 1) aumento em décadas anteriores do padrão de vida e instrução da população; 2) mudanças na doutrina da Igreja Católica que se torna ferrenha opositora de regimes autoritários; 3) mudanças nas políticas de atores externos tais como: E. U. A, U. R.S. S e U.E; 4) some-se a tudo isso a grande mediação desses processos que acabaram por estimular mudanças de regime. Ver: HUNTIGTON, Samuel. 1994. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1984.

outros grupos ligados a ação revolucionária mais efetiva² (AZEVEDO, 1981).

Segundo Gadotti (1989) tendo sido derrotados em suas propostas de enfrentamento radical da ditadura (guerrilha urbana, insurreições de massa), em larga medida, redefiniam-se concepções e métodos de trabalho, buscavam-se processos de reconstrução desde meados da década de 70. Para todos estes grupos, organizações, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios, representava a atualização e consumação de seu ideal: “a emancipação do proletariado da classe trabalhadora deve acontecer pela ação dos próprios trabalhadores” (MARX, 1848).

Em um documento sintomático de sua fundação explicita-se este objetivo:

A ideia de um Partido dos Trabalhadores é tão antiga quanto à própria classe trabalhadora surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. E ainda outros como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. Surgiu, portanto, como uma necessidade de criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores da cidade e do campo e de todos os setores explorados pelo capitalismo; – construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais, que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes. (CARTA DE PRINCIPIOS, 1979, p.1).

A construção do partido contou com a participação de uma grande gama de grupos: egressos da luta armada, sindicalistas, religiosos, militantes, etc. Para consolidar os componentes que efetivamente iriam formar esse novo partido listamos os militantes da Igreja Católica. Nos meandros da sociedade, tinham sido eles agentes de uma verdadeira transformação na cosmovisão³ de importantes setores da Igreja, que de uma posição favorável ou neutra a questões políticas partidárias sem envolvimento ideológico, foram evoluindo gradualmente, para uma adequação ao pensamento de esquerda, mudança está possível devido a Teologia da Libertação (LOWY, 2000).

O foco de atuação dessa nova concepção foi possível graças às ações

² Sobre a participação das organizações e movimentos revolucionários na formação do PT, ver: Berbel, 1980; Gorender, 1987; Keck, 1991; Azevedo, 1981; 1990.

³ Para discussão ver a Ideologia Alemã de Karl Marx, (1850), em que o autor, prega a substituição do pensamento judaico-cristão um dos pilares da civilização ocidental, amparado pela cosmovisão socrático-platônica-hegeliana, pela histórico-materialista fundamentado pelo princípio do modo de produção que determinaria a vida material, social e espiritual.

empreendidas pelas *comunidades eclesiais de base*⁴, as (CEBS), que começavam a se multiplicar pelo país movido por esse novo credo⁵, doutrina que tinha o objetivo de elaborar uma síntese entre os preceitos marxistas e princípios do cristianismo, onde até então os dois pensamentos eram diametralmente opostos em seus postulados (GADOTTI, 1989).

Na espiral destes acontecimentos, tais atitudes e ideias seriam incorporadas e potencializadas pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, (CNBB), que exprimiria de modo articulado e com repercussão nacional e internacional, críticas contundentes ao modelo econômico, construído pelo regime militar denunciado, como, injusto. Constituíram as Pastorais Operárias nas cidades e no campo, as Pastorais da Terra (MENEGUELLO, 1989).

O PT constitui-se num ponto de inflexão, na tradicional formação de partidos políticos no Brasil, fundados por elites políticas e econômicas. Percebe-se uma analogia com os partidos europeus de base operária, a agremiação fora criada de baixo para cima, por setores que buscavam a inserção no aspecto político-institucional, a vinculação com fortes setores da sociedade civil, uma base popular e um projeto de esquerda definido, que não encontram respaldo no modelo da política brasileira.

O contexto da década de 80 foi marcado pela derrocada de regimes ditatoriais ao redor do mundo e por uma abordagem de pensamento, pós-moderna, que provocara mudança de paradigma nas temáticas e reivindicações da esquerda mundial, conferindo-lhe uma abordagem de luta reformulada. Estas novas perspectivas estariam relacionadas, aos direitos das minorias, estudos de gênero, fatores que contribuem para o racismo na sociedade e outras demandas sociais. Todos estes entremeios eram um tipo de proposta de socialismo que se “configurava mais condizente com as demandas da sociedade moderna, uma reestruturação

⁴ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que legitimara a Ditadura-Militar (1964-1985) e outros movimentos oposicionistas à esquerda iniciara uma transformação em sua cosmovisão, na década de 70, tornando-se ferrenho opositor da ditadura e da estrutura estabelecida. In: Frei Beto, 1989.

⁵ Teologia da libertação movimento religioso, político criado pelos soviéticos no governo de Nikita Krushchev, ainda na década de 50, que se transforma em um braço da esquerda latino-americana, essa nova ideologia começa a ser difundida por meio da atuação do Padre Gutierrez, Leonardo Boff, e outros teólogos da esquerda brasileira que por meio das (CEBS) e de algumas fileiras da Igreja Católica que conseguiram minimizar a imagem que se tinha da ideia de revolução para os católicos. Para uma análise da Teologia da libertação, ver Gutierrez, Andrés. Teologia da Libertação Perspectivas. São Paulo: 1971. PACEPA, Yon Mihai Pacepa. Secrets Strategies for Undermining Freedom, Attackinng and Religion. Editorial Vide: 2015.

praticamente completa em seu programa” (SOUZA, 1995).

Apesar da miscelânea ideológica que serviu de base para a criação do partido, houve uma grande adesão a dialética revolucionária, que passava a serem o discurso predominante, nas assembleias, fóruns, atas, discursos, e documentos primários que atestam sua fundação. O viés de atuação e importância articulativa com partidos de esquerda a nível internacional, a emancipação de classe, a mentalidade anticapitalista⁶ ortodoxa, o compromisso latente com a doutrina socialista foi num primeiro momento sua tônica (KECK, 1991).

Documentos da época como a Carta de Princípios do PT mostram qual sua natureza e de que forma ele atuaria:

O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utilizam essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é feita pela classe trabalhadora, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deveria esperar das elites privilegiadas a solução de seus problemas. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo. (CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT, 1979, p. 4).

Para Keck, (1995); Meneguello, (1989); Morel, (1981); Furtado, (1996) ficariam as seguintes perguntas em relação à agremiação: como agir em relação à ordem constitucional, de que forma o seu projeto político se adequaria a sociedade? As perguntas giram em torno de como este se comportaria perante a sociedade respeitando o império da lei, ou por meio das grandes agitações sociais conclamando a militância a deflagrar a via insurrecional? Respeitar-lhe-iam o aparato jurídico-constitucional e as regras do jogo democrático?

Em fevereiro de 1980 o Partido dos Trabalhadores foi formalmente fundado, no Encontro Nacional realizado, em São Paulo, no qual estiveram presentes representantes dos núcleos do Movimento Pró-PT de dezessete Estados,

⁶ A mentalidade anticapitalista (2010) termo designado por Ludwig Von Mises iminente teórico liberal da escola austríaca de economia. O professor Mises neste brilhante trabalho tenta mostrar a repulsa de intelectuais, artistas, escritores, ao sistema capitalista sendo que todos eles são agraciados por todas as benesses do referido sistema. O economista austríaco chega a determinadas conclusões, precisamente o fato de o capitalismo garantir a todos a oportunidade de obter os cargos e salários mais almejados, nesse tipo de sociedade prevalece à competência, meritocracia, esforço individual conseguido por aqueles que têm as melhores qualificações, o homem que não viu suas ambições totalmente satisfeitas procura um bode expiatório que possa ser responsabilizado por suas próprias falhas e incompetência. Ele acusa a ordem social existente e muitas vezes o mercado. Os socialistas são o exemplo clássico desta afirmação.

nesse encontro que congregou todas as forças que deram origem a agremiação, intelectuais, militantes, lideranças sindicais e teólogos da Teologia da Libertação, assinaram a ata de fundação, figuras ilustres da esquerda brasileira de acordo com suas alas: Apolônio de Carvalho, Mario Pedrosa, Leila Abramo, o crítico literário Antônio Candido, o crítico de cinema e arte Mário Pedrosa, intelectuais como, Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Weffort e José Arthur Giannotti, cristãos marxistas, Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio. Lideranças sindicais, Lula⁷, dentre, outros, legitimados pela tradição intelectual e de luta revolucionária. (RODRIGUES, 1990).

1.2 Mudanças estruturais dentro da agenda do PT: a influência de Gramsci na esquerda latino-americana

Como foi visto o Partido dos Trabalhadores, constituído formalmente em fevereiro de 1980, dentro do quadro da reformulação partidária feita pelo regime militar no seu fim, no período de redemocratização do país. Esta década é marcada por grandes agitações, e reivindicações das massas. Greves e paralisações explodiam constantemente quase sempre lideradas por militantes e líderes do PT. “Em suma, os movimentos possuíam um viés de concatenação com a luta sindical, entretanto, grupos mais radicais proferiam discursos contra a estrutura do capital” (MOISÉS, 1982).

Os movimentos sociais, por sua vez, acabaram por se afirmar como base de sustentação do partido. Nesta perspectiva o *front* formal da política, a representação parlamentar, ligada a cargos políticos, tornar-se-ia um mecanismo, subjacente e secundário aos movimentos de rua. Os parlamentares do partido devem ser o braço formal politicamente institucionalizado dos movimentos sociais e precipuamente defender os interesses da classe trabalhadora contra a espoliação capitalista.

Segundo Raquel Meneguello o surgimento de “novos atores” de ação coletiva marca a política brasileira nesse momento. (MENEGUELLO, 1983, p. 23) Novos movimentos sociais surgem com o discurso que tenta legitimar e colocar o povo como protagonista voltando sua atuação para as massas devido à influência que o pensamento de Antônio Gramsci exerceu sobre os intelectuais neste momento. Desde fins da década de 80 e início da década de 90 os discursos dos

⁷ Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998). 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

movimentos sociais e as suas análises sobre sua orientação são definidos pela ideia de povo como sujeito.

A mudança de avaliação em relação ao papel político atribuído ao povo, que de massa-amorfa, transfigura-se em sujeito foi determinada por dois fatores: a crise do marxismo clássico e a influência do pensamento de Antônio Gramsci sobre a intelectualidade esquerdista brasileira, provocando uma releitura da estratégia colocando as massas como protagonistas centrais do fazer político (COUTINHO, 1993).

A comunidade, por excelência o lugar do cotidiano e das relações interpessoais, passou a ser o novo espaço do conflito e da emancipação. Na América latina os novos movimentos sociais, são diferentes dos novos movimentos sociais europeus por se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradições clientelistas, e por sistemas judiciários inoperantes. Enfim, passou a se referenciar movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários a sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, “o aprofundamento de questões sexuais, raciais, étnicas, igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS 1979-1998, 1999)

José Álvaro Moises, estudioso do processo de redemocratização, escreve em 1982, que no caso brasileiro é imprescindível compreender a dinâmica da crise política mais recente sem levar em conta o papel das oposições que, se por um lado teve força para conduzir o regime e alguns dilemas (...), nem sempre tem tido capacidade para se constituir em alternativa política real em face das necessidades de rearticulação da sociedade. (MOISÉS, 1982, p. 47)

Para Cesar (2002) os novos movimentos sociais, que passaram a surgir, ligados aos antigos, continuaram a formar o principal eixo de organização e articulação do PT, sua principal base de sustentação, por assim, dizer. Mas desse momento em diante, passaram a ampliar sua plataforma de lutas e reivindicações tuteladas agora pelo pensamento do teórico italiano, transformando-se em uma verdadeira particularidade da nossa sociedade em relação ao resto do mundo, partidos classicistas e socialistas que possuíam todo o seu programa baseado no cabedal ideológico esfacelavam-se e eram tragados por movimentos fluidos, parcelares autonomistas e anti-institucionais.

Grosso modo esses movimentos tinham como essência de sua novidade a busca de sua própria identidade, no sentido de construírem-se de forma autônoma frente às organizações políticas tradicionais, ou seja, uma inversão na dialética, não mais burgueses versus proletários, mas sim organizações, arranjos culturais, grupos de pressão se opondo contra os valores e dogmas consagrados pela civilização ocidental. Constituídos desde baixo, sobre a base de uma prática social consciente e determinada (...) sua especificidade deve ser enfocada sob a ótica do alargamento da esfera pública visando reprimir práticas políticas autoritárias onde o poder de mando, de decisão política se concentra nas mãos de pequenos grupos, tendendo a um esforço progressivo ao pluralismo político, em meio à fraqueza organizativa das instituições existentes. (CÉSAR, 2002, p. 68).

1.3 A estratégia gramscista: a busca pela hegemonia política

Entre meados das décadas de 70 e 80, inicia-se o processo de difusão e expansão do pensamento de Gramsci, na América Latina. As perseguições, por parte de militares fizeram com que boa parte da intelectualidade de esquerda deixasse seus países e fossem procurar exílio. Os destinos foram muitos: Venezuela, Costa Rica, Cuba e principalmente o México, transformando o país em uma espécie de capital ideológica da esquerda latina.

Raúl Burgos, o México:

Foi uma caixa de ressonância e lugar privilegiado de observação, estudo e discussão dos processos em curso nas sociedades Latino-Americanas. Universidades e institutos de pesquisa frequentados por uma plêiade de intelectuais ligados à esquerda das diversas variantes cresceram naqueles turbulentos anos. O México ocupava, ao mesmo tempo, um proeminente centro de publicação de textos ligados à cultura socialista e do marxismo em particular. (BURGOS, 2004, p. 231).

Para Lincoln Secco (2002) analogamente no Brasil, ao final da década de 1970, a revogação do (AI-5) no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e a nova conjuntura brasileira que se configura, em consonância com o influxo internacional permitiram um maior crescimento do pensamento do autor italiano em diversas áreas, tais como a historiografia, religião, pedagogia e principalmente no cenário político:

Num quadro assim tão instável e turbulento, acabou por ser inevitável que o pensamento de Gramsci sofresse os usos mais diversos. Quase todos os tipos de malabarismo teórico foram justificados, especialmente nos ambientes de esquerda, nos setores da oposição democrática e na universidade (SECCO, 2002, p. 134-135).

Analisando as inúmeras mudanças estruturais dentro do Partido dos

Trabalhadores, que foram paulatinamente abandonando o viés revolucionário por uma perspectiva democrática de reformas sociais, de articulação entre o capital e o trabalho, e de inserção no sistema representativo buscando suas regras, podemos vislumbrar a influência de Gramsci no seu projeto. Situada dentro da abordagem do marxismo, a categoria de hegemonia⁸ visa repensar as diversas categorias do pensamento social. O conceito se propõe a ser uma relação mais equivalente, entre a noção de estrutura e superestrutura mostrando a preponderância da segunda nas modernas sociedades capitalistas.

Dentro dessa perspectiva, um dos referenciais de observação é a sociedade civil que se torna um eixo essencial de análise, aparecendo também à ideologia como agregador efetivo das relações sociais. Ernest Laclau (1993) e Chantal Mouffe (2004), a partir do conceito Gramsciano ampliaram o termo e sua aplicação, tendo em vista os processos formativos constituintes das civilizações Ocidentais e Orientais, e tentando perceber quais os possíveis meios dos partidos de esquerda chegar ao poder nas democracias ocidentais.

Para Lanzaro (2011) Gramsci destaca a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva, destaca-se também a importância da direção cultural e ideológica, os partidos devem possuir grupos de intelectuais orgânicos imbuídos do ideal democrático que sejam repassados a sociedade. Advoga-se essencialmente a luta contra o grupo dominante na sociedade civil: o grupo que controla que exerce influência que se utiliza dos aparelhos ideológicos e culturais consegue ser hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-se ao aparato estatal.

Os documentos pós-fase de sua formação, mas exatamente da década de 90 em diante, e posteriormente de congressos e encontros mostram as mudanças que começam a ocorrer dentro da agenda do partido, como atestam os seguintes documentos: “PT: UM PROJETO PARA O BRASIL”, que refletem esse rol de influências:

A luta pela democracia e por meio desta a consequente formação de uma sociedade socialista, passa pela formação de um projeto estratégico para o Brasil, que está pautado em uma institucionalização da vida política, a crescente mobilização da sociedade civil, até atingirmos a hegemonia política na tomada das decisões que consideramos fundamentais para a

⁸ Para um melhor entendimento do termo e a recepção das ideias de Gramsci no Brasil ver: Secco, Lincoln. Gramsci e o Brasil - recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

melhoria da sociedade. (PT: UM PROJETO PARA O BRASIL, 1989, p. 9)

Segundo Coutinho⁹, o que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos os segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se no geral acertada, e dentro das expectativas do partido apesar de nem todos aderirem à nova linguagem política apresentada pela esquerda.

Ressalta-se a importância do partido político no mundo moderno, aquele que seria capaz de articular os interesses de grupos sociais alinhados com um determinado projeto, que contribuiria para a superação da formação histórica de grupos políticos aliados dos processos sociais, tornando-os agentes representativos em toda esferas de poder. Ademais, mesmo que o partido represente os interesses de um determinado grupo social, ele agiria em função do equilíbrio entre os diversos grupos, aumentando consideravelmente, sua base de apoio, por meio do consentimento. (SIMIONATTO, 1998)

Com base no que foi exposto fica entendido que a supremacia do partido político se manifesta, como domínio político sobre a sociedade civil e como direção intelectual, moral, ideológica e econômica. De um grupo por meio do consentimento, coalizões, e concessões aos adversários, tornam-se o grupo hegemônico. Faz-se necessário, a conquista de posições, e de espaços públicos, e de setores majoritários da população como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação.

Alguns documentos corroboram a afirmativa e a pluralidade ideológica, marca indelével de sua composição:

(...) no atual período, (...), a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social, ideológico. Engloba o trabalho, nas instituições onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania, e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderá definir os

⁹ Para um melhor entendimento do assunto ver as seguintes obras: Coutinho, c. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; Nogueira, Marcos Aurélio. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: a vitalidade de um pensamento; apresentação Leandro Konder. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998; Konder, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro. Graal, 1997.

rumos do País. Envolve a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contrapunham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais no Brasil. (5º CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 9).

O discurso do partido vai moldando-se, e ampliando suas bases teóricas, percebe-se uma nítida aproximação com os ideais democráticos, o que para os especialistas políticos torna difícil perceber e explicar um espectro ideológico claro. As distintas formações doutrinárias propiciam inúmeras possibilidades ao projeto, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. “O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão” (SEMERARO, 1999).

1.4 Reformas nos partidos de esquerda e a sua habilitação para concorrer democraticamente no jogo eleitoral

Para que possamos perceber as transformações sofridas pelo Partido dos Trabalhadores, numa escala evolutiva de um viés ideológico permeado pela ideia de revolução nos seus primeiros anos de formação até sua migração e transformação em uma agremiação que se tornaria mais suscetível a aderir às reformas sociais e ao centro do espectro político é necessário um breve percurso teórico.

Em meados do século XIX, vários partidos na Europa começaram a abraçar um modelo de socialismo mais flexível, em que o Estado promovia intervenções sociais, legislativas e econômicas que beneficiavam de maneira efetiva os grupos menos favorecidos. É o fenômeno da social democracia. De acordo com tal visão, haveria uma progressiva moderação desses partidos até não mais se diferenciarem dos adversários. A social democracia ser-lhe-ia, por definição, moderada, de “centro-esquerda”, e implicaria reformulação em suas propostas de governo.

Segundo Camiller (1996) tal abordagem dificulta a análise na diferenciação, entre o que poderia ser considerado um partido de esquerda, ou de direita, pois, o componente ideológico é diluído. A social democracia na sua concepção é entendida, a despeito dos muitos conceitos que este termo foi

adquirindo com o passar do tempo, como uma corrente política alinhada ao socialismo, que visa avançar na transformação do sistema produtivo, de modo a torná-lo mais favorável aos trabalhadores, não apenas aos grupos operários e excluídos, que formam sua base eleitoral por excelência (BERNSTEIN, 1997).

Contrariamente aos partidos, que se intitulam marxista-leninistas, os sociais democratas destacam a importância vital da ideia de democracia representativa. Ao abandonarem a opção pela revolução violenta, aquela que estava delineada no Manifesto do Partido Comunista (1848), de Marx, o objetivo para este grupo é que a mesma pode ser levada a frente, pela via das instituições, sem ruptura instantânea com a ordem estabelecida. Observando que há limites conjunturais para essa mudança.

Para Lanzaro (2011) a precaução que deve ser tomada é destes partidos, não atuarem do modo como são percebidos, isto é, não defendendo os interesses da classe trabalhadora, sobretudo, quando estes representarem entraves ao interesse do capital. Os sociais democratas teriam por papel difundir a crença em uma nova ideologia, que favorecesse sua nova plataforma em uma arena política menos hostil.

Para o entendimento dessas mudanças ocorridas no interior dos partidos de orientação marxista, que favoreceram a sua adaptação nas disputas eleitorais, pleiteando os cargos e a representatividade parlamentar, faz-se necessário a sistematização realizada por Przeworski¹⁰ (1989). A análise do autor oferece uma importante contribuição para o momento inicial de crescimento e fortalecimento dos partidos social democrata na Europa.

Ele explica o processo de adesão e defesa da democracia, seguido pela opção das reformas em detrimento da tese da revolução e pela aceitação de alianças, passando a social democracia a se pautar pelas melhorias gradativas e cumulativas. É de grande importância sua constatação de que a única política econômica que os partidos socialistas tinham em seu programa de governo era a nacionalização das indústrias, de modo que, quando venceram pela primeira vez as eleições, só lhes restou adotar as mesmas políticas econômicas dos adversários,

¹⁰ Para entender melhor o fenômeno da social-democracia ver: PRZEWORSKI, Adam. A social democracia como um fenômeno histórico. In: Capitalismo e Social-democracia. São - Paulo: Companhia das Letras, 1989; BERNSTEIN, Eduard. Socialismo Evolucionário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; Karl, Kautsky, The class struggle. Erfurt Program. Nova York: W. W. Norton e Company, 1971.

apenas com um pouco mais de política social, e que isso só começou a mudar quando eles passaram a adotar Teoria Econômica do Keynesianismo¹¹, a partir de meados de 1930, que tinha por objetivo programar um novo modelo de ação para o Estado.

Przeworski (1989), afirma que o abandono do sistema capitalista deixou de ser uma das metas da social democracia, sendo substituídas pela adequação as novas propostas, esvaziamento de seu potencial gerador de desigualdade social. Essa aceitação do capitalismo, segundo ele, implicaria a necessidade de que as intervenções do Estado devessem se pautar pelo princípio da eficiência econômica, aumentando a produtividade e distribuindo os ganhos, de modo que esses partidos passariam a se preocupar mais com a diluição dos seus efeitos negativos do que com o próprio reformismo.

Ele argumenta os efeitos sofridos pelos partidos de esquerda no envolvimento do processo político representativo da burguesia:

Um traço característico da democracia capitalista é a individualização das relações de classe ao nível de processo político e ideologia; 2) O parlamento é uma instituição representativa que recebe indivíduos não massas, os líderes tornam-se representantes, a participação desmobiliza as massas; 3) Para concorrer aos pleitos é necessário o abandono de algumas táticas alternativas; 4) Ocorre o aburguesamento do movimento; 5) A escolha das eleições como meio para se chegar ao poder (PRZEWORSKI, 1989).

Poderíamos resumir a tese defendida pelo autor, de que esses partidos tiveram que refrear suas propostas iniciais, formando alianças e coalizões, a essas agremiações foi fundamental repensar a ideia de adquirir votos para além da classe dos trabalhadores, para que não fosse colocado em risco o progresso eleitoral, as eleições passaram a ser vistas não apenas como um mero instrumento burguês, mas sim como um meio legítimo que os partidos de esquerda possuíam para programar seu projeto, e, sobretudo, adoção do sistema representativo que se tornou para os sociais democratas simultaneamente o meio e o fim de suas ações, veículo para a construção de uma futura sociedade socialista.

Fenômeno similar ocorreu com a esquerda, brasileira, uruguaia e chilena. Para Panizza (2005) ele se concentra em perceber as associações feitas com o capital móvel e financeiro, o enfraquecimento dos sindicatos, a redução do

¹¹ Ver Keynes e sua influência sobre a economia moderna: A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda, São Paulo, Editora Atlas, 1992; Um Tratado sobre Moeda, Editora Atlas, 1990.

percentual de trabalhadores nas indústrias – e ao respeito às instituições democráticas na busca por reformas. Também se mobilizam no sentido das possibilidades de adequação as instituições, na qual a mudança radical na vida da população que a produção de empregos, programas sociais e a melhoria dos serviços públicos significariam.

Para Oswaldo E. Do Amaral¹² que analisou o processo de formação do PT e as mudanças ideológicas atravessadas pelo partido, sobretudo, as que começam a serem percebidos, a partir da década de 90, os documentos analisados nesse período pelo mesmo revelam muitas contradições internas e ambiguidades na produção de um discurso que tente sistematizar um viés socialista de cunho democrático. Como podemos perceber:

Não há clareza quanto ao que seja a democracia, o socialismo e, assim, o que poderia ser uma síntese entre os dois conceitos. Ora são referidos sem adjetivos, ora requerem adjetivação. Tanto, um quanto o outro são conceituados de modo diverso e incompatível. Há momentos em que o socialismo prescinde de adjetivações e é tomado como o regime de uma sociedade mais justa (AMARAL, 2003, p.78-79,).

As ambiguidades percebidas podem ser explicadas devido ao momento em que o partido enfrentava disputas internas, entre suas muitas alas, críticas sofridas pelos regimes socialistas reais: URSS, China, Coréia do Norte, o pensamento neoliberal cada vez mais enfático perante determinados grupos políticos, e o relativo descrédito que o marxismo começa a sofrer.

As transformações aos quais queremos explicitar começam a ocorrer a partir de 1989, período em que o partido enfatiza a conquista da hegemonia política para a consecução de um projeto de nação. Segundo Azevedo (1997), um dos fatores que contribuíram decisivamente para as mudanças efetivas que foram afastando a agremiação do antigo ideal revolucionário, foi uma disputa entre os paradigmas leninistas, trotskistas e socialdemocratas algumas das muitas frentes que compunham o partido, e a partir da vitória de uma das correntes poderíamos perceber quem assumiria a liderança de fato na tomada de decisões. E o mesmo assevera:

Havia uma divisão entre a direita do partido, que queria fazer um programa para governar de fato, realizar transformações e evitar uma ruptura, e a

¹²Estudioso que analisou o processo de mudanças no programa petista desde a sua formação entre 1979-1980 até o ano de 1998. Ver: AMARAL, Oswaldo E. A estrela não é mais vermelha. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

esquerda, que dizia ser impossível um governo reformista manter o poder no Brasil e que, por isso, o programa deveria levar à vitória e proporcionar uma ruptura. Eu acho que a direita ganhou no programa. Eles acreditavam que o remédio radical da democratização do Estado e da sociedade, tratasse de medidas de aperfeiçoamento da chamada democracia representativa, com novas formas de valorização de democracia direta (AZEVEDO, p.76, 1997).

A análise dos documentos desse período tais como, As Bases do Plano de Ação de Governo (PAG), as resoluções internas apresentadas no 4º e 5º Encontros Nacionais¹³, e no discurso de muitas lideranças, articuladores e teóricos do partido, demonstra já o efetivo interesse de adequação das diretrizes das propostas governamentais, visando de maneira clara esse ideal, na construção de uma maior participação dos trabalhadores na sociedade.

Nesse período, o discurso do partido se mostra bastante abrangente envolvendo vários setores tais como: reforma agrária, redefinição do papel do Estado, a área fiscal, movimentos sociais, questões de gênero, etc. Mas segundo Rodrigues¹⁴ (1995, p. 42), o partido concentra seus esforços em pontos centrais, disputa da hegemonia que supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da cidadania, e da afirmação da sociedade sobre o Estado.

A Incorporação e a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderiam definir os rumos do País. Envolve¹⁵ a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contrapunham aos valores dominantes. Em resumo, o programa partidário, envolve uma enorme construção de um pacto social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características, assistir milhões de marginalizados e deserdados no Brasil.

1.5 A virada definitiva: a democracia petista

Entre meados dos anos de (1990-1995), o Brasil assistiu, a um forte período de instabilidade econômica devido aos sucessivos planos aprovados com o

¹³ Resoluções de Encontros e Congressos Nacionais do Partido, 1989, 1990.

¹⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. As eleições de 1994. In: Vol, 38, nº1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

¹⁵ Idem, p.42, 1995.

objetivo de conter a inflação que chegava a níveis alarmantes, baixo crescimento econômico, até a aprovação do Plano Real¹⁶. A política brasileira do período encontrava-se em ebulição devido a escândalos de corrupção o que suscitaram campanhas pela ética na política e também devido ao processo de Impeachment do Presidente Collor.

É dentro dessa conjuntura de incertezas que o país enfrenta que é lançado 9º Encontro Nacional do Partido, nas “Bases do Novo Programa de Governo”, que segundo Amaral (2013) foi incluído o subtítulo “Uma Revolução Democrática no Brasil”. Os documentos desse encontro revelam seu conteúdo:

O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevalecem as mais amplas liberdades civis, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical, etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. O modelo que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, e a possibilidade de alternância no poder (9º ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994).

A revolução democrática tem por objetivo, a criação de um vasto panorama de reformas em vários setores de organização da sociedade, que ampliasse o poder de participação de muitos grupos aliados do processo eleitoral-representativo. De acordo com Singer (2012) “o partido faz uma ponte entre os compromissos assumidos com o modelo democrático sem desligar-se completamente da ideia de revolução, só que agora o seu conteúdo substantivo está esvaziado.” Os documentos atestam à ênfase latente com o objetivo de transformação das estruturas histórico-políticas da nação, de renovação do ambiente político brasileiro, de distribuição da renda, da riqueza produzida, de combate à pobreza.

O desafio que se coloca para este governo popular é realizar uma reforma do Estado que, introduzindo um novo modelo de gestão cria condições para a implementação de um novo tipo de desenvolvimento econômico-social. A inevitabilidade histórica do processo revolucionário perde seu caráter que outrora possuía, articulando-se com propostas de cunho reformista administrativo,

¹⁶ Programa implementado no Brasil em 1994 no governo Itamar Franco que tinha por principal objetivo o controle da hiperinflação, estabilização econômica e reformas por meio da medida provisória número 434, uma (URV) Unidade Real de Valor, emitida pelo Banco Central, que serviria como moeda escritural para toda e quaisquer transação econômica, com conversão de valor. Características do novo plano: contingenciamento de gastos, privatizações de empresas, abertura econômica, equilíbrio fiscal e desindexação da economia. Ver: SAYAD, João. Observações sobre o plano real. Estadão, Economia. São Paulo, vol. 25. Nº, 1995.

utilizando-se de maneira bastante significativa da participação popular, para socializar o poder, tentando diluir a estrutura burocrática estatal concentrada em determinados grupos. (AMARAL, 2003)

Pela leitura dos documentos¹⁷ o partido não deixa claro como alcançaria suas metas, parecem bastante amplas e genéricas, mas não especificam como o projeto será feito, o que fica bastante claro é a grande intensidade das propostas, que denotam uma incessante apresentação da democracia agora como um meio de se chegar ao poder e uma meta a ser alcançada, sustentada por uma base de efetiva participação popular nos mecanismo de poder, ou seja, por meio de referendos, plebiscitos, conselhos populares, que ampliassem a participação das camadas mais distantes do processo político.

O processo em questão consolida-se definitivamente com a vitória de uma das alas do partido que se torna a principal responsável por dar a agremiação os meios para a efetiva competição eleitoral, e conseqüentemente propiciar a chegada do partido ao poder: a corrente majoritária. A composição dos governos petistas segue a lógica da partilha entre partidos e correntes internas, oficialmente denominadas “tendências”. A tendência majoritária atual é a (CNB), ou Construindo um Novo Brasil. Esta é a tendência dos mais conhecidos líderes petistas, como Lula e José Dirceu.

A sua origem encontra-se na Articulação, que em 2000 alteraria sua denominação oficial para Campo Majoritário, mas até hoje mantém o nome Articulação, a sua gênese se encontra na (Articulação dos 113), que nasceu, por sua vez, do Manifesto dos 113, em meados de 1983. (VIANA, 1991, p. 120-128) Uma espécie de manifesto assinado por 113 dirigentes petistas, que procurava superar as divergências e impasses, entre se diluir numa frente liberal, se constituir numa proposta socialista revolucionária, ou ser um partido de vanguarda.

Para Azevedo (1997), as principais divisões internas dentro do partido, se davam principalmente entre trotskistas que motivaram inicialmente a criação do partido, marxistas, e os grupos mais reformistas, além de muitos outros grupos que tiveram que aderir a uma das três propostas. Reafirmava-se a necessidade de vitalizar os núcleos de base com caráter deliberativo e formação política e cultural dos militantes, com foco prioritário de atuação nos movimentos sociais. Essa tendência foi predominante até por volta de 1989, após esse período as propostas

¹⁷ 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1994.

mais à esquerda foram sendo abandonadas, por não conseguirem resistir aos grupos mais a direita¹⁸.

A formação da Articulação de Esquerda (AE), um grupo que com o passar do tempo vai estruturando um projeto político para chegar ao poder, a partir de sua integração ao sistema político, utilizando-se de todas as estratégias que os outros partidos usufruíam. Após, a dissolução do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que dá origem às correntes da “Nova Esquerda”, que abandonaram as antigas propostas, juntamente a isso, ocorre também o afastamento da Convergência Socialista, alterando profundamente a correlação de forças internas dentro do partido.

Para Coelho (2005) dentro de um contexto em que nenhuma corrente detinha isoladamente a maioria no partido, uma composição à direita da Articulação, composta por (AE) Democracia Socialista, Opção de Esquerda, contra um outro campo de forças denominado Na Luta PT, Força Socialista e O Trabalho, são derrotados pelo primeiro grande grupo por relativa margem de votos no 8º Encontro Nacional em (1993). Em 1995, em aliança com setores como a Democracia Radical, compondo a frente unidade na luta, o denominado “Campo Majoritário” consolida-se na liderança no 10º Encontro Nacional do PT, após um pleito eleitoral assume de vez a condição hegemônica e de consolidação de sua proposta frente as outras que existiam dentro do partido, tornando-se a corrente principal, entre os anos de (1995-2005).

Documentos de Encontros¹⁹ petistas revelam essas mudanças:

Instalou-se no partido uma maioria em torno de uma política que podemos sintetizar assim: “alianças da esquerda com o centro, em torno de um programa alternativo ao neoliberalismo, visando conquistar o governo federal”. As mudanças e transformações as quais estamos passando, nos levaram a adotar uma estratégia democrático-popular que combina luta social e disputa eleitoral. Este “giro para a direita”, se materializa numa oposição a corrupção que vem assolando o país, a busca por temas éticos, e a ênfase na defesa da legitimidade parlamentar. (10º ENCONTRO NACIONAL, 1995).

A posição definida pelo partido a partir desse momento foi a “estratégia de centro-esquerda”, concentrando forças para a disputa eleitoral, empenhados em

¹⁸ A categorização entre esquerda e direita dentro do partido não corresponde à divisão clássica conceitual histórica, tão somente, diz respeito a relacionar as tendências internas em torno de seus programas. Ver Bobbio (1995) e Coelho (2005).

¹⁹ Para o PT expectativa de um acordo de governança é expressa pela máxima: *Uma Construção Partidária*. Resolução do 10º Encontro Nacional, São Paulo, 1995.

participar do jogo democrático e adequar-se a sua disputa, a formação de pactos com vários setores políticos e econômicos, inclusive com o capital, que era sempre era identificado como o principal responsável pela desigualdade social. A tendência Majoritária, consolida as reformulações no interior da agremiação.

Para corroborar esse processo evolucionário sofrido pelo PT, nos utilizaremos do pensamento de Sartori (1982), que entende que partidos antissistema podem ser definidos como aqueles que trazem impactos simbólicos deslegitimadores sobre o sistema político e a ordem social, possuindo a propensão de questionarem um regime e de enfraquecerem sua base de apoio. Assim sendo, um partido pode ser definido nestes termos sempre que enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe. (SARTORI, 1982)

O partido em questão enquadra-se perfeitamente na análise de Sartori, ferrenho opositor em seu momento no momento em que foi criado, passando a legitimador do modelo vigente no decorrer de sua trajetória, e partícipe futuramente da ordem instituída. O que leva o autor a chamá-los de partidos “revolucionários” que podem agir tanto por meio da rejeição irresponsável da estrutura constitucional, a utilização sistemática de protestos como um meio de ação política, obstruções a projetos a serem aprovados pelo Executivo que são contrários aos seus, ou condenação direta do sistema pelos problemas sociais.

A partir dessa explicação podemos entender que de maneira gradual, a efetividade de ações empreendidas por esses partidos contra o sistema político, tende a diluir-se, desvanecer, paulatinamente até serem neutralizados, por que a ordem em voga acaba por absorvê-los, provocando o abandono de seus projetos de viés mais radical. A compreensão da passagem a condição de parte integrante do sistema político, nos leva a teoria da mudança institucional proposta por Panebianco (1990).

O autor demonstra que uma mudança substancial ocorre na forma de reações partidárias e fatores ambientais que atuam sobre a instituição e seus atores, as reações desencadeadas por força dos fatores ambientais só ocorrem devido à existência de predisposições já encontradas retroativamente na agremiação. A estrutura-ambiente proporciona elementos que agem sobre condições intrapartidárias, que assimiladas pelo partido produzem soluções que condicionam uma nova estrutura interna de poder; que redundará na mudança institucional. (ANGELO, 1990)

Ao longo deste processo de mudança institucional, percebem-se algumas fases:

I. Deflagra-se uma crise interna devido às pressões ambientais; II. Ocorre uma mudança na composição de forças do grupo dirigente do partido; III. O novo grupo hegemônico procede a uma reestruturação organizacional, em dois aspectos principais: a) mudam-se regras institucionais intrapartidárias; b) redefinem-se as metas oficiais da agremiação (PANEBIANCO, 1990, p. 23).

Esse processo é percebido praticamente em todo o desenvolvimento do PT. A passagem de partido antissistema a legitimador do mesmo, as pressões ambientais do ambiente político, a crise interna que redundará na divisão de grupos concorrentes pela hegemonia do partido, a composição da tendência majoritária que desencadeará uma nova percepção institucional que viabilizará seu projeto.

1.6 Caminhos para a chegada ao Executivo Federal em 2002 e a política social

Na sua trajetória de conquista do Executivo Federal, é sintomático o grande processo de adequação e reestruturação de projetos que a agremiação sofreu. Levando em consideração os anos de (1989-2002), que antecipam sua conquista percebemos alguns aspectos importantes. Um fator de relevância para o nosso entendimento é o período que vai de 1996 em diante, que diz respeito à própria elaboração do programa de governo, que, pela primeira vez, contou com a participação efetiva e sistemática de todos os partidos da frente de apoio à candidatura Lula, após as lições retiradas das derrotas de 1989, 1994. Seguiu-se uma diretriz clara nas resoluções da (FUPMB) Frente União do Povo Muda Brasil, de maior flexibilização nas proposições e maleabilidade de deixar condicionar-se pelas propostas de seus aliados.

Outro ponto que merece destaque são as experiências adquiridas pelo partido durante essa década, principalmente, aquelas relacionadas com as gestões efetivadas pelo Orçamento Participativo, que rendeu bons frutos, a administração no executivo a nível municipal e estadual, percebe-se também uma preocupação latente com a educação e com políticas diretas de renda, a reforma fiscal e tributária, além da ênfase dada à reforma agrária. (AMARAL, 2003, p. 124)

No aspecto econômico apesar de o partido posicionar-se como oposição ao modelo que estava em voga, à análise documental revela programas similares apenas se diferenciando nos meios de se chegar aos mesmos objetivos:

O novo governo conduzirá com mão segura a transição para uma nova organização da economia, na qual a estabilidade da moeda será realizada com crescimento e distribuição de renda. O combate ao desemprego; recuperar os salários mais baixos; adotar programas de renda mínima; enfrentar o grave problema da fome; combater a violência urbana e começar a efetiva reforma agrária. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

O programa do presidente Fernando Henrique Cardoso, em questão, para título de comparação:

Avançar para fazer o país crescer de forma sustentada e gerar oportunidades de trabalho (...). Avançar, sobretudo, na luta permanente contra a exclusão social, a fome, a pobreza e a desigualdade, realizando uma nova revolução nas políticas sociais e de transferência de renda. (CARDOSO, 1999, p.127).

Percebe-se que ambos os programas falam da mesma coisa, não havendo de fato uma oposição, mas tão somente discordâncias quanto à forma de condução desses objetivos. A linguagem empregada pelo PT em seus discursos, como dissera Sartori (1989) “fora absorvida pelo sistema imiscuindo-se”. Ainda que o partido se intitulasse de esquerda cada vez mais parecia assumir os vários espectros do jogo político.

Outro viés de bastante relevância em que o partido se atualiza no seu fazer política, é a utilização das modernas técnicas do marketing eleitoral que até então eram vistas com maus olhos por seus dirigentes. (PIETÁ, 1996). As campanhas que foram perdidas pelo PT eram em grande parte feita pela mobilização de um vasto contingente de militantes, em que se estimulava a panfletagem e comícios. Devido à precariedade da forma em que as campanhas eram feitas não poderiam chegar aos resultados que a agremiação e suas lideranças esperavam.

A partir da elaboração de um documento intitulado, Manual de Campanha em 1996 que orientava a forma como o partido deveria agir frente aos pleitos. (SARTORI, 1989). Baseado em publicações e palestras de especialistas da propaganda, visava ser um guia de estratégia eleitoral, para o PT. Aconselhava-se a utilização de pesquisas durante a campanha, planejamentos para estar atento a perceber o desejo e a opinião do eleitorado, investimento centrado em mídias eletrônicas de massa, e a utilização de experts no assunto em detrimento, somente da utilização de militantes.

Rapidamente esses novos métodos foram sendo difundidos, entre os vários núcleos do partido o que levando a uma descentralização da campanha em termos de tarefas e a uma maior organização centrada em órgãos administrativos, centralização na gestão dos recursos sob a supervisão de Diretórios em seus vários níveis. Documentos de encontros desse período revelam a guinada:

Utilizar marketing na política e na campanha não significa necessariamente transmitir ideias falsas. Significa principalmente, no nosso caso, selecionar e direcionar as ações políticas possíveis em encontro ao interesse da população, do eleitor. (...) Na elaboração de um programa de governo ou de um mandato, por exemplo, é fundamental que as prioridades sejam feitas atendendo a vontade majoritária do eleitor ou segmento social que se pretenda atingir. (...) Não significa abrir mão de ideias ou princípios. Significa acharas facetas deles que mais agradam ao público-alvo. (SARTORI, 1989, p. 33)

Tornar-se competitivo eleitoralmente, é um dos fatores que corroboram a mudança de paradigma, a utilização sistemática e eficiente dos expedientes da moderna propaganda político-partidária, somada a um *ethos* cada vez maior de profissionais da mídia, contribuiu para a concorrência no mesmo nível que os outros partidos. “A utilização de novos recursos digitais como a internet possibilitou também uma expansão da campanha por vários meios”. (SARTORI, 1989, p. 36)

Dentre os fatores de relevância nessa guinada do PT até o Executivo Federal, são perceptíveis as mudanças relativas ao financiamento de campanha. No Brasil os partidos políticos angariam fundos por meio de doações de organismos privados e por meio do fundo partidário, que segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constitui-se “num fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos, constituído por dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros que lhes forem atribuídos por lei”.

Desde a sua fundação o PT, sempre estimulou seus militantes, simpatizantes, parlamentares, teóricos e todos aqueles envolvidos com o partido a contribuírem para sua manutenção. O valor de contribuição estabelecido era pequeno e variava de acordo com a quantidade de salários mínimos ganhos por cada um, muitos deixavam de contribuir, ou era feito de maneira esporádica sem critérios fixos estabelecidos que regulassem o financiamento por seus membros. A Secretaria Nacional de Finanças (SNF) da agremiação não exercia uma fiscalização efetiva sobre essa instância, já que os valores eram pagos aos órgãos municipais e regionais não havia um controle unificado. (SECRETARIA NACIONAL DE

FINANÇAS DO PT, SÃO PAULO, 1988, p.5) Os Diretórios Municipais (DMS) deveriam repassar as contribuições apuradas ao seu responsável, hierarquicamente, que era o Diretório Regional (DR) que repassaria um valor simbólico ao Diretório Nacional (DN).

A partir da gestão do Campo Majoritário²⁰, reformas que envolviam estatutos e financiamento interno começaram a ser repensados, O I Congresso Nacional em (1996) e o II Congresso Nacional em (1999) instituíram a Carteira Nacional de Filiação (CNF), emitida pela Secretaria Nacional do Partido. A partir da aprovação da lei 9096/95 houve um aumento gradual em que o partido receberia do fundo partidário. Vejamos a Tabela:

Tabela 1.1 - Recursos oriundos do Fundo Partidário

Ano	Fundo Partidário
1983	9,2%
1984	8,9%
1985	7,4%
1986	0,7%
1989	1,2%
1990	1,8%
1991	1,1%
1993	2,8%
1995	2,3%
1996	50,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Demonstrativos de Receitas e Despesas entregues pelo Diretório Nacional do PT ao TCU (até 1996), com exceção da prestação de contas de 1991, extraída de: Boletim Nacional nº 61, São Paulo, Fevereiro de 1994, p. 16.

A tabela compara os dados do aumento do fundo partidário percebidos entre os anos de 1983 e 1995, sobretudo, a partir da lei 9096/95, o aumento exponencial de participação do fundo partidário mostra como a agremiação se beneficiou, de maneira substancial e gradativa. O aumento se dá em torno de uma parcela muito maior do que 50% tornando-se superior a contribuição dos filiados, que de 1980 a 1996 oscilou muito, devido à falta de um plano efetivo de

²⁰ Sugestões de emendas ao novo estatuto do PT. Coordenação Nacional da Articulação Unidade na Luta, São Paulo, julho de 1995-1996, p.8.

arrecadação²¹ de fundos entre os filiados e também pela irregularidade das doações.

A arrecadação do partido também era adquirida por contribuições estatutárias e outras receitas próprias. Outro fator de extremada relevância no campo das arrecadações são os recursos provenientes de doações de grandes empresas feitas ao DN, o que aumentará consideravelmente a expansão do partido, fruto desta nova política majoritária, o partido buscou angariar fundos naqueles que são grandes contribuintes para com a política brasileira. Empreiteiras, bancos, empresas, doaram maciças²² quantias em dinheiro via SNF, o que passou a representar quase 27% de sua arrecadação, habilitando-o a se tornar uma máquina de competição eleitoral.

Tabela 1.2 - Doações de pessoas jurídicas ao Diretório nacional entre 1996 e 2002 (em %)

Ano	Doações de pessoas jurídicas
1996	10%
1997	12%
1998	15%
1999	20%
2000	25%
2001	30%
2002	30%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Demonstrativos de Despesas entregues pelo DN pelo TSE. Doações de pessoas jurídicas feitas entre os anos de 1996 e 2002.

Em 2002 após quatro tentativas frustradas a presidência da República, e de uma disputa acirrada que ocorreu em primeiro e segundo turno, com aproximadamente 53 milhões de votos quase 61%, elegeram, Luís Inácio Lula da Silva e o PT, conseguiram a tão almejada ascensão ao poder. Em virtude de sua posse, em 2003, o novo presidente tinha o apoio incondicional dos movimentos sociais, de uma grande parcela da classe média e de muitos setores do meio empresarial. Concentrava, naquele momento, toda a legitimidade e força política

²¹ Tabelas de Contribuição Partidária. Secretaria Nacional de Finanças do PT, São Paulo, 2001.

²² Nova política de finanças. Resoluções do II Congresso Nacional, Belo Horizonte, 1999, p.80.

necessárias para tomar algumas medidas explicitadas em seu programa de governo. (MARQUES; MENDES, 2016)

Segundo Fleury (2004), havia as esperanças de mudar a política econômica, intimamente ligada à dívida externa e seus organismos credores internacionais, o controle da inflação e o pagamento da dívida interna, a diminuição das desigualdades, o fomento de um mercado interno que propicie o acesso efetivo das massas, e um pacto nacional em prol do crescimento da nação.

Para além da retórica governamental, um dos traços marcantes do novo governo é a política social. A prioridade para as políticas de transferência de renda dirigidas aos mais pobres parece ser a essência da era Lula, o principal traço distintivo em relação aos governos anteriores, baseada em uma concepção de proteção social bastante acentuada. Um documento que se situa na mesma perspectiva e que abraça a concepção do programa político petista de forma geral é a “Carta ao Povo Brasileiro” que sintetiza esse ideal:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. O novo pacto nacional deve conduzir a uma autêntica aliança pelo Brasil, um novo contrato social capaz de assegurar crescimento com estabilidade. Congregaremos esforços junto a lideranças populares, intelectuais, artistas, grupos religiosos, dos mais variados matizes ideológicos. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2003).

A política social de Lula acompanhada, por um quadro de reformas que se consolidam com a constituição de 1988, circunscritas entre dois aspectos a focalização e a universalização. O período que vai de (2003-2006) é um período marcado pela ambigüidade entre mudança ou continuidade devido à manutenção da política econômica. Um fato que contribuiu decisivamente para a expansão dessa agenda foi o acolhimento de pontos da agenda liberalizante, do governo anterior, que pregava um modelo de Estado menos intervencionista em oposição ao outro lado que era favorável a um Estado responsável por uma ampla cobertura assistencial. (CASTRO, 2004)

A partir dessa concatenação de agendas, que mantém um continuísmo da política econômica de FHC, e a opção pela focalização do gasto social, O Ministério da Fazenda corroborava, assim, a política de viés mais liberalizante que deveria seguir a seguinte estratégia:

A possibilidade de ampliação dos recursos destinados aos brasileiros mais pobres e de fornecer uma verdadeira rede de proteção social, capaz de amparar a população mais vulnerável, depende de forma decisiva da realização de reformas estruturais que reduzam os privilégios concedidos pelo atual sistema – tanto por meio de gastos diretos quanto através de renúncias fiscais – a grupos de renda mais alta. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2004)

No campo das relações de trabalho, foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho, cujo objetivo era criar consensos entre trabalhadores e empresas e propor uma ampla Reforma Trabalhista e Sindical (FAGNANI, 2011), por meio de uma Proposta de Emenda ao Congresso (PEC) em março de 2005. Em março de 2003, a Proposta de Emenda à Constituição 41/03, que tratava da Reforma Tributária, também foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. Seu principal objetivo era a simplificação da estrutura fiscal, extinguindo-se tributos e reduzindo-se cobranças cumulativas.

1.7 A rede de proteção e políticas sociais e sua aplicação

A Constituição de 1988 contribuiu significativamente para o avanço de uma legislação social que privilegiasse a seguridade e a proteção social, mudando fundamentalmente as concepções de Estado e sociedade; redefinindo o papel de cada um destes; introduzindo mecanismos de democracia participativa, além da representatividade através das emendas populares e dos conselhos. A seguridade social foi instituída a partir de três setores: Saúde, Previdência e Assistência Social. As leis decorrentes da Constituição de 1988 tiveram como diretrizes a descentralização político-administrativa e a garantia da participação e representação popular (SPOSATI, 2006, p.102).

Na era Lula esses avanços tornaram-se políticas públicas centrais. No âmbito do combate à pobreza e da Assistência Social destacamos a seguir alguns, que definem o perfil dos programas do governo. O Programa Fome Zero a maior e mais repetida promessa de Lula durante a campanha eleitoral de 2002 era acabar com a fome no Brasil em quatro anos, resgatando 50 milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza. O programa foi lançado oficialmente no dia 30 de janeiro de 2003, e um ministério foi criado para sua implementação: o Ministério Extraordinário para a Segurança Alimentar e o Combate à Fome no Brasil (MESA), coordenado pelo então ministro José Graziano. O texto original que o apresenta diz:

Uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos [...] Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. (BELIK, 2003, p. 35)

A iniciativa envolvia todos os ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade; por meio de uma proposta de Segurança Alimentar para O Brasil. O ponto de partida para mensurar a linha da pobreza tomou como referência o Banco Mundial, que considera como pobres aquelas pessoas com renda inferior a US\$1,25 por dia, fora os custos com aluguel, casa própria e consumo pessoal. (LAVINAS, 2005) Em moeda nacional, esse nível de renda corresponde a R\$ 71,53 mensais por pessoa (à taxa de câmbio de 1999) ou a R\$ 69,66 (em 30 de outubro de 2006).

Belik e Del Grossi (2003) fazem uma avaliação positiva do programa, analisando não somente as ações específicas voltadas para a alimentação como também aquelas dirigidas ao planejamento estrutural. As repercussões no cenário mundial foram boas, além de reforçar a participação e a mobilização da sociedade. Para os autores, é possível articulação de vários programas gastando pouco: apoio à Agricultura Familiar; Políticas de Microcrédito, Alfabetização de Adultos, Melhoria do Nível Educacional e Requalificação Profissional, Bolsa Escola, etc.

O debate em torno do Programa foi de grande repercussão:

Nenhuma proposta poderia ser menos ambiciosa. Com toda propaganda veiculada não se verifica no Programa Fome Zero algo que é essencial para o povo brasileiro: a garantia do direito social, cuja ação do Estado reconheça o vínculo de classe, contribuindo para sedimentar uma noção fecunda e radical de democracia popular, ao mesmo tempo libertária e igualitária. (LAVINAS, 2005).

A efetividade do programa foi curta tendo em vista que surgiram outros de maior abrangência, em dezembro de 2003, com a extinção do MESA e a posterior criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), houve a criação da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que incorporou o Programa Fome Zero, e ficou responsável pelo apoio a Programas de Restaurantes Populares; Programa Nacional de Banco de Alimentos; Cartão Alimentação; Programa de Aquisição de Alimentos; Agricultura Urbana e Educação Alimentar e Nutricional. (LAVINAS, 2005)

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado através da Medida Provisória n. 132, em 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei n. 10.836,

sendo que, o Fome Zero, foi por ele incorporado. Podemos defini-lo tecnicamente como um *mecanismo condicional de transferência de recursos*, que consiste na ajuda financeira às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00) que tenham entre seus membros gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos e extremamente pobres (com renda per capita menor que R\$ 77,00).

Exige-se que as famílias beneficiárias nos mantenham na escola, que ocorra o acompanhamento da saúde de gestantes, e a vacinação das crianças em dia. O programa visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza a curto e em longo prazo através de transferências condicionadas de renda. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015) A pobreza é um fenômeno social complexo, multidimensional e relativo e que, por isso mesmo, permite diferentes formas de conceptualização, interpretação e quais as suas causas.

Mensurá-la nos leva a escolha de determinados elementos a serem privilegiados, em detrimento de outros. Dentre as suas dimensões é comum focar no elemento renda para definir quem é ou não pobre. Sendo assim, a forma mais comum de mensuração da pobreza é através do estabelecimento das linhas da pobreza/ indigência. Mas, para além da questão econômica, vale destacar que a mesma possui dimensões políticas e culturais (SPOSATI, 2006). A pobreza seria, em sua essência, a falta de meios para obtenção de recursos para a subsistência nas suas amplas formas, o resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens, a saber, a não posse de dois bens escassos: o dinheiro e o poder.

O programa pauta-se na articulação de medidas essenciais para superar o referido problema:

1) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; 2) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza intergeracional 3) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários superem a situação de vulnerabilidade²³.

Fruto da unificação de muitos programas criados durante o governo FHC (Castro et al., 2004), foi acima de tudo uma tentativa de responder ao desgaste promovido pelo imobilismo nessa área do que de fato uma mudança substancial. Reiteramos a avaliação de Marques e Mendes (2005, p. 17) para quem não há

²³ Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia/05-01.

dúvida de que o governo Lula, com a implantação em praticamente todos os municípios, do Bolsa Família, provocou melhora nas condições de vida de milhões de brasileiros; mas, mesmo sendo um programa importante, posto que confere um determinado poder de compra para uma parcela significativa do povo, não está considerando sequer o referencial salário mínimo.

Como é sabido, o salário mínimo constitui um piso salarial legal, e qualquer remuneração laboral abaixo dele é considerada injusta e imoral pela sociedade. Segundo sua legislação fundadora, o salário mínimo seria um *quantum* financeiro capaz de manter o trabalhador e sua família. Evidentemente seu valor real foi deteriorado desde a época de sua adoção, de forma que hoje ele está longe de corresponder ao mínimo necessário, tal como previsto na legislação (CASTRO, 2004).

Analisando o programa por uma ótica de alocação orçamentária, o Bolsa Família, representa menos de metade das verbas assistenciais, que não passam de 0,72% do PIB atendendo ao receituário de economistas mais liberais. As limitações as quais o programa enfrenta para que pudesse ter uma cobertura ainda mais ampla são: os valores das prestações são pequenos, os critérios de acesso são rigorosos e seletivos e a sua implantação não se faz acompanhada, ainda, do necessário suporte político-pedagógico com um fim emancipacionista. (FLEURY, 2003)

Ressalta-se também a importância da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003, porque apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – (SUAS), requisito essencial da (LOAS) – Lei Orgânica da Assistência Social para dar efetividade a todos os programas como políticas públicas. Em novembro de 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social que visa materializar as diretrizes da LOAS. Esta política tem como forma de gestão a implantação do (SUAS) – Sistema Único da Assistência Social (FERREIRA, 2008).

O Sistema Único de Assistência Social implantado oficialmente em julho de 2005 tem por atribuições regulares, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógico de ação em rede articuladas com iniciativas da sociedade civil.

Efetiva-se a consolidação do modo de gestão compartilhada, o

cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo conjunto e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade no país. (MARQUES; MENDES, 2004) As ações do programa integram uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Baseado em critérios e procedimentos transparentes, altera fundamentalmente operações como o repasse de recursos federais para estados, municípios e Distrito Federal; a prestação de contas e o modo como serviços e municípios estão articulados atualmente.

Dentro dessa perspectiva mencionaremos a, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ratificada em 2004 que objetiva, lançar programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços básicos e especiais em áreas urbanas e rurais, assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (ARREGUI, 2007).

Para concluir esta rede de proteção, não poderíamos deixar de falar também nos (CRAS) Centros de Referência de Assistência Social, que tem por principais objetivos, prestar serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade, por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços sócio educativos e de convivência, encaminhamentos para a rede de proteção existente no lugar onde vivem e para os demais serviços de outras políticas que possuem um mesmo viés, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.(CRAS, 2009)

O CRAS atua também na prevenção de situações de risco no território onde vivem famílias em situação de pobreza, em suas demandas diárias, inserindo-os na rede de proteção social e promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. (CRAS, 2009) É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais e a importância destas políticas para reduzi-las, pois,

previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades.

2 ELEIÇÕES 2002: FATORES DETERMINANTES DO VOTO EM LULACOMO VOTAM OS ELEITORES BRASILEIROS

A partir de 2002 inicia-se um novo período na história do Brasil aos quais muitos analistas chamam de a era Lula. Tentaremos verificar quais fatores contribuíram para essa vitória. Até recentemente a literatura sobre competição eleitoral estava dividida entre uma perspectiva na qual os eleitores votariam em partidos que estivessem mais próximos à sua posição ideológica e outra perspectiva onde os eleitores escolheriam partidos com os quais teriam estabelecido uma ligação de natureza psicológica. Essas perspectivas são à base das teorias sociológico-econômica do voto e teoria psicológica do voto.

Segundo Castro (1994) na primeira perspectiva os partidos competiriam por votos posicionando-se o mais próximo possível da posição de maior parte dos eleitores. Entretanto, se por acaso os dois partidos competirem em uma eleição dominada por um mesmo tema esses partidos acabariam por convergir para a posição do eleitor mediano. Portanto, esta perspectiva privilegia a estratégia partidária como fator explicativo do resultado eleitoral.

Na segunda perspectiva os eleitores votam nos partidos independentemente da estratégia destes. A escolha do eleitor se daria em função de atitudes frente à política formadas desde a sua infância no processo de socialização da criança. Estariam relacionadas a um amplo sistema de crenças, em que o eleitor confiaria seu voto aos partidos que compartilhassem desse mesmo sistema de crenças. Essas duas teorias em suas formas *a priori*, culminariam na falta de competição, disputa, ou dificuldade de prever os resultados²⁴.

A dificuldade que o cientista social enfrenta quando se depara com alguma das perspectivas mencionadas é a falta de subsidio empírico, para corroboração e mensuração de seus resultados, tendo que analisar a partir de um prisma teórico. Observando estas teorias surge a seguinte pergunta como vota o eleitor brasileiro? O seu voto afetaria as estratégias partidárias? Essas são perguntas fundamentais pertinentes a competição eleitoral. Se conseguirmos identificar quais fatores determina o voto do eleitor e como os partidos responderão

²⁴ Para um melhor entendimento sobre o assunto ver: CARREIRÃO, Y.S. Identificação ideológica e voto para presidente. Opinião Pública, vol. VIII, nº, 1, 2002. CASTRO, M.M.M. Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 1994.

estrategicamente a esses fatores conseguiremos prever, dentro de uma margem de erro, o resultado das eleições e o tipo de política que será adotada pelo vencedor.

No Brasil estudos sobre os determinantes do comportamento eleitoral começam a se notabilizar a partir da década de 1980 e evoluem até a noção de identidade ideológica introduzida na pesquisa brasileira por Singer (1999). Esse autor defende que o posicionamento dos eleitores em uma escala esquerdo-direita seria um fator central na decisão do voto. Carreirão (2002) testa a tese de Singer confirmando o poder preditivo da identificação ideológica, mas relativizando seu impacto que lhe variaria de acordo com a escolaridade do eleitor.

Percebe-se então, que a identificação ideológica seria parte da resposta à questão de como o eleitor vota. Parece ter havido um declínio de sua importância com o tempo, mas o vetor de localização esquerdo-direita ainda seria um importante verificador do voto. A preferência partidária de um eleitor permite prever a posição no espectro ideológico do candidato em que esse eleitor irá votar, mas, não permite prever a identidade desse candidato. (KINZO, 2004)

Já a rejeição partidária teria um vínculo claro com o voto: em quase todos os casos em que um eleitor declarou rejeitar um partido ele não votava em um candidato deste partido. Conforme, afirma Guarnieri (2011), utilizando-se também de dados do ESEB, observando todas as eleições que ocorreram entre os anos de (2002-2010) tentando verificar o efeito da simpatia partidária no voto. Constata-se que as simpatias pelo PT e pelo PSDB, que controlam a grande maioria dos votos nas últimas eleições presidenciais, revelam-se um dos principais componentes da explicação do voto nos seus respectivos candidatos.

Tanto um quanto a outra ajuda a explicar a decisão do voto. Alguns dos autores examinados juntam essas duas variáveis na explicação do voto. Em algumas pesquisas²⁵ encontram-se o impacto da identificação ideológica controlando por variáveis como: o sentimento partidário, como eles vêem o governo, qualidades do candidato e traços característicos do eleitor como sua filiação religiosa, nível de educação, etc. Os resultados concluídos é que o voto era determinado por fatores múltiplos em um candidato, mas não possuiria o mesmo peso para explicar o voto em outro. E assevera:

²⁵Ver: Carreirão, 2002.

As variáveis que apareceram com maior frequência ou com mais peso considerável foram: religião dos eleitores, seus sentimentos partidários, o seu posicionamento numa escala esquerdo-direita, a avaliação que fez do governo, e os atributos dos candidatos (CARREIRÃO, 2007, p. 27).

Dentro deste quadro é de fundamental importância o entendimento da estratégia dos partidos, (CARREIRÃO, 2007, p. 10) pois, o eleitor só pode escolher entre as alternativas que lhe são oferecidas, ao mesmo tempo, que os partidos encontram limites para responder aos fatores que levam à decisão do voto. Quando os partidos optam por se coligar o número de alternativas se reduz e as escolhas possíveis estão determinadas independentes de qualquer dos fatores explicativos, como por exemplo, as disputas intrapartidárias, que tendem a limitar a capacidade dos partidos em responder a estes fatores.

2.1 Indicadores que analisam a vitória de Lula em 2002: voto, estratos sociais e renda

Segundo, Almeida (2006), os fenômenos sociológicos e políticos apresentam múltiplas causalidades. Não há na maioria das vezes, resposta única as perguntas sobre as causas do voto em determinado candidato e outro não, do desenvolvimento humano ou da desigualdade. A vitória de Lula pode ser explicada de várias maneiras. Há, por exemplo, as causas não-imediatas: aquelas que formam o cenário da disputa. Elas podem ser de longo prazo, tal como o de moderação e crescimento do PT, e de curto prazo, tal como o conflito dentro da aliança governista. Há, porém, as causas imediatas: aquelas que motivam o eleitor a votar em um candidato. O Eseb realizou um survey após as eleições de 2002 para tentar analisar os fatores que levaram a vitória de Lula. Os fatores socioeconômicos foram medidos, não somente os fatores clássicos como renda e escolaridade, mas também outros usualmente não mensurados por pesquisas de opinião, tal como filiação sindical e religiosidade. O Eseb também investigou de maneira pormenorizado a ideologia do eleitorado. (ALMEIDA, 2006) Compreendida de maneira ampla, como visão de mundo, como forma pela qual as pessoas concebem os fenômenos sociais, econômicos e políticos. Dentre outras coisas, investigou-se a posição dos eleitores sobre a regulação da economia pelo governo, repressão a protestos, confiança entre as pessoas, clientelismo, rouba-mas-faz e espírito público.

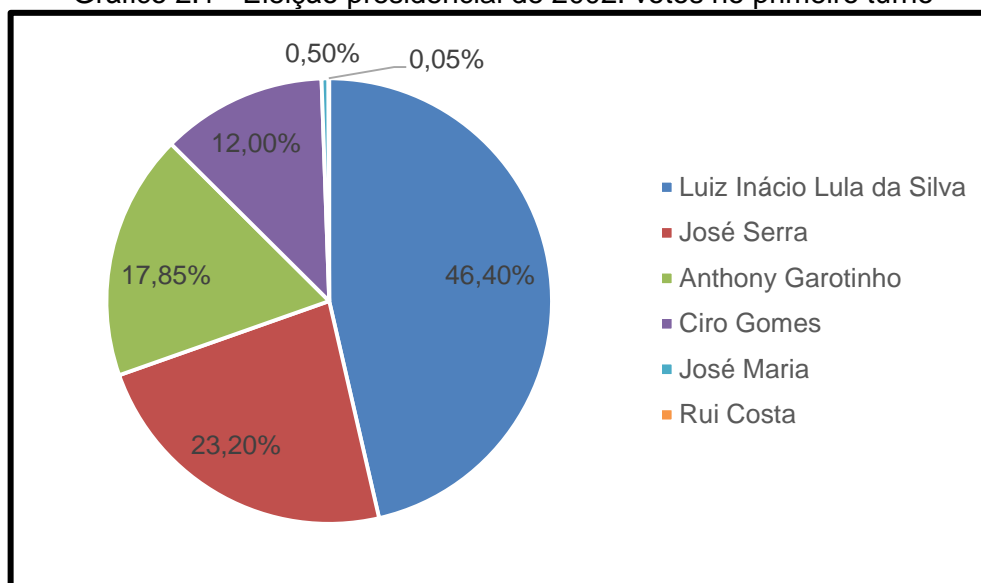
Podemos elencar algumas das variáveis que ajudaram a prever o comportamento do eleitor, e por que votaram no mesmo:

1) O candidato é confiável; 2) gostam do PT; 3) tem o melhor plano de governo; 4) antifatalista; 5) o mais preparado e competente; 6) contra a privatização; 7) contra o autoritarismo; 8) manteria a inflação baixa e garantiria a estabilidade; 9) regulação; 10) defende gerar empregos; 11) avaliam o governo de maneira positiva; 12) melhorar a segurança pública; 13) Instituições, 14) Ideologia. (ALMEIDA, 2006, p. 269)

Os resultados mostram que os fatores positivos para o candidato foram: políticas públicas, características pessoais, preferência partidária, e desempenho do governo. O candidato representava uma esperança em detrimento dos outros candidatos por nunca ter governado e nem ter seu nome ligado a corrupção, por afirmar que incentivaria a política do pleno emprego, pela sua visão quanto ao papel do estado na economia, aquele que estaria mais apto, o mais experiente, e naquele período era visto como um candidato honesto.

Segundo as pesquisadoras Holzacker e Balbachevsk (2007) analisando as eleições presidenciais de 2002 e 2006, a partir da base de dados do ESEB, concatenaram o posicionamento ideológico e a avaliação sobre o governo, juntamente com a visão positiva do eleitor sobre Lula, que se sagrou vencedor naquele pleito. As pesquisadoras chegaram ao seguinte resultado que estas variáveis tiveram relativa importância na eleição de 2002, em 2006 não houve a mesma importância.

Gráfico 2.1 - Eleição presidencial de 2002: votos no primeiro turno



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O gráfico 2.1 mostra que para Lula obter 45,4% dos votos válidos no primeiro turno das eleições de 2002, o mesmo teve que ampliar suas votações em regiões onde ele obtinha habitualmente resultados de pouca expressão. Assim, em comparação com 1998, ele ganha mais de 25 pontos percentuais de votos válidos em diversas microrregiões de Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso e Roraima. O avanço de Lula também enfraquece regiões em que o voto era predominante dos grupos de oposição Goiás, Piauí e Bahia, onde os ganhos foram freqüentemente, entre 15 e 25 pontos (JACOB, 2002).

De fato, uma característica importante da nova geografia do voto no Brasil é a mudança do comportamento eleitoral, sobretudo, em regiões pobres dos sertões do país situadas em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Oeste da Bahia. No segundo turno, a vitória de Lula foi bastante significativa, 61,3%, dos votos, com uma diferença confortável de 22,6% pontos percentuais em relação a José Serra, com 38,7% (JACOB, 2002).

Se a transferência de votos fosse perfeita, o segundo turno seria uma mera formalidade Lula poderia chegar a 76,8% dos votos válidos, uma vez que os quatro candidatos derrotados lhes deram apoio. No entanto, o candidato do PT obteve 61,3% dos votos, uma diferença de 15 pontos percentuais em seu favor. A não-transferência de votos no segundo turno é algo bastante complexo e de difícil compreensão que não abordaremos neste trabalho.

Muitos estudos no Brasil vêm analisando alguns vetores sociais essenciais que tentam mensurar a partir de algumas variáveis os status de grupos da sociedade a partir de algumas categorias e esses reflexos sobre o voto. É lugar comum na literatura brasileira, o posicionamento que a complexidade da estrutura social brasileira é resultado do modelo de desenvolvimento nacional concebido por Getúlio Vargas, na década de 30. Os processos de urbanização e industrialização, assim como o fortalecimento das atividades do Estado e a constituição de uma burocracia nacional foram fatores importantes para a ampliação do peso dos setores médios na vida nacional. Segundo pesquisas²⁶ a classe média constitui um dos maiores grupos da sociedade brasileira atualmente, seguido por um aumento

²⁶Hasenbalg e Silva (1998) analisaram os processos de verificação de mobilidade social no Brasil entre meados da década de 60 e 80, em que se constata o surgimento de uma nova classe média urbana, que corresponderia a 5,7 milhões de empregos criados pela expansão da economia.

exponencial dos trabalhadores populares urbanos e um decréscimo da importância da população rural em nossa sociedade.

Tabela 2.1- Distribuição de estratos sociais brasileiros com base nos dados do ESEB(2002)

Ano	Classe Média	Classe trabalhadora	Outros extratos sociais
1995	37,2%	24,9%	37,9%
1996	42,6	21,5%	35,9%
1997	37,6%	23,0%	39,4%
1998	38,3%	23,4%	38,7%
1999	37,5%	24,1%	38,4%
2001	37,6%	26,1%	36,3%
2002	37,2%	26,5%	36,3%
2003	34,8%	25,9%	39,3%
2004	33,6%	28,4%	38,0%
2005	38,1%	40,1%	21,2%

Fonte: Guerra(2006). Levando-se em consideração que o termo classe média aqui empregada é uma generalização de muitos conceitos incorporados ao referido termo.

Uma conclusão desse estudo aponta o forte crescimento do estrato de renda da classe trabalhadora. Esse grupo representava 22% em 1993, e passou a representar 40,1% em 2005. No sentido oposto, o grupo dos miseráveis, com rendimentos abaixo de R\$ 250,00 passou de um patamar de 48% em 1993 para 21,7% em 2005. É bastante provável que este grupo foi um dos maiores beneficiados pelos programas de transferências de renda, introduzidos primeiro na administração de Fernando Henrique e, posteriormente, expandidos na de Luiz Inácio Lula da Silva. A análise dos estratos médios no Brasil sobre o posicionamento dos eleitores apoiaria ou não determinada administração.

Um dos feitos mais marcantes do Brasil nos últimos anos foi conseguir aliar crescimento econômico e avanços sociais. O resultado dessa política está expresso em números no documento "Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012",²⁷ cuja elaboração foi coordenada pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, com a participação de outros ministérios e órgãos do governo. A publicação revela que, ao mesmo tempo em que o Produto Interno Bruto

²⁷ Ver em: [hTTP://www.ptnacamara.org.br/index.Php/component](http://www.ptnacamara.org.br/index.Php/component). Acesso em 09.04.2016.

(PIB) per capita real brasileiro aumentou 29% entre 2001 e 2012, o Coeficiente de Gini, usado para medir a desigualdade da distribuição de renda, caiu de 0,553 para 0,500 no mesmo período.

O critério de classificação pautado na renda é bastante usual no Brasil, pois, oferece uma medida considerada mais exata das diferenças de renda. Isto porque, em geral, a literatura aponta uma tendência de os entrevistados ou omitirem ou subvalorizarem a renda familiar e pessoal. (BOSCHI, 2000, p. 24) Dessa forma, as faixas de consumo serviriam como um controlador do critério renda. Todavia, mesmo após diversos estudos sobre a aplicabilidade do conceito e sua precisão, as críticas com relação à classificação ainda persistem.

Tabela 2. 2 – Renda da População

Renda	Porcentagem da População
Baixa	54%
Média	40,4%
Alta	50,7%

Fonte: Quadros (2006) segundo dados do ESEB.

Portanto, podemos concluir que todos os critérios adotados visando estratificar a sociedade brasileira apresentam limitações metodológicas. Por outro lado, os estudos realizados sobre a realidade brasileira mostram que o indicador renda é uma variável fortemente correlacionada a muitas variáveis e de impacto sobre o voto (GUERRA, 2006).

Tabela 2.3 Renda Média dos brasileiros entre os anos de 2001 e 2005

Estratos	2001	2002	2003	2004	2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1891,6	1911,9	2031,0
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2

Fonte: IBGE, 2006.

O rendimento médio de toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003, recupera-se parcialmente em 2004 e cresce 6,2% em 2005. No período 2001-2004, esse rendimento médio diminui 2,5%, mas cresce 3,5% entre 2001 e 2005. Em virtude da redução da desigualdade, o comportamento da renda mediana é mais favorável do que o da renda média: aquela aumenta de R\$ 219,6 em 2001 para R\$ 229,8 em 2004 (crescimento de 4,6%) e para R\$ 245,8 em 2005 (crescimento de 11,9% em relação a 2001).

A tabela 2.2 mostra que, entre 2001 e 2004, aumentou a renda média dos três primeiros estratos e diminuiu a renda média dos dois últimos estratos. A variação no rendimento médio é de 16,0% para os 20% mais pobres e de -7,1% para os 10% mais ricos. Assim, os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos no período 2001-2004.

Considerando o período 2001-2005, no qual a média geral cresceu 3,5%, verifica-se, novamente, que o crescimento percentual da renda média dos estratos diminui conforme aumenta o nível de renda. Enquanto a renda média do quinto mais pobre cresce 26,6%, a renda média do décimo mais rico em 2005 é 1,3% menor do que em 2001. Para esse período, também se pode dizer que os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos.

Os resultados confirmam as conclusões obtidas a partir da análise de fato, enquanto em 2002 a estratificação social não teve peso significativo na explicação dos padrões de distribuição do voto em Lula. As pesquisas que abordam a variável socioeconômica não apresentam uma associação direta com o voto em Lula, mas nessas eleições o que se percebe é um voto que apresenta um viés de classe, que, em sua interpretação mais extrema, opõe aqueles que, por anos, governaram o país e sustentaram políticas que contribuíram para o acirramento do quadro de desigualdade e da pobreza.

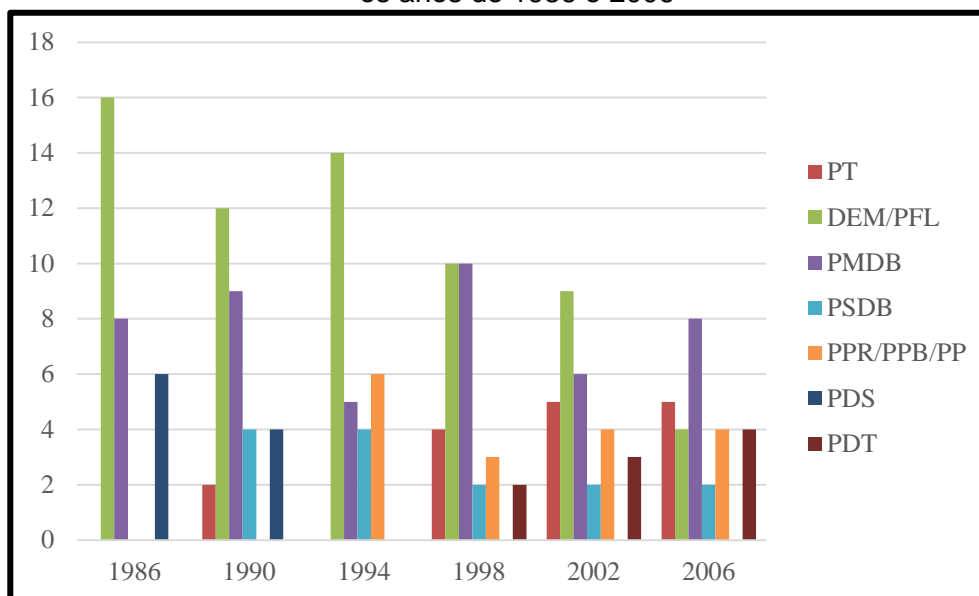
Percebemos que em 2002 as dimensões relevantes para entender o voto no candidato Lula foram o posicionamento ideológico do eleitor, a avaliação do desempenho do governo de Fernando Henrique Cardoso, e a percepção positiva do eleitor com o candidato Lula.

2.2 A política no Piauí e a vitória de Wellington Dias

O Piauí em suas feições estruturais é marcado por uma história de concentração de terras, clientelismo, fisiologismo político e patrimonialismo, dentre outros traços culturais que se encontram presentes basicamente desde a nossa gênese. O processo em que estão ligadas as eleições de 2002 tende a estabelecer uma ruptura desse paradigma em que o poder se concentrou quase sempre nas mãos dos mesmos grupos familiares, os fatores que nos levam a essa conclusão foram: a crise política que se estabeleceu sobre as elites políticas locais e a eleição do governador Wellington Dias.

A crise política estabelecida entre as elites governistas do Piauí e suas conseqüências, foram um dos principais fatores que contribuíram para que houvesse a eleição de um candidato petista em nosso território. Os seus sintomas começam a ser verificados, por meio da cassação do mandato do até então governador Francisco de Assis Moraes Sousa (PMDB), Mão Santa, e de seu vice, Osmar Júnior (PC do B), em 2001, através do pedido impetrado pelo candidato derrotado em 1998, Hugo Napoleão (PFL), sob a acusação de abuso de poder econômico durante as eleições.

Gráfico 2.2 - Partidos que possuem representação na Assembleia Legislativa do Piauí entre os anos de 1986 e 2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Para Freitas (2010), ao analisar a lógica de formação do governo do estado do Piauí, conclui, que apesar de não ter sido possível uma mudança abrupta

no sistema político local logo após a redemocratização depois de 1985 devido à formação política do estado, o aspecto competitivo do novo arranjo institucional adotado permitiu o desenvolvimento de outras agremiações partidárias. O mesmo argumenta que o sistema político piauiense não pode ser considerado oligárquico tendo em vista a grande variedade de atores presentes nos pleitos eleitorais após redemocratização do país.

É importante destacar que apesar da alternância de grupos políticos no poder, não se pode apontar uma mudança significativa, substancial na estrutura social do estado, pois tais grupos são egressos das antigas famílias, latifundiárias, resultantes do processo colonizador, do nosso coronelismo. Os grupos surgidos durante o processo de luta pela redemocratização, que representam parcelas da população diversas daquelas representadas pelo que já existiam, possuem uma colocação de não muito destaque na política estadual, situação que começa a ser alterada quando um novo grupo de eleitos quebra essa estrutura: representantes do PT para o executivo nacional e estadual (BOMFIM, 2004).

O desgaste das tradicionais elites políticas piauienses que levou a cassação da base do governo, convencionalmente conhecida como “resistência Popular” (PMDB, PC do B, PSDB, PDT, PTB, PSB, PPS e outros partidos locais) esfacela-se passando a compor para o governo na eleição de 2002 outras coligações. Esse desmantelamento surge de uma crise na liderança do (PMDB), devido ao apoio declarado pelo então senador Alberto Silva PMDB ao novo governo quatro dias após a cassação do então governador Mão Santo, justificando que estaria oferecendo a Hugo Napoleão apenas um apoio técnico para a execução de suas obras (GUEDES, 2002).

Esse clima de tensão permitiu a possibilidade de intervenção do diretório nacional do PMDB e do afastamento de Alberto Silva, resultando na solicitação de uma licença de 30 dias pelo próprio senador, que bastante consternado pela situação afirmava que ao reassumir a presidência do PMDB iria punir firmemente os “infiéis” pela sua falta de confiança.

Este fato teve grande influência sobre a candidatura do então prefeito Teresina, Firmino Filho (PSDB), a sucessão de Mão Santa, pois, devido ter como vice Marco Silva PMDB, filho de Alberto Silva do mesmo partido, ficou entre o tudo e o nada, tendo em vista que caso se candidatasse poderia perder a prefeitura, pois seu vice um forte candidato a reeleição, além do PSDB não ter grande influência no

interior do Estado. Um fato que aumentou a dúvida de Firmino Filho PSDB foi que em sua convenção estadual, o PMDB ter-lhe-ia sinalizado grande interesse em ocupar a prefeitura de Teresina (BOMFIM, 2004).

Alberto Silva e seu grupo dentro do PMDB acreditavam que o partido deveria sair com uma candidatura própria, lançando João Henrique como candidato ao governo, não queriam ver o PMDB a como uma extensão do PSDB, pois, pensavam que caso saíssem com um candidato fraco o governador Hugo Napoleão venceria de maneira esmagadora. Mão Santa reiterava que Alberto Silva havia agido de maneira autoritária ao lançar João Henrique como candidato ao governo do estado. Os peemedebistas liderados pelo ex-governador defendiam a tese de apoiar a candidatura de Firmino Filho ao governo do estado pedindo que Marcos Silva se filiasse ao PSDB. (JORNAL O DIA, 2002, p. 3)

A indefinição do PMDB tanto sobre o nome que iria apoiar para o governo do Piauí nas eleições de 2002, quanto a respeito da posição de Marcos Silva sobre a sua permanência ou não no cargo do vice-prefeito de Teresina, representavam os maiores obstáculos a candidatura de Firmino Filho no referido ano. Enquanto o PMDB passava por uma crise interna em virtude de sua indefinição política, e levava junto consigo o PSDB, nessa mesma perspectiva começavam a se configurar as possíveis candidaturas ao governo do estado Antônio Pereira pelo PT, Hugo Napoleão pelo PFL e João Vicente Claudino pelo PTB (SENA, 2002).

Diante do cenário político que se desenhava no Estado do Piauí, três foram os principais fatos que influenciaram diretamente para resolução deste dilema político: a decisão política tirada da pré-convenção do PMDB; a possibilidade da candidatura de Roseana Sarney (PFL, à presidência da República; e a Resolução do TSE de nº 21.002/2002 impondo aos estados às mesmas coligações construídas a nível nacional para as eleições majoritárias. Passaremos agora a análise desses fatores que vão incidir mais tarde sobre a eleição e vitória de Wellington Dias. (PINCEL, 2002, p. 3)

O impasse político instalado em nosso estado desenrola-se com a realização da pré-convenção do PMDB no dia 17 de fevereiro de 2002 para decidir o direcionamento político do partido. Com 96 votos de diferença, o grupo que defendia a tese de apoiar a candidatura de Firmino Filho vence, apesar de apostar em candidatura própria, fechando a decisão da convenção no momento, mas defendendo candidatura própria para convenção de junho. Com a derrota da tese de

candidatura própria do PMDB do Piauí, João Henrique, que até então descartava a possibilidade visando o pleito de governador do Piauí em 2002, fica livre para articular a indicação. (PINCEL, 2002).

Assim, sendo inviável a possibilidade de candidatura própria do PMDB no Piauí, defendida pelo grupo de peemedebistas liderados por Alberto Silva, a única opção disponível para o referido partido seria o apoio ao então prefeito de Teresina ao governo do estado. Tendo em vista a ausência de nomes fortes o suficiente para concorrer na corrida à chefia do Executivo estadual, as lideranças do PMDB não tiveram outra opção a não ser pressionar o prefeito Firmino Filho a tomar uma decisão quanto ao seu impasse, pois, um dos principais obstáculos a sua candidatura havia sido superado, o que não deu muito certo.

Os jornais em Teresina mostram encontros de Firmino Filho e líderes do PMDB buscando convencê-lo a se candidatar. “As lideranças do PMDB buscam por meio destas articulações junto ao PSDB lançarem a candidatura do então prefeito de Teresina ao governo do estado, tendo em vista ser talvez o nome mais adequado no momento” (RIBEIRO, 2002, p.3).

Mas apesar da construção de um ambiente favorável a sua candidatura o então prefeito recuou alegando alguns motivos dentre eles: a falta do necessário apoio do presidente FHC e da Executiva Nacional do PSDB; ao fato de não ter havido um entendimento entre as lideranças do PMDB e PSDB quanto ao direcionamento e comando da candidatura do Firmino; e devido ao prefeito não se sentir confortável em enfrentar um adversário expressivo, exercendo o controle administrativo da máquina estatal, e ainda que beneficiado com o aporte de recursos federais, mesmo tendo rompido oficialmente com o presidente da república e com o PSDB. (SENA, 2002, p. 6)

Com este acontecimento a direção do PMDB se divide, uma parte passou a apoiar a candidatura de (Wellington Dias), e outra parte, juntamente com parte do PSDB, entendia que o melhor nome para concorrer ao governo do Piauí contra Hugo Napoleão PFL, seria o Freitas Neto. Outro componente que também contribuiu para tumultuar ainda mais o já conturbado cenário político local foi à possibilidade da governadora em exercício do estado do Maranhão Roseana Sarney PFL candidatar-se à Presidência da República. Esta possibilidade já se desenhava conforme revelam os jornais:

A governadora do Maranhão coloca ao partido que mantém a candidatura, que não tem medo de nenhuma represália, reitera em tom de desabafo, condição para que continue candidata de um partido que não participe de um governo com o qual não concorda. (MIGNONE, 2002, p.04).

O PFL sustentando a posição colocada pela governadora rompe com o governo do presidente FHC, e colocam a disposição do presidente três ministérios ocupados pelo partido que integravam o governo sugerindo que todos os ocupantes de cargos em esferas inferiores nos ministérios indicados pelo partido também fizessem o mesmo acatando sua decisão.

A situação acima descrita deflagrou um mal-estar ainda maior entre PSDB e PFL, acirrando ainda mais o clima entre as duas agremiações, que já estavam bastante enfraquecidas desde as movimentações orientadas para o processo eleitoral de 2002. O PSDB requeria que o PFL entregasse os cargos que ocupava no estado, e o partido não atendia de pronto, este desgaste acabou desencadeando uma disputa aberta por cargos e prestígio diante do presidente, culminando com o PFL declarando-se oposição ao PSDB em 2002 (GUEDES, 2002).

O último elemento de fundamental importância que também teve forte impacto no processo eleitoral de 2002 no Piauí foi à emissão da resolução do TSE de nº 21.002/2002, de fevereiro de 2002, que asseverava sobre a verticalização das coligações construídas nos pleitos majoritários nacionais. Por ter motivado diversas ações judiciais contrárias, sob a acusação inclusive de inconstitucionalidade, tendo em vista que o conteúdo da referida matéria interferia diretamente na dinâmica política estadual (SENA, 2002).

Com isso, intensificaram-se os diálogos entre PFL e PSDB no sentido de comporem uma coligação para o pleito majoritário no estado do Piauí em 2002, tendo como um dos seus maiores obstáculos a aliança entre PSDB e PMDB, devido às divergências entre peemedebistas e pefelistas. Mesmo com a possibilidade cogitada pelo presidente regional em exercício do PMDB, deputado Warton Santos, deste partido coligar-se ao PFL, o senador Freitas Neto, não se candidatasse ao governo do estado, o ex-governador Mão Santa (PMDB), colocava-se como o principal opositor a uma aliança com pefelistas.

Até que em junho de 2002, oficializou-se aquilo que parecia improvável, uma coligação entre PFL e PSDB para a disputa pelo governo do estado, e o conseqüente rompimento da antiga aliança entre PSDB e PMDB. Esta decisão

justiça-se tanto pela perda de confiança entre tucanos e peemedebistas, quanto pelas estratégias do PSDB visando à vitória do candidato a Presidência da República, José Serra PSDB (BOMFIM, 2004).

Os jornais da época, afirmavam a perspectiva de poder e a possibilidade de implantar o modelo administrativo tucano para o todo Piauí, e o risco que corria o PSDB de isolamento e desaparecimento político devido a perda da confiança entre PSDB e PMDB, foram os principais motivadores da decisão tomada pelo diretório regional do PSDB. Assim, a decisão da coligação PSDB-PFL, tem que ser entendida levando em conta decisão da executiva nacional, que visava eleger Serra.

Como o apoio do PMDB a nível estadual já estava garantido, devido a Resolução do TSE, que obrigava os partidos coligados em torno de uma candidatura nacional a repetir a aliança em nível estadual, a orientação da direção nacional do partido e do então presidente do Brasil, FHC, era de que os diretórios estaduais do PSDB deveriam apoiar as candidaturas estaduais do PFL, buscando aumentar sua influência política nos estados.

A decisão gerou descontentamento, tanto de alas do PSDB, quanto do PFL. A reação desanimada entre estes dois agrupamentos políticos pode ser explicada por meio do posicionamento que estes grupos assumiam no estado, quanto através de disputas por cargos federais e estaduais oriundas do rompimento do PFL com PSDB a nível nacional, buscando uma candidatura própria à Presidência da República que de fato não se consolidou.

Assim, deste processo caracterizado por contradições, incertezas e rupturas políticas, emerge um cenário eleitoral marcado amplamente pela fragmentação e instabilidade. A fragmentação das alianças políticas tradicionais do estado e o conseqüente enfraquecimento das elites locais permitiram a abertura de um espaço no cenário político piauiense, o que possibilitou a candidatura de Wellington Dias (PINCEL, 2002).

Percorrendo os meandros do processo político em que ocorreram as eleições de 2002, podemos fechar a nossa chave de entendimento de como se deu o desenvolvimento da candidatura e eleição de Wellington Dias. No decorrer desse processo o PT não cogitava em um primeiro momento sua candidatura para o pleito majoritário no estado, o mesmo não chegou se quer a participar das prévias do partido, do qual foram apresentados Roberto John e Antônio Pereira como pré-

candidatos ao governo estadual. Wellington se concentrava para a eleição de senador.

O PT no estado do Piauí já encarava como certa a eleição de Wellington Dias, mas como já dito todos os esforços eram voltados para ocupar uma cadeira no Senado Federal. Esta suposição do partido se apoiava nas pesquisas de opinião realizadas no início de 2002 que o apontavam com 56% dos votos. Percebendo a popularidade de Wellington e diante da crise política estabelecida entre os agrupamentos que dominavam a cena política no estado, partidos como PC do B, PDT e PPS, passam a fomentar uma frente única com o PT, para articular a sua candidatura. (JORNAL O DIA, 2002, p. 6)

Dessa forma, com o apoio dos agrupamentos intitulados por alguns jornais da época como “esquerda” (PC do B, PDT e PPS) o apoiando, a sinalização positiva do PMDB, a declaração de apoio de dissidentes do PSDB e o vazio político que se estabeleceu no Piauí, Wellington Dias e o PT, agora se sentiam mais seguros para iniciarem uma candidatura ao governo do estado apesar de uma resistência inicial de algumas lideranças do PT. Entretanto, não se esperava uma vitória tão convincente ainda no primeiro turno, que só se tornou possível devido ao apoio dos grupos dissidentes das antigas elites regionais (PMDB, PSDB e PFL), que não contentes com a aliança entre PFL e PSDB, decidiram apoiar a candidatura do PT (RIBEIRO, 2004)

Enfatiza-se que este apoio não se refletiu no poder legislativo, pois a coligação governista elegeu 17 deputados estaduais, 6 federais e 1 senador; o PMDB ficou com a outra vaga de senador, duas para deputado federal e seis para estadual, o PT conquistou, além do cargo de governador, conseguiu quatro vagas de deputado estadual e duas de deputado federal. Ressalta-se também que apesar do governo do estado se renovar em direção a uma plataforma política de esquerda, as representações federais e estaduais apontam para a continuidade do quadro político que constitui o processo de formação política do Piauí.

As explicações mais alegadas no período para a vitória do PT foi que este teria sido resultado de uma revolta popular, diante da situação política, administrativa e financeira em que se encontrava o estado. Esta alegada reação popular colocava o novo governo em uma situação delicada, pois, tendo em vista ser o primeiro governo petista do Nordeste, mesmo sem possuir um conhecimento aprofundado da máquina administrativa do estado teria que atender a determinadas

demandas para legitimar-se diante da opinião pública. A necessidade de diferenciar-se das gestões anteriores teve forte influência sobre o modelo de gestão implementado pelo governo Dias.

De acordo com Ribeiro (2004) a proposta do programa de governo do PT no Piauí centralizava-se em alguns eixos:

A inserção na arena político-institucional de amplos setores populares, antes marginalizados; a necessidade de maior participação popular nas decisões políticas tomadas nas diversas esferas de poder; e a defesa, em termos difusos e gerais, de uma sociedade “socialista e democrática”, que amplie o poder de participação dos menos favorecidos. O discurso de campanha já possuía um forte conteúdo para com as questões sociais, sobretudo, as relacionadas à pobreza (RIBEIRO, 2004. p.03).

Portanto, com a eleição de Lula à Presidência da República, passaram a ocupar uma posição de destaque na agenda política local temas como a inclusão social e o combate a corrupção. É importante destacar que um elemento catalisador da necessidade de um alinhamento político com o governo federal foi o apoio inicial dado ao estado devido, Wellington Dias, ter sido o primeiro governador petista do Nordeste, e a posição que os programas do governo federal ganham no Piauí (ABRUCIO, 2006).

3 O LULISMO NO PIAUÍ

Fenômenos sociais estão presentes na realidade e são construídos pela ação dos atores (BOUDON, 1995). Os fenômenos são objetos de estudo das ciências, e, claro, da ciência política, e podem ser compreendidos e explicados. O ato de compreender e explicar um fenômeno significa entender seu funcionamento, especificamente as relações de variáveis, as quais expressam mecanismos que lhe dão vida (VAN EVERA, 1997; ELSTER, 2006). As ações sociais de um ator podem fazer um fenômeno social surgir na sociedade. É possível verificar as manifestações do fenômeno na sociedade por meio das ações dos indivíduos. Por exemplo: a opinião dos eleitores sobre determinado ator pode expressar a manifestação de um fenômeno social.²⁸

Nossa hipótese é de que existe no Piauí, mas, precisamente nas eleições de 2006, o fenômeno social e político conhecido como lulismo, que influenciou a vitória de Wellington Dias. Singer (2009) sugere que esse fenômeno representa uma nova configuração ideológica que mistura elementos de esquerda e direita. Para o autor, as raízes do lulismo estão na retórica da estabilidade econômica e da ação distributiva do Estado.

Interpretamos, inicialmente, a argumentação de Singer (2009) do seguinte modo: o lulismo é um fenômeno social que une indivíduos com preferências eleitorais semelhantes, as quais são encontradas e correspondidas nos diversos espectros ideológicos clássicos – esquerda, direita, centro, etc. Nesse sentido, observamos que existem dois aspectos que caracterizam a definição dada por Singer (2009), quais sejam: ausência de identificação ideológica e estratificação econômica. Portanto, para Singer, o lulismo está acima das posições ideológicas; e o acesso do povo aos benefícios da economia advindos da estabilidade econômica e de políticas sociais, como o Bolsa-Família, fizeram com que o presidente Lula fosse sustentado eleitoralmente pela “base subproletária” (SINGER, 2009, p. 101).

Considerando o eleitorado brasileiro, de que o lulismo significa uma manifestação política por parte dos eleitores em relação ao presidente Luís Inácio

²⁸ O primeiro princípio fundamental da sociologia da ação consiste em levar a sério o fato de que todo fenômeno social, qualquer que seja, é sempre resultado de ações, de atitudes, de convicções, e em geral comportamentos individuais. O segundo princípio, que completa o primeiro, afirma que o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais que estão em sua origem (BOUDON, 1995, p.28).

Lula da Silva, verificável nos altos índices de aprovação e confiança dos eleitores na sua administração e pessoa. Desse modo, a manifestação dos eleitores em relação ao ator Lula se identifica pelas seguintes variáveis: aprovação à administração e índice de confiança. O lulismo é visível entre os eleitores mesmo em momentos em que não há competição eleitoral iminente ou nas disputas eleitorais.

Para tentarmos entender melhor as interpretações acerca do fenômeno, temos que separar os conceitos de petismo e lulismo. O que se pode entender por petismo e qual sua relevância no atual contexto? As pesquisas sobre a temática vêm crescendo nos últimos anos, mas ainda não conseguem responder efetivamente a sua abrangência. Desde as pesquisas de Meneguello (1989), Keck (1992) Samuels (2004) que são as mais relevantes sobre as bases eleitorais do partido.

3.1 Do petismo ao lulismo

Para David Samuels (2004) “os petistas são um grupo de indivíduos a parte da sociedade, não marginalizados ou excluídos, mas que tem uma posição clara e definida sobre que tipo de sociedade eles almejam construir”. E o autor continua:

Consideramos que os petistas diferem substancialmente dos outros brasileiros. Eles se identificam como sendo de esquerda, são mais instruídos e politicamente conscientes do que a média. Além disso, não somente acreditam que a participação do indivíduo na política pode fazer diferença, como também estão muito mais envolvidos em ações políticas e sociais do que outros. Deste modo eles não só abraçam como põe em prática o objetivo declarado do PT de “movimentar as bases”, ou seja, os atores que não pertencem à elite, para transformar a sociedade brasileira. (SAMUELS, 2004, p. 15)

O referido autor observa que fatores que se suporiam associados ao petismo revelam-se insignificantes ou de pouca importância. Por exemplo, (a classe socioeconômica não diferencia os petistas dos outros brasileiros e eles não a defendem, também não mostra uma relação clara com políticas públicas determinadas que se distinga substancialmente do que a maioria dos cidadãos defende não se pautam de maneira ortodoxa na: ideologia, políticas e classes). Sendo assim, o crescimento do PT poderia ficar drasticamente limitado, pois, muitos brasileiros têm pouco conhecimento técnico sobre políticas específicas e não tem uma consciência de classe clara (ALMEIDA, 2008).

Carreirão (2004) oferece argumentos para sustentar, corroborar esta tese dos elementos de identificação com o petismo, a partir de dados do ESEB (2002) utilizando-se de algumas categorias associadas a classes trabalhadoras: produtores rurais, domésticas, profissionais autônomos, policiais militares, mão-de-obra desqualificada, desempregados, estudantes e aposentados. Analisando as suas posições dentro do mercado de trabalho, emprego e comportamento eleitoral.

As categorias são desconexas e não fornecem por si só relações plausíveis de explicação para determinar que cada classe trabalhista seja mais predisposta a apoiar determinado partido, não se verifica uma correspondência linear, enquadram-se como exemplos dentro da cadeia produtiva tendo em vista não haver corroborações teóricas em relação às categorias aqui empregadas.

Outra categoria de análise a ser observada pela literatura é aquela que faz menção à retrospectiva dos governos anteriores relacionadas ao petismo. Toda a história do partido desde sua fundação até sua chegada a Presidência da República em 2002, revela seu histórico de opositor e crítico ferrenho de todos os governos brasileiros até então. Os analistas políticos sabem que a avaliação do Plano Real e a instabilidade econômica gerada por estes alguns anos depois, contribuiu de maneira decisiva como fator preponderante na escolha do voto nas eleições de 1994 e 1998, vencidas por Fernando Henrique Cardoso (CARREIRÃO, 2002).

Outro aspecto que pode ser observado é aquele que costuma fazer uma relação associativa de identificação de determinadas categorias, novos movimentos sociais, que envolvem questões tais como: raça, gênero, diversidade sexual, etc. Relacionando-as ao comportamento do eleitor como possíveis definidores como de identificação partidária (MACAULAY, 2003). O petismo está bastante associado a estas bandeiras que com o desenvolvimento do partido possuem uma grande relação.

O petismo, segundo Nylén (2000) tem ampliado as formas de participação democrática, ratificando que os seus imperativos de atração congregam o interesse explícito de redução das desigualdades sociais em uma governabilidade que se mostre sólida e a tentativa de equalizar a participação política efetiva dos menos favorecidos. Após observar todos estes condicionantes é possível chegar-se a algumas conclusões sobre o petismo:

O petismo está engajado em reduzir desigualdades sociais e econômicas, conferindo-lhe um grau menor de apoio às práticas políticas clientelistas do que os outros brasileiros. Aqueles que apóiam a liberdade de expressão política e que apresentam visões menos hierárquicas da sociedade tem maior probabilidade de serem petistas, assim como os brasileiros social e politicamente engajados. Estes acreditam que a maior participação política pode provocar mudanças na sociedade, que um maior grau de escolaridade poderia provocar um interesse maior pela política e menos apatia da sociedade, e que o personalismo de uma liderança carismática, juntamente com novas formas de ação social possibilita maior engajamento dos novos atores políticos. (SAMUELS, 2004, p.18.)

Conclui-se que o petismo pode ser entendido como uma forma de organização política que é contrária a qualquer forma de organização tradicional da sociedade brasileira, é avessa a formas hierárquicas de poder, visa construir um modelo de sociedade que não priorize elites e conclama a formação de militâncias, movimentos sociais das mais variadas categorias (de sindicalistas a estudantes) proclamando um efetivo engajamento político e social dos seus partidários, de suas bases. Tais características após analisadas sugerem que “o petismo representa antes uma transformação cultural na sociedade brasileira do que uma clivagem de classes ou uma distinção baseada em posições políticas específica” (SAMUELS, 2004).

3.2 O lulismo segundo André Singer

Entrou em cena uma nova força política no Brasil a partir de 2006, fruto da hegemonia petista no país na última década. Numa construção simples entende-se pelo termo um fenômeno político singular ligado a figura carismática de um líder personalista, que atrelado a políticas sociais um dos aspectos centrais da governança do seu partido estabeleceu uma relação de proximidade com setores da sociedade de baixíssimo poder aquisitivo, de baixa renda, espalhando-se pelas regiões mais pobres da nação resultando essa experiência em votos.

Desvendar as raízes sociais e ideológicas deste novo modelo não é tarefa fácil, tendo em vista a complexidade em conceituar este novo arranjo da política brasileira. Para Keinert (2012) a maior virtude de André Singer que apregoou o termo foi encontrar um ponto intermediário entre a análise da realidade da conjuntura político eleitoral e a reflexão sobre dinâmicas históricas de longo prazo.

Bruno Cava (2012) chama atenção para a síntese paradoxal do que o autor remete as duas almas do PT, aquela combativa e militante, totalmente contrária ao capitalismo e a tudo que ele representa característica dos primeiros anos de formação e atuação, e esta apaziguada e burocrática, controversamente socialistas dos anos (2000-2010).

Segundo Keinert (2012), Singer (2012) responsável pelo termo, conseguiu realçar a imbricação entre a vida política e a estrutura social, visível somente quando se escolhe o ângulo da perspectiva histórica. Esse tipo de abordagem evita tomar o jogo democrático como imune a divisão de classes. Ao contrário do ritmo contemporâneo lento com que as feições democráticas da sociedade brasileira se efetivaram levando em conta que as raízes do poder das classes dominantes se estabelecem sobre a atrofia de mobilização das classes subalternas.

Um dos conceitos fundamentais para entender o pensamento de Singer (2012) é a “revolução passiva” de Gramsci, na medida, em que revela os elementos que moldaram o ritmo devagar de um processo de inserção de grupos sociais historicamente desfavorecidos sem ruptura com o passado. Esse é o caso de nações de desenvolvimento econômico retardatário, em que a modernidade é implantada “de cima para baixo”, não como resultado do conflito entre frações da elite, mas sob coalizão heterogênea entre setores modernos e tradicionais da sociedade. Tal foi o caso descrito pelo autor italiano, em que o moderno se constitui como pacto entre elites. (OLIVEIRA, 2007).

A explicação dada por Singer (2012) acerca do movimento político conhecido como lulismo sugere que este teria nascido, “sob o signo da contradição” (p.9), retrata justamente que a experiência brasileira de transformação social se explica como variante da via conservadora de modernização. Nesse modelo de mudança da sociedade, estendido ao longo do tempo, o Estado tem papel proeminente na elevação da melhoria de vida dos mais pobres, sem que isso implique ruptura substancial com a ordem dominante dos interesses econômicos.

Um reformismo dentro da ordem sem cisões bruscas preservando-se o capital e as estruturas estabelecidas. Na era Lula, o processo foi conduzido pelo Estado ator central da mudança, nesta perspectiva exime-se do fervor da ideologia em detrimento de uma política conduzida sob a égide e os postulados da conciliação. O argumento central do livro atualiza e rememoram discussões surgidas na geração dos anos 70, tais com as de Simon Schwartzman (1975), e Luiz

Werneck Vianna (1997), todos ocupados em analisar as raízes históricas de ampliação de questões relacionadas à democracia no país.

Sob esse prisma Singer define o que seria Lulismo:

[...] "caracteriza-se pela forte identificação do subproletariado com a figura de Lula. Subproletariado são aqueles que oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria "empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. Em síntese, reúne aqueles que se encontra em condições inferiores aos assalariados, são os mais pobres entre os pobres. A definição da categoria é dada por Paul Singer ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980. Em 2005, "47% do eleitorado se encontrava nessa faixa" (SINGER, 2012, p. 21).

Esse novo arranjo agrega em suas feições uma política econômica que concilia aspectos próprios com a do governo anterior (FHC), de um mercado interno voltado aos mais pobres, à manutenção da ortodoxia econômica do último governo, a continuidade do teto da meta da inflação que giram em torno de 6,5% ao ano, superávit primário, e o câmbio estável (FAGNANI, 2011). Como percebido esse modelo se utiliza da estrutura econômica já existente ampliando-a, e também se moldando a um novo *demos* eleitoral alcançando regiões mais esquecidas do país tornando-as mais relevantes. (CASTRO, J.; RIBEIRO, J. A.; CARVALHO, B, 2007).

Na base dessa política encontra-se a porção social do governo:

Programa Bolsa Família (PBF), o controle dos preços (cesta básica), o aumento real do salário mínimo, o crédito consignado, a ampliação do empréstimo, somado a tudo isso, têm-se ainda a ativação de setores antes inexistentes na economia uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semi-árido. É o conjunto dessas políticas que Marcelo Neri chama o "real de Lula", numa alusão ao Plano Real que deu a reeleição a FHC em 1998, que dá força e consolida sua política (SINGER, 2012, p.22)

Um aspecto interessante que se percebe na trajetória de Lula e do (PT) é que nas eleições de (1989, 1994, 1998) tanto o candidato quanto o partido eram vistos pelas classes mais baixas setores da sociedade que ganham até um salário mínimo, com a perspectiva da repulsa. Oliveira (2007) observa que isso ocorria por estes estarem ligados, a greves, manifestações, sindicalismo, o que para o autor era entendido por esses grupos devido a sua mentalidade conservadora, como sinônimos de baderna, balburdia.

Os eleitores mais pobres buscam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem. Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade e sim como obtê-la. Identificada com a opção que colocava a ordem em risco, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma autoridade já constituída para proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. (SINGER, 2012, p.23).

Para alguns estudiosos, Hunter, W. E Power, T. J (2007), Balbachewsky, (2007) acreditam que algumas outras características também ajudam a explicar esse modelo, Lula, abandonara um eleitorado predominantemente, urbano, industrial e com um nível de escolarização maior, por um que é o seu contrário de regiões brasileiras que apresentam um baixo (IDH) mais especificamente no Norte e Nordeste brasileiros. Enquanto, o partido manteve-se fiel a sua origem, o viés não classista desses novos votos, promovendo a união de várias correntes opostas em torno do mesmo projeto.

Concluimos nosso raciocínio sobre este novo modelo político de difícil, conceituação e que por vezes causa polêmicas entre seus analistas pela dificuldade de entendê-lo. “O primeiro mandato de Lula, que se explicita na ausência de avanço da esquerda, se caracterizou por não estar coligado a nenhum estrato específico” (BALBACHEWISKY, 2007). Este acabou por encontrar outra via de acesso ao “subproletariado”, amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político.

Um novo programa de classe que implicou um realinhamento do eleitorado e a emergência de uma nova força, o que se denomina lulismo, tornando necessário um reposicionamento dos demais segmentos. O fato de Lula receber votos à esquerda e a direita de modo equivalente seria o reflexo do realinhamento em curso, que mistura elementos dos dois espectros, contra uma alternativa de classe média organizada em torno de uma formulação de centro. Os programas assistencialistas deste arranjo político também determinam esta abordagem (FAGNANI, 2011).

3.3 O lulismo segundo Perry Anderson

Outro autor que também teceu uma análise sobre o fenômeno foi Perry Anderson historiador marxista inglês. (PERRY, 2011) O autor inicia sua incursão, pelo terreno da economia, aludindo a um período periclitante do prestígio de Lula, no curso da crise do mensalão, a partir de maio de 2005, ele acentua que o ex-presidente conseguiu superar uma conjuntura que lhe parecia, difícil, desfavorável, mas superada devido a sua capacidade de entender o momento político.

Um dos fatores que contribuíram para o êxito do lulismo, segundo, Anderson (2102) foi o fato de o Brasil se beneficiar do bom momento da economia externa que serviu de fator apaziguador dos esquemas de corrupção que o governo enfrentava. É mencionado também o aumento dos preços das commodities no mercado internacional impulsionada, sobretudo pela volúpia do mercado chinês em consumir soja e minério de ferro e os muitos programas sociais e a ampliação de vários tipos de crédito para grupos de baixa renda e distantes do mercado consumidor.

O autor faz comparações entre os dois governos: (Lula e FHC), observando que a política econômica de ambos se enquadra na mesma matriz, com exceção que o segundo foi mais hostil as privatizações, reitera-se apesar do saldo, extremamente, positivo do Plano Real os meios que foram instaurados para mantê-lo, crescimento econômico, aumento considerável da dívida pública, aumento das taxas de juros e do processo de inflação e também a implementação de políticas de ajuste fiscal. (ANDERSON, 2012)

Para Boris Fausto (2012) o ponto de inflexão da análise do referido autor a característica central que determinaria esse modelo político é a transformação no nível do poder subsidiada pela emergência de novos atores sociais. Sob os auspícios do Estado e com a utilização de recursos públicos, esteve e ainda está em formação um bloco propenso a desequilibrar o jogo político e pôr em risco a rotatividade e a circulação do poder.

[...] no peso da personalidade carismática de Lula, conta com uma associação da máquina do PT, das centrais sindicais (com a CUT à frente) de grandes grupos privados, beneficiários de empréstimos subsidiados do BNDES, e dos fundos de pensão, transformados em elo entre o mundo sindical e o empresarial. Quem crê que pela primeira vez constatou o nascimento, desse bloco cujos riscos à democracia podem ser percebidos,

quem primeiro percebeu essa articulação foi um sociólogo insuspeito da peça de neoliberal, Francisco de Oliveira²⁹. (FAUSTO, 2012).

Concluimos, assim, que o fenômeno do lulismo, na realidade, é também a expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado. O eleitor independente é aquele que não tem preferência por partido político, possui alguma rejeição a partidos, mas não tão forte ou específica, à pessoa do líder possui forte relevância, é pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoral. Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho (SAMUELS, 2006).

3.4 Eleições de 2006 e a manifestação do fenômeno

O padrão geográfico de flutuação eleitoral entre os anos de 2002 e 2006 foram bastante densos. Esse fenômeno tem sido objeto de diversos estudos recentes utilizando diferentes metodologias de análise e abordagens interpretativas (Hunter e Power, 2007; Licio, Rennó e Castro, 2009; Marques et al., 2009; Nicolau e Peixoto, 2007; Shikida et al., 2009; Singer, 2009; Soares e Terron, 2008; Zucco, 2008, 2013). Na maioria das vezes, o foco se restringiu à associação negativa entre o nível de desenvolvimento municipal ou o status socioeconômico do indivíduo e o apoio eleitoral a Lula.

Uma das explicações comumente propostas pela literatura enfatiza a influência do Bolsa Família, um grande programa de transferência de renda condicionada (TRC) implementado por Lula em 2003. Ao final de 2006, o programa já cobria cerca de 20% da população brasileira, mas a taxa de cobertura variava enormemente entre os municípios do país. Nicolau e Peixoto (2007) notaram uma alta correlação entre a cobertura do programa e a votação de Lula no nível municipal, o que os levou a argumentar que o Bolsa Família teve papel determinante em seu desempenho eleitoral. (NICOLAU; PEIXOTO, 2007, p. 15-25)

Segundo estudos desenvolvidos por estes autores, a "cada 100 reais de aumento *per capita* do Bolsa Família traz um aumento de três pontos percentuais na votação de Lula nos municípios. Esse estudo foi pioneiro no debate que se iniciou logo após a eleição presidencial de 2006 e recebeu algumas críticas (ver Shikida et

²⁹Ver Oliveira, Francisco de. "Hegemonia às avessas". *Piauí*, nº 7, jan. 2007.

al., 2009), mas a maioria dos estudos subseqüentes confirmaram e expandiram os seus achados.

Nos anos seguintes, a tese de que investimentos neste programa podem de alguma forma ser um fator explicativo do desempenho eleitoral de Lula em 2006 tornou-se quase um consenso entre os estudiosos das eleições brasileiras. Hunter e Power (2007) mostraram que o programa não está apenas associado com a votação de Lula em 2006, mas também com a flutuação de seu apoio eleitoral entre 2002 e 2006 e com o aumento do comparecimento nas áreas menos desenvolvidas do país. Esses achados levaram os autores a associar o programa à vitória eleitoral de Lula e a argumentar que a história da política social é provavelmente a explicação mais plausível para a reeleição de Lula.

Sustentando essa interpretação, Soares e Terron (2008, p. 298) conjecturam sobre o impacto eleitoral do Bolsa Família e afirmam que "o esforço de 2006, cerca de 0,35% do PIB e 0,9% do gasto público, se reverteu em êxito eleitoral e expansão das bases geoeleitorais de Lula". Zucco (2013) sublinhou seu potencial para beneficiar candidatos governistas de partidos diferentes. Segundo o autor, os programas sociais influenciaram as eleições brasileiras mesmo antes de eles chamarem a atenção de analistas e em tempos de bom e mau desempenho econômico. O argumento de que investimentos em programas sociais geram ganhos eleitorais para o candidato governista é também popular na imprensa e sua atratividade o tem feito voltar à tona também em eleições posteriores à de 2006.

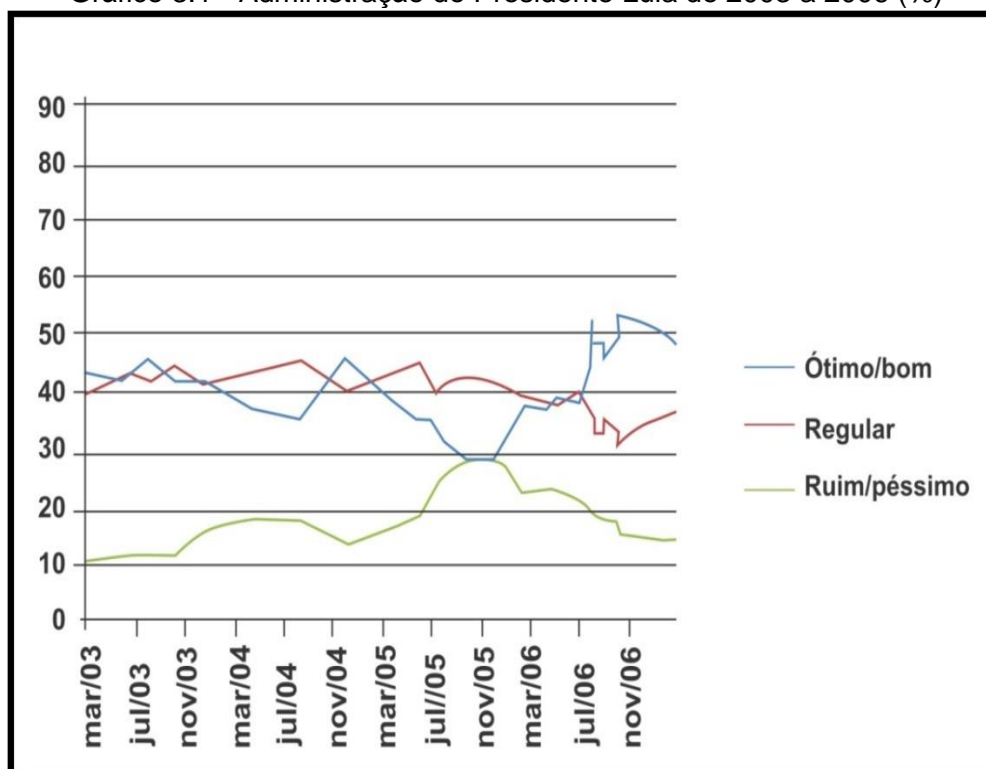
A literatura parece ser enfática quanto à expressividade do programa, o que tem sido muitas vezes negligenciado são as críticas sofridas pelo mesmo, críticas estas que são desferidas, principalmente pela mídia, pelo PSDB, possivelmente levando Lula a perder votos entre os grupos que possuem um poder econômico alto. As críticas na maioria das vezes estão relacionadas à grande dependência que o programa condiciona aos seus indivíduos e a baixa produtividade de seus dependentes.

O desempenho eleitoral de Lula na eleição presidencial de 2006 foi bastante similar ao observado na eleição de 2002, a despeito dos ganhos eleitorais entre os pobres, o que implica que ele perdeu pelo menos a mesma quantidade relativa de votos que ganhou. Hunter e Power (2007), afirma que, enquanto os eleitores pobres respondem primariamente a melhorias em suas condições materiais

de vida, os ricos dão maior relevância à transparência política, coerência de suas propostas e conduta não ligada à corrupção.

Levando em consideração os dois mandatos presidenciais de Lula, percebe-se um nível de aprovação crescente, principalmente no segundo mandato. No primeiro mandato, a média de aprovação foi de 42,1% de ótimo/bom. No segundo mandato, a média foi de 68,1%.

Gráfico 3.1 - Administração do Presidente Lula de 2003 a 2006 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Instituto Datafolha³⁰.

Constata-se uma diferença nas médias de aprovação de quase 20%. Quais fatores poderiam explicar essa flutuação? Circunstâncias econômicas e políticas contribuem ou condicionam a aprovação à administração dos gestores. Desse modo, acreditamos que mesmo diante de circunstâncias econômicas satisfatórias, o eleitor, em virtude de circunstâncias políticas, pode vir a olhar de modo diferente para a administração presidencial (LAVAREDA, 2009).

Ademais, diante da possível relação causal sugerida pela literatura entre bem-estar econômico e aprovação à administração, é possível que uma variável interveniente surja e enfraqueça tal relação. Essa variável advém, então, de questões políticas. No primeiro mandato do presidente Lula, o então deputado

³⁰ Blog de Fernando Rodrigues. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/pesquisas/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em junho de 2005, fez a denúncia de que o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, como tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mensalmente a deputados para que eles votassem favoravelmente na Câmara dos Deputados aos pleitos do governo do PT.

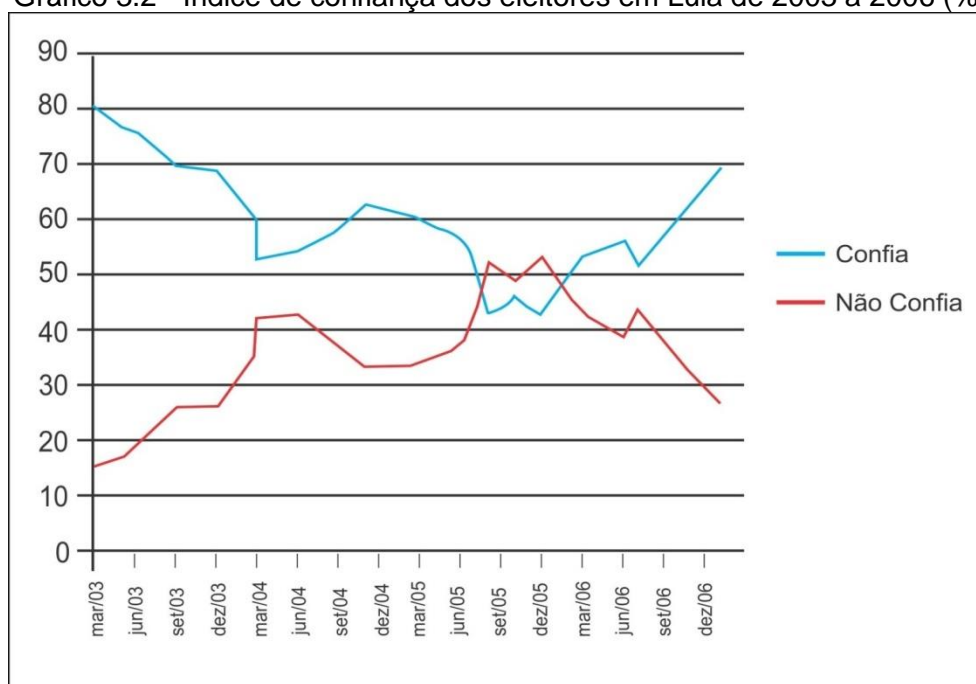
Segundo, Pereira (2010), o mensalão pode ser definido, como uma prática política, presente no governo em questão, caracterizada pela distribuição de recursos mensais por parte de agentes do PT a diversos deputados federais. Esses recursos serviam como incentivo para que parlamentares entrassem ou permanecessem na coalizão partidária do governo.

A denúncia de Jefferson causou diversas modificações no governo de Lula, dentre elas, a saída do ministro chefe José Dirceu da Casa Civil; a abertura de espaço na coalizão partidária para o PMDB, passando o partido ao ocupar diversos ministérios; e a confissão (admissão) do presidente Lula de que o PT utilizava caixa dois nas campanhas eleitorais (PEREIRA, 2010).

O episódio causou a queda na popularidade do presidente Lula, além da perda de confiança por parte do eleitorado em relação à sua pessoa. Naquele momento os atores políticos, em particular os do PSDB, cogitaram o impeachment do presidente da República, a possibilidade de que ele não fosse candidato à reeleição na disputa eleitoral de 2006 e a previsível vitória da oposição nessa eleição (PEREIRA, 2010).

A média de aprovação (ótimo/bom) à administração do presidente Lula antes do episódio era de 40,7%, e a média de confiança na pessoa do presidente correspondia a 64,4%. De junho de 2005, mês em que surgiu o escândalo, até dezembro do mesmo ano, a média de aprovação foi de 31,6%, e a de confiança, 47,5%. (EPAMINONDAS NETO, 2016)

Gráfico 3.2 - Índice de confiança dos eleitores em Lula de 2003 a 2006 (%)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Instituto Ibope³¹.

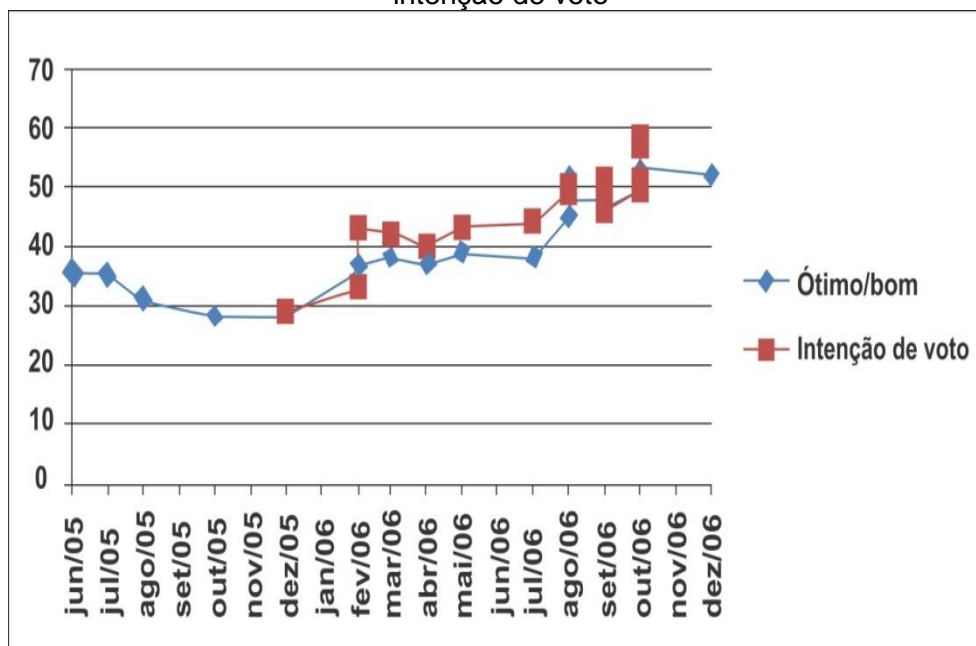
Em fevereiro de 2006, a aprovação ao referido presidente voltou a crescer, e a média de aprovação ao seu governo, considerando o período de fevereiro a dezembro de 2006, foi de 45,2%. Em março de 2006, a confiança no presidente Lula cresceu em relação a dezembro de 2005, subiu de 43% para 53%. De março a dezembro de 2006, a confiança média em Lula foi de 57,4% (CARREIRÃO, 2009).

Pereira (2010) mostra que em dezembro de 2005 o debate em torno do mensalão começou a enfraquecer na imprensa e no Congresso Nacional. Dentre as variadas razões para esse enfraquecimento estão: a cassação do mandato do deputado federal José Dirceu pela Câmara dos Deputados; e a aproximação política com o PMDB no Congresso, que motivou a troca de dez ministros no segundo semestre de 2005.

O arrefecimento de fatos políticos que interferiram negativamente na imagem da gestão de Lula no segundo semestre de 2005 e a variação positiva do (PIB), Produto Interno Bruto, nos diversos quadrimestres de 2006, com exceção do segundo quadrimestre desse mesmo ano, podem ter contribuído para a recuperação da imagem da administração do presidente Lula, seu crescimento nas pesquisas de intenção de voto e sua reeleição.

³¹ Blog de Fernando Rodrigues. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/pesquisas/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Gráfico 3.3 - Representação do desempenho do governo Lula: avaliação da administração, intenção de voto



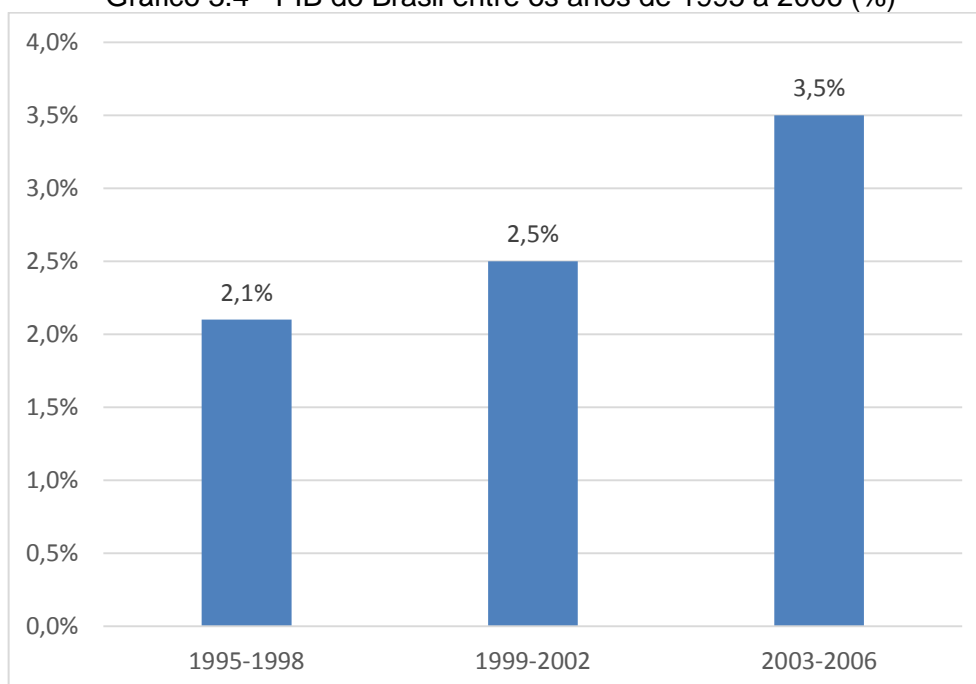
Fonte: elaborado pelo autor com base em Instituto Datafolha e IPEA³².

Com base nas variáveis, avaliação da administração, confiança e intenção de voto mostram de que modo o fenômeno social lulismo se manifesta no eleitorado brasileiro. Como já exposto por Carreirão (2009), o bem-estar econômico e a ausência de escândalos que encontrassem forte ressonância nos eleitores favoreceram o crescimento dos índices referentes à variável de sua administração. Além disso, é perceptível uma relação emocional entre o presidente Lula e os eleitores, expressa pela variável confiança. Nesse sentido constatamos, apesar da crise econômica, que um percentual elevado de eleitores continuou a confiar no presidente, mas exatamente quase 60% das intenções de voto.

Os números são bastante expressivos demonstrando a intenção de voto do eleitor para com o PT, e para com a figura do presidente em questão, parece estar intimamente ligada à sua plataforma política, quase uma simbiose, não deixando muitas dúvidas em termos de hesitação do eleitor.

³²Blog de Fernando Rodrigues. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/pesquisas/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Gráfico 3.4 - PIB do Brasil entre os anos de 1995 a 2006 (%)

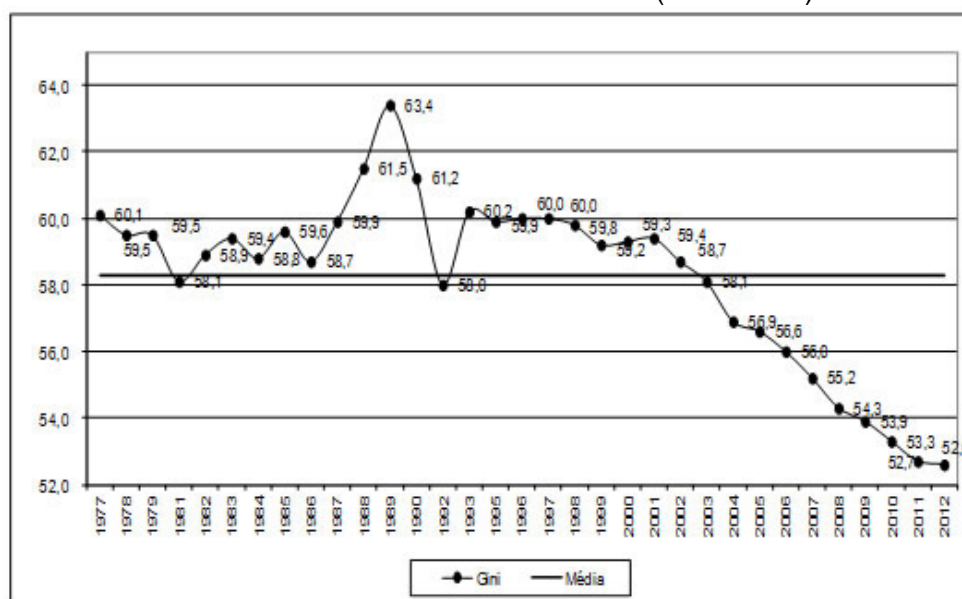


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

No período em estudo, a evolução do PIB seguiu um crescimento descontínuo, apresentando uma expansão de 1,1% em 2003, de 5,7% em 2004, de 2,9% em 2005 e de 3,5% em 2006. Nesses anos, o crescimento, embora pequeno, do PIB foi principalmente fundado na expansão das exportações que, apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6%. A saber, o setor agropecuário obteve um crescimento de 0,8%, a indústria 2,5% e os serviços 2,0%. Em relação à despesa, o consumo das famílias cresceu 3,1%, a formação bruta do capital fixo, 1,6%, as importações, 9,5% e o consumo do governo, 1,6% (MARQUES e MENDES, 2009). O PIB brasileiro cresceu nesse período entre 1995-2002, a um patamar semelhante ao da América Latina e menor que o do mundo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentou o Sistema de Contas Nacionais 2003-2007, com informações sobre o PIB e o desempenho dos setores da economia. Segundo o IBGE, o PIB em valores correntes foi de R\$ 2, 661 trilhões, com deflator de 5,9%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) subiu 13,9%, sendo positivamente afetada por uma redução média de 6% no custo de importação de bens capital. Parte desse resultado é explicada pela valorização cambial de 10,5% entre 2006 e 2007 e o dinamismo da atividade econômica doméstica.

Gráfico 3.5 - Índice de Gini no Brasil (1976-2004)



Fonte: PNAD, vários anos.

O gráfico 3.5, sugere que as políticas sociais implementadas pelo presidente Lula em seu primeiro mandato foram eficazes. A queda de 0,027 pontos no coeficiente de Gini em um período de quatro anos (de 0,587 em 2002 para 0,56 em 2006) é muito alta se comparada à tendência dos anos anteriores. Além disso, esses investimentos foram proporcionalmente maiores nos municípios com maior número de famílias pobres, os quais estão concentrados na região Nordeste. Em média, a renda *per capita* da região mais pobre (Nordeste) cresceu a uma taxa anual superior em dois pontos percentuais à taxa da região mais rica (Sudeste) ao longo dos quatro anos. A renda *per capita* do Nordeste e a do Sudeste cresceu de 0,443 em 2002 para 0,478 em 2006. Apesar de o país permanecer geograficamente bastante desigual, as discrepâncias econômicas regionais foram reduzidas significativamente durante o primeiro mandato de Lula (ZUCCO, 2008).

3.5 O lulismo no Piauí e a vitória de Wellington Dias em 2006

A tese do trabalho apóia-se no pressuposto que a vitória de Wellington Dias em 2006 seria proveniente de maneira substancial da influência do lulismo sobre as eleições em nosso estado. Foi necessária uma análise nos 225 municípios para demonstrar a relação entre ambos. A metodologia utilizada foi uma correlação linear de Pearson. O modelo se utiliza de uma variável dependente: o lulismo e

algumas variáveis independentes, o IDH, o Programa Bolsa Família e o PIB destes municípios.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador social fruto de três variáveis importantíssimas: Longevidade, Renda e Escolaridade. No caso do Piauí, segundo os dados expostos no quadro abaixo, o IDH de 1991 era de 0,566, passando para 0,656 em 2000 e chegando a 0,703 em 2005, a variação entre 1991 e 2007 foi de 24,20% e entre 2000 e 2005 de 7,16%. Políticas públicas mais efetivas nos campos da educação e saúde, aumentos reais no salário mínimo e a introdução de programas de transferência direta de renda como o Bolsa Família são fatores que explicam essa mudança significativa, não somente esses fatores, do IDH do Estado (FILHO, 2007).

Quadro 3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano – 1991/2005

Ano	Índice
1991	0,566
2000	0,656
2005	0,703

Fonte: PNUD/Fundação João Pinheiro.

Medir o padrão de distribuição da renda é uma medida importante de caracterização socioeconômica de uma sociedade. Um dos indicadores mais frequentemente empregados é o Índice de Gini. A medida assume valor zero, situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos em uma sociedade, e valor máximo de um, situação de extrema desigualdade, em que apenas um indivíduo ou família se apropriam de toda a renda disponível. No caso do Piauí o Índice de Gini em 2003 foi de 0,636 caindo em 2005 para 0,589 e novamente subindo em 2006 ficando em 0,607.

O valor registrado em 2007 que foi de 0,599 é inferior em 1,32% em relação a 2006. Importante é observar que entre as mulheres, os valores encontrados para o índice são menores que os encontrados para os homens. Melhores condições de rendimento da população acima de 10 anos de idade explicam a queda no índice. Tais condições podem ter sido melhoradas por fatores ligados à expansão do emprego e ou transferência direta de renda às famílias.

Quadro 3.2 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento, por Sexo no Piauí – 2003/2007

Ano	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
2007	0,599	0,618	0,569
2006	0,607	0,624	0,577
2005	0,589	0,606	0,561
2003	0,636	-	-

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2007.

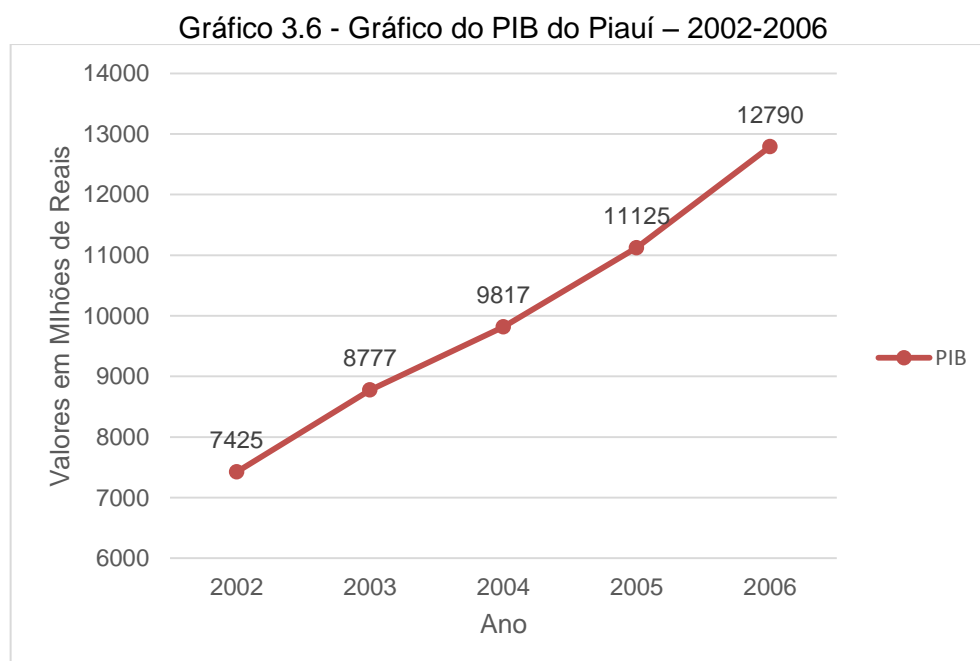
Nos últimos anos o PIB nordestino, e em especial o piauiense, vem crescendo muito em relação ao Brasil. Reflexo de uma nova política de desenvolvimento regional, o PIB do Estado nos últimos anos aumentou graças ao desenvolvimento econômico. A participação do setor público dentro da formação da riqueza piauiense ainda é significativa, ficando em média de 26%, mesmo com tendência participativa decrescente, sinaliza a necessidade urgente de o setor privado ter uma presença mais importante no crescimento da riqueza do Estado. Representando em 2006, apenas 0,54% do PIB brasileiro, registrou a cifra de 12 bilhões de reais, o que resultou em termos nominais uma variação de 72% em relação a 2002 e de 15% tendo como base 2004. Em termos reais, a variação nos dois últimos anos para o Piauí ficou em 6,1%, maior que o Nordeste (4,8%) e o Brasil (4%). (CEPRO, 2007)

Quadro 3.3 - Produto Interno Bruto em Milhões de Reais (2002-2006)

Abrangência Geográfica	2002	2003	2004	2005	2006	Var % 02-06	Var % 02-06
Brasil	1.477.822 (100%)	1.699.948 (100%)	1.941.498 (100%)	2.147.239 (100%)	2.369.797 (100%)	60,36	10,36
Nordeste	191.592 (12,96%)	217.037 (12,77%)	247.043 (12,72%)	280.504 (13,06%)	311.175 (13,13%)	62,42	10,93
Piauí	7.425 (0,50%)	8.777 (0,52%)	9.817 (0,51%)	11.125 (0,52%)	12.790 (0,54%)	72,26	14,97

Fontes: IBGE, Contas Regionais do Brasil/Fundação CEPRO.

Para destacar o crescimento do PIB do Estado apresentamos o gráfico abaixo.



Quadro 3.4 - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto 2003-2006 (%)

Ano	Piauí	Nordeste	Brasil
2003	5,5%	1,9%	1,1%
2004	6,2%	6,3%	5,7%
2005	4,5%	4,6%	3,2%
2006	6,1%	4,8%	4%

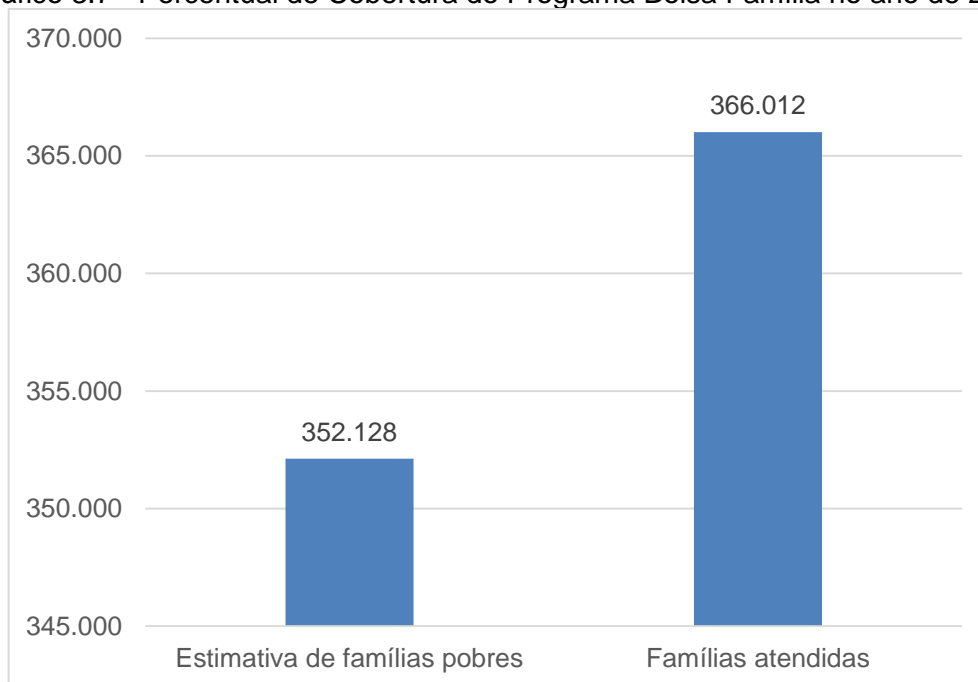
Fontes: IBGE, Fundação CEPRO.

Embora inferior ao Brasil e ao Nordeste o Produto Interno Bruto (PIB) per capita alcançou a cifra de 4,2 mil reais em 2006, o que representa um aumento de mais 1,6 mil reais em relação a 2002 que ficou em 2,5 mil reais. Em termos percentuais e comparando 2002 com 2006 a variação para o Piauí de 65% foi mais significativa do que a encontrada para o Nordeste e o Brasil. Nos dois últimos anos o destaque para o Piauí também é visível (13%). Quando comparamos as taxas de crescimento do PIB, verificamos que o Piauí e o Nordeste crescem a variações superiores ao Brasil. Destaca-se o fato de que no ano de 2003, o PIB piauiense evoluiu relativamente mais que a região Nordeste e o País. (CEPRO, 2007, p. 8) Por que isto ocorreu?

No caso piauiense aponta-se como causa o desenvolvimento do agronegócio no Sul do Estado dados. Em relação ao Nordeste, observa-se que nos

últimos anos, muitas subsidiárias de grandes empresas migraram do Sul-Sudeste e se instalaram na região. Isso provocou um crescimento da riqueza econômica acima dos níveis nacionais. Este fato explica a nova lógica de desenvolvimento regional do país que vem priorizando os Estados no Norte e Nordeste do Brasil. (CEPRO, 2007, p. 8)

Gráfico 3.7 - Percentual de Cobertura do Programa Bolsa Família no ano de 2006



Fonte: Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo

No Plano Plurianual – PPA 2004/2007, o Programa Bolsa Família é identificado como *Transferência de Renda com Condicionalidades*. Seus objetivos são: combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos, e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local. O programa realizou transferências monetárias a famílias com renda per capita de até R\$ 100 mensais, até abril de 2006 e, a partir de então, a famílias com renda per capita de até R\$ 120. O recebimento do benefício é vinculado ao cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação. Esses compromissos são também denominados condicionalidades.³³

³³Relatório de Acompanhamento do Programa Bolsa Família. Secretária de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

Programas dessa natureza, implementados pelo Governo Federal a partir de 2001, como os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, não foram planejados para formar um conjunto integrado, mas nasceram de forma autônoma uns em relação aos outros, não se constituindo em política dotada dos necessários atributos de complementaridade e integração.

Na concepção do PBF partiu-se do conceito de que a pobreza é fenômeno complexo e multidimensional, não sendo possível combatê-lo de forma duradoura apenas com transferência de recursos financeiros aos pobres e extremamente pobres, sendo necessária a combinação de ações emergenciais com políticas estruturais, bem como a conjugação de esforços entre os entes da Federação e a sociedade civil organizada.

No Estado do Piauí em 2006, a cobertura do Programa Bolsa Família, foi muito alta. Segundo, o (Cadúnico) Cadastro Único, o programa possuía nesse ano no estado, 366 012, inscritos, a partir de uma estimativa de 352.128, famílias pobres. Segundo o Relatório de Acompanhamento do Programa no Estado a sua cobertura chega a quase 100%.

O programa possui alguns critérios de análise como, o percentual de famílias acompanhadas, inscritas, e que foram submetidas a uma espécie de questionário que analisa toda sua condição social, e o percentual de famílias não acompanhadas, inscritas, mas que por variados motivos, não foram acompanhadas, municípios em que devido a sua localização tornam difícil o seu acesso, problemas de cadastramento, o não atendimento dos requisitos, etc.³⁴

Os dados coletados mostram que nos 225 municípios do Piauí o percentual de famílias cadastradas é muito grande tendo em vista as difíceis situações socioeconômicas desses locais. O programa nesse sentido cumpre uma de suas principais metas que é o desenvolvimento das famílias, de modo que consigam romper o ciclo de pobreza intergeracional, para que consigam superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015)

A partir dessas considerações podemos estabelecer o nosso método para a pesquisa. Tendo em vista que o método funciona como a “lente” que o pesquisador utiliza para auxiliar a teoria no sentido de interpretar e explicar os

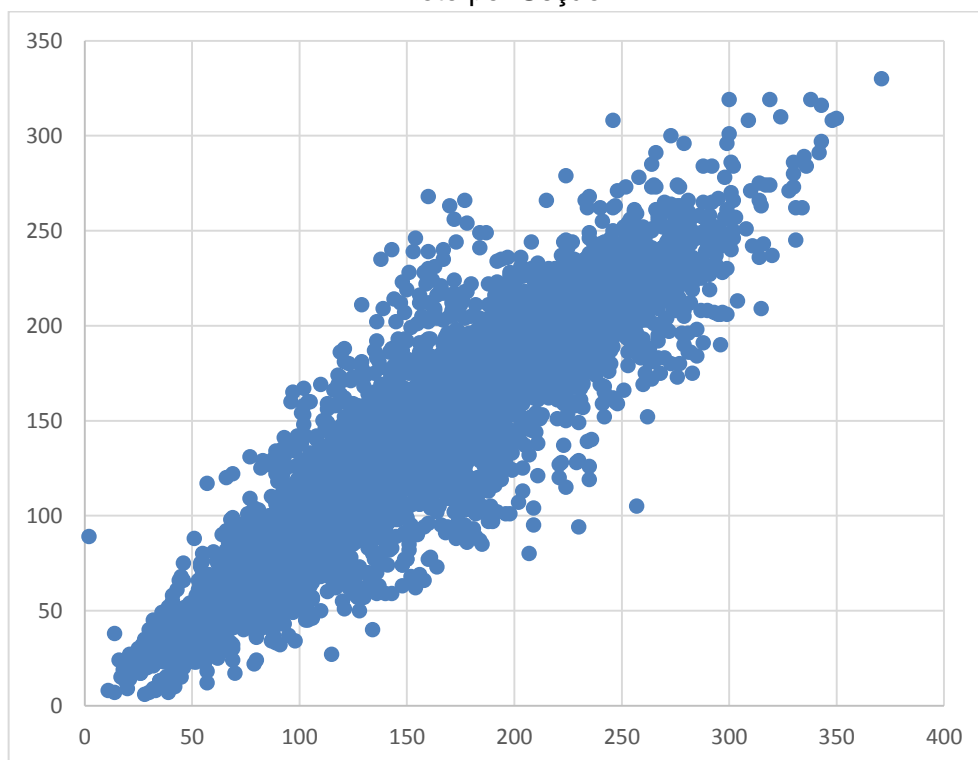
³⁴ HTTP: Bolsafamilia. datasus.gov.br. Acesso em: 12 Jun de 2016.

fenômenos de seu interesse. Para King, Keohane e Verba (1994), “a substância da ciência é primordialmente os métodos e as técnicas”. No entender de outros acreditam que a “a credibilidade dos métodos empregados deve ser um critério central para avaliar os resultados de pesquisa” (Collier, Seawright e Munck, 2004: 23).

A correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas. O coeficiente de correlação de Pearson (r) é uma medida de associação linear entre variáveis. Dois conceitos são chaves para entendê-la: “associação” e “linearidade”. Afinal, o que significa dizer que duas variáveis estão associadas? Em termos estatísticos, duas variáveis se associam quando elas guardam semelhanças na distribuição dos seus escores (MOORE, 2007).

Partindo dessa análise aplicamos esse método a nossa pesquisa, por parecer o mais adequado tendo em vista a precariedade dos dados que obtemos, ou a falta de dados para explorar outros modelos. As eleições de 2006, é o ponto alto da noção de lulismo, é nesse pleito que o fenômeno se manifesta. Vejamos o gráfico:

Gráfico 3.8 - Correlação entre Votação do Lula (2006) e Wellington Dias (2006)
Voto por Seção



Fonte: TSE.

* $r = 0,91$ ($p=0,000$) Correlação: 0,9151 (correlação fortíssima). Significância: 0,000 (nível de significância do coeficiente de correlação apresentado). O resultado acima apresenta correlação fortíssima ($r = 0,91$), com o nível de significância de $p = 0,0000$.

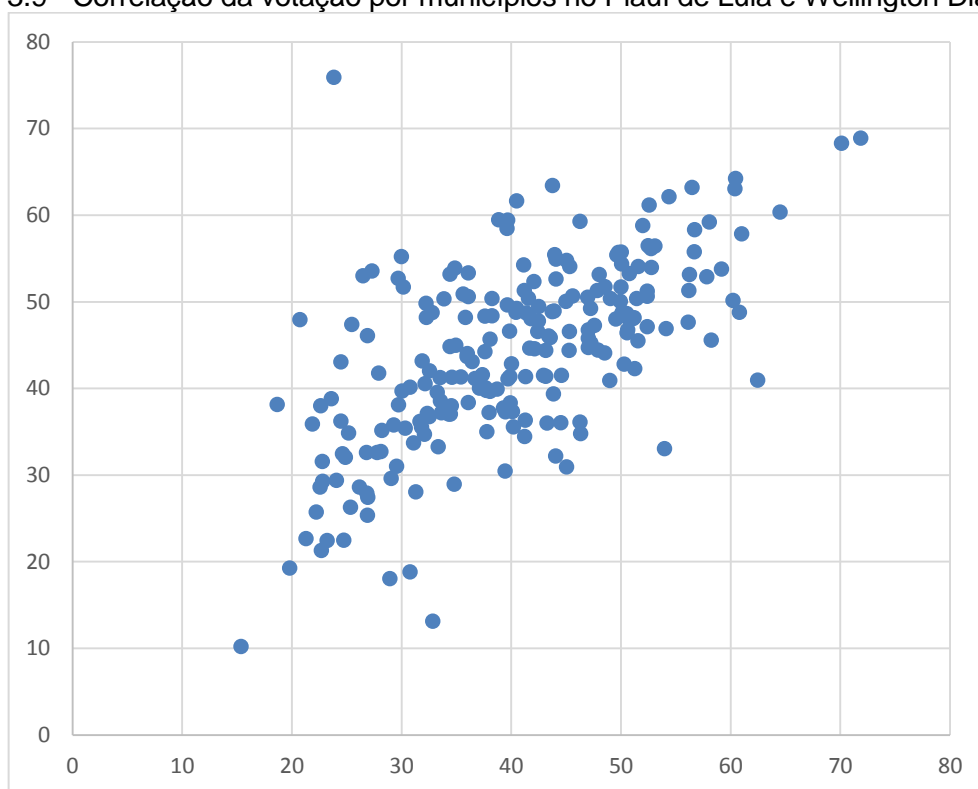
A nossa análise verificou a votação nos municípios do Estado do Piauí, correlacionando as os votos auferidos por Wellington Dias, e os auferidos por Lula. Levamos em consideração os dados do segundo turno, o voto por seção, a menor unidade de análise possível, devido à falta de dados do primeiro turno, para podermos a partir daí estabelecer a correlação.

Percebemos que nas eleições de 2006, na medida em que se aumentou o voto em Lula, o voto em Wellington gradativamente também aumentou. Verifica-se essa perspectiva, a correlação medida apresenta um nível fortíssimo, 0,9151, uma correlação quase perfeita aproximando-se de 1.

A correlação apenas ratifica mensura e consolida aquilo que a literatura sobre o assunto já aborda, que o Programa Bolsa Família, os programas sociais, e a percepção positiva do eleitorado sobre a política de aumento gradual do salário mínimo e dos indicadores econômicos contribuem para corroborar a influência do lulismo nas eleições.

Analisou-se também a correlação da votação por município entre as eleições de 2002 e 2006:

Gráfico 3.9 - Correlação da votação por municípios no Piauí de Lula e Wellington Dias (2002)

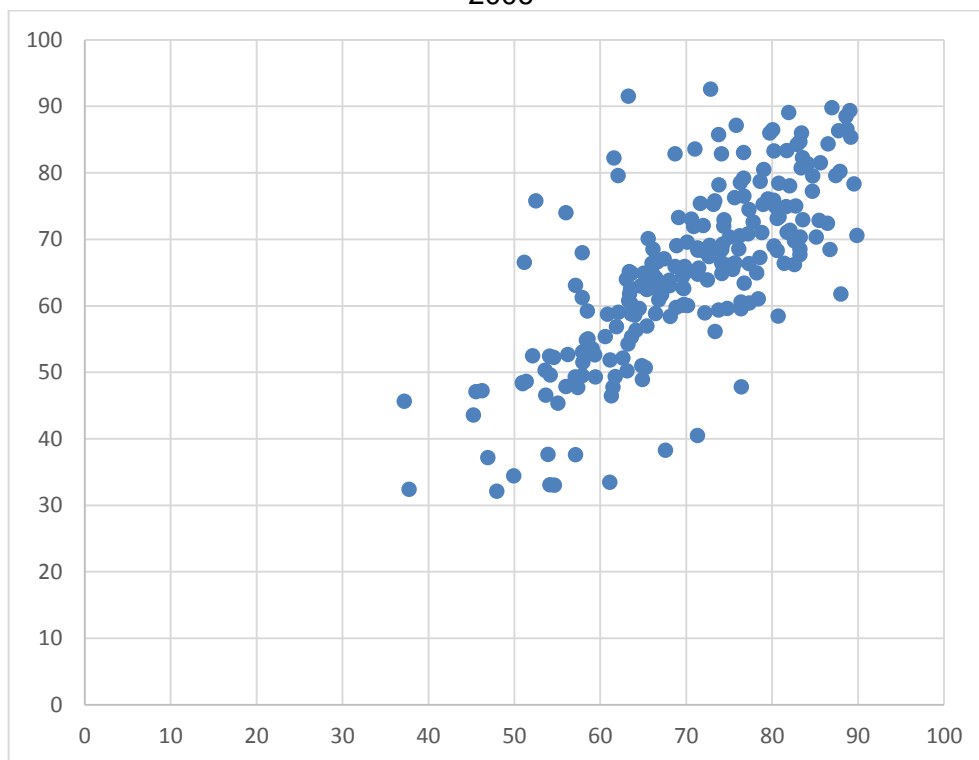


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE 2002.
Correlação _2002. 0.63 $p=0,000$.

Nas eleições de 2002 verifica-se uma correlação alta entre os dois candidatos, ainda que a concepção de lulismo e os programas a ele associados, ainda, não estivessem em voga. Mas mesmo não ocorrendo essa associação direta, lembramos o que já foi exposto no capítulo dois, no Piauí os bons resultados do PT são explicados pela ruptura das tradicionais famílias dominantes de nossa política, um desgaste entre os grupos políticos, que sempre foram predominantes no Estado. O outro fator foi à figura de Wellington Dias que associado a estes grupos dissidentes da política piauiense se sagrou vencedor de maneira bastante convincente, apesar de não ter uma grande representatividade, e não fazer parte da estrutura de poder.

O gráfico de 2002 mostra uma eleição um pouco mais esparsada, observa-se um nível de dispersão do eleitor, há certo padrão nos votos, apesar de os mesmos não estarem imiscuídos, concatenados como em 2006. Os documentos de campanha mostram um discurso parecido com o de Lula, sem ser lulista, mas já muito focado em questões sociais, inclusão dos mais pobres, e mudanças na política que privilegiariam os mais desfavorecidos.

Gráfico 3.10 - Correlação da votação por municípios no Piauí de Lula e Wellington Dias em 2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE 2006.
Correlação_2006. 0,73. P=0, 000.

Nas eleições de 2006 o nível de correlação foi de 0,74, muito alto, e era esperado devido à influência do lulismo, percebem-se os votos mais próximos ainda. O gráfico mostra que nos municípios do Estado do Piauí os votos estão muito imiscuídos, próximos, os candidatos tiveram uma votação bastante similar. Devido à falta de dados do primeiro turno analisamos a menor unidade da análise possível, o voto por seção eleitoral, mas ainda, assim verifica-se um nível bastante forte da votação de ambos.

Apurar em que medida o Programa Bolsa Família contribuiu para a manutenção do voto, não é apenas uma questão de identificar dividendos eleitorais de um programa federal. Passa pela análise da cultura política de uma nação que há muito tempo vinha oferecendo poucas possibilidades de mobilidade social. O Programa Bolsa Família representou uma nítida inflexão nesta tendência e, em que pese o fato de que só foram possíveis por conta da estabilidade econômica, de reformas estruturais anteriores e da conjuntura internacional favorável, tudo indica que os seus beneficiários o vinculam diretamente à figura do Presidente Lula, e a sua plataforma de programas, recompensando-o com votos, e também aqueles ligados à sua política, em nosso caso Wellington Dias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa em princípio, na sua primeira parte buscou fazer uma análise do PT, Partido dos Trabalhadores, observando o processo de formação do partido. Recorremos, para tal fim, a documentos de fundação do PT, tais como: Carta de Princípios (1979), e a Declaração Política (1980). Constatamos as mudanças ideológicas que a agremiação sofreu em meados das décadas de 80 e 90, e as novas diretrizes daí resultantes que habilitaram o partido a se tornar competitivo para que pudesse concorrer democraticamente ao poder chegando ao Executivo Federal em 2003.

A hipótese central do trabalho é sobre a manifestação do fenômeno político-social conhecido como, lulismo, como uma variável capaz de moldar, influenciar, ser um fator preponderante para a vitória em pleitos eleitorais, em especial as eleições de 2006, do Estado do Piauí.

O lulismo pode ser entendido por uma espécie de realinhamento ideológico no eleitorado em torno da figura de Lula, a identificação de grupos aliados do processo econômico, ou seja, aqueles que estão abaixo dos grupos que estão na categoria dos assalariados, e que passam a ser inseridos no mercado por meio de políticas de transferência de renda como, o Programa Bolsa Família, o aumento progressivo do salário mínimo, etc.

Traçamos um paralelo entre as eleições de 2002 e 2006 para podermos comparar os fatores que determinaram ambos os pleitos eleitorais. As eleições de 2002, a nível nacional foram determinadas por fatores como, identificação ideológica e partidária, a percepção positiva sobre Lula, e uma expectativa de mudança em relação a governos anteriores do Brasil em especial ao PSDB e FHC.

As eleições de 2006, já apresentam uma perspectiva diferente o componente ideológico já não é mais um fator fundamental, sendo o lulismo, os programas de transferência de renda, os programas sociais, a percepção positiva do eleitorado em relação aos indicadores econômicos que propiciaram a vitória.

Nas eleições de 2006, analisamos vários indicadores a nível nacional, e a nível estadual para podermos perceber a eficácia do lulismo como variável determinante para o voto. A aprovação da administração do presidente Lula, apesar do escândalo do mensalão, percebe-se um nível de aprovação crescente, principalmente no segundo mandato. No primeiro mandato, a média de aprovação

foi de 42,1% de ótimo/bom. No segundo mandato, a média foi de 68,1%.(CARREIRÃO, 2009).

Em fevereiro de 2006, a aprovação ao referido presidente voltou a crescer, e a média de aprovação ao seu governo, considerando o período de fevereiro a dezembro de 2006, foi de 45,2%. A confiança média em Lula foi de 57,4%, um nível muito alto mesmo em meio às turbulências enfrentadas pelo mesmo.

As intenções de votos mostram como o lulismo se manifesta no eleitorado brasileiro. O bem-estar econômico percebido pelos indivíduos, e o realinhamento ideológico, além do reformismo fraco dentro da normalidade democrática, encontram forte ressonância nos eleitores favorecendo o crescimento dos índices referentes à variável de sua administração. Além disso, é perceptível uma relação emocional entre o presidente Lula e os eleitores, expressa pela variável confiança. Nesse sentido, constatamos que um percentual elevado de eleitores confiou no governo do presidente, exatamente quase 60% das intenções de voto.

No período em estudo, a evolução do PIB seguiu um crescimento descontínuo, apresentando uma expansão de 1,1% em 2003, de 5,7% em 2004, de 2,9% em 2005 e de 3,5% em 2006. Nesses anos, o crescimento, embora pequeno, do PIB foi principalmente fundado na expansão das exportações que, apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6%.

A saber, o setor agropecuário obteve um crescimento de 0,8%, a indústria 2,5% e os serviços 2,0%. Em relação à despesa, o consumo das famílias cresceu 3,1%, a formação bruta do capital fixo, 1,6%, as importações, 9,5% e o consumo do governo, 1,6% (MARQUES e MENDES, 2009). O PIB brasileiro cresceu nesse período entre 1995-2002, a um patamar semelhante ao da América Latina e menor que o do mundo.

As políticas sociais implementadas pelo presidente Lula em seu primeiro mandato foram eficazes. A queda de 0.027 pontos no coeficiente de Gini em um período de quatro anos (de 0.587 em 2002 para 0.56 em 2006) é muito alta se comparada à tendência dos anos anteriores. Além disso, esses investimentos foram proporcionalmente maiores nos municípios com maior número de famílias pobres, os quais estão concentrados na região Nordeste.

Em média, a renda *per capita* da região mais pobre (Nordeste) cresceu a uma taxa anual superior em dois pontos percentuais à taxa da região mais rica (Sudeste) ao longo dos quatro anos. A renda *per capita* do Nordeste e a do Sudeste cresceu de 0,443 em 2002 para 0,478 em 2006. Apesar de o país permanecer geograficamente bastante desigual, as discrepâncias econômicas regionais foram reduzidas significativamente durante o primeiro mandato de Lula (ZUCCO, 2008).

A verificação da efetividade do lulismo no Piauí, como mecanismo de aquisição de votos, segue o mesmo raciocínio da análise feita a nível nacional. Começamos pelo IDH do Estado no período estudado. Em 1991, o nosso IDH era de 0,566, passando para 0,656 em 2000 e chegando a 0,703 em 2005, a variação entre 1991 e 2007 foi de 24,20% e entre 2000 e 2005 de 7,16%. Políticas públicas mais efetivas nos campos da educação e saúde, aumentos reais no salário mínimo e a introdução de programas de transferência direta de renda como o Bolsa Família são fatores que explicam essa mudança significativa, não somente esses fatores, mas esses são substanciais.

No caso do Piauí o Índice de Gini em 2003 foi de 0,636 caindo em 2005 para 0,589 e novamente subindo em 2006 ficando em 0,607. O valor registrado em 2007 que foi de 0,599 é inferior em 1,32% em relação a 2006. Importante é observar que entre as mulheres, os valores encontrados para o índice são menores que os encontrados para os homens. Melhores condições de rendimento da população acima de 10 anos de idade explicam a queda no índice. Tais condições podem ter sido melhoradas por fatores ligados à expansão do emprego e ou melhoria de renda das famílias.

Nos últimos anos o PIB nordestino, e em especial o piauiense, vem crescendo muito em relação ao Brasil. Reflexo de uma nova política de desenvolvimento regional, o PIB do Estado nos últimos anos aumentou graças ao desenvolvimento econômico. A participação do setor público dentro da formação da riqueza piauiense ainda é significativa, ficando em média de 26%, mesmo com tendência participativa decrescente, sinaliza a necessidade urgente de o setor privado ter uma presença mais importante no crescimento da riqueza do Estado. Representando em 2006, apenas 0,54% do PIB brasileiro, registrou a cifra de 12 bilhões de reais, o que resultou em termos nominais uma variação de 72% em relação a 2002 e de 15% tendo como base 2004. Em termos reais, a variação nos

dois últimos anos para o Piauí ficou em 6,1%, maior que o Nordeste (4,8%) e o Brasil (4%).

A nossa análise verificou a votação nos 225 municípios do Estado do Piauí, correlacionando as os votos auferidos por Wellington Dias, e os auferidos por Lula. Percebemos que nas eleições de 2006, na medida em que se aumentou o voto em Lula, o voto em Wellington gradativamente também aumentou. Verifica-se essa perspectiva, a correlação medida é fortíssima 0,9151. A correlação apenas ratifica mensura e consolida aquilo que a literatura sobre o assunto já aborda, que o Programa Bolsa Família, os programas sociais, e a percepção positiva do eleitorado sobre a política de aumento gradual do salário mínimo e dos indicadores econômicos contribuem para corroborar a influência do lulismo nas eleições.

Nas eleições de 2002 verifica-se uma correlação alta entre os dois candidatos, ainda que a concepção de lulismo e os programas a ele associados, ainda, não fosse bastante evidente. Mas mesmo não ocorrendo essa associação direta, lembramos o que já foi exposto no capítulo dois, no Piauí os bons resultados do PT são explicados pela ruptura das tradicionais famílias dominantes de nossa política, um desgaste entre os grupos políticos, que sempre foram predominantes no Estado. O outro fator foi à figura de Wellington Dias que associado a estes grupos dissidentes da política piauiense se sagrou vencedor de maneira bastante convincente, apesar de não ter uma grande representatividade.

Em 2006, a análise de correlação dos municípios, levando-se em consideração o voto por seção, chegou a um nível de correlação de 0,91. Muito forte mostrando como esses votos estão ancorados sobre a mesma plataforma, que é o conjunto de todos os programas do governo Lula, onde o lulismo é mais uma variável. Em linhas gerais podemos dizer que o fenômeno, indagado como hipótese de estudo confirma-se no Estado do Piauí no referido período.

Os dados de diversos indicadores revelaram que o mesmo, independentemente da posição ideológica e do estrato econômico do eleitor, existe no Piauí. Devemos considerá-lo uma variável determinante do voto para explicar a escolha do eleitor em virtude de que, sua conceituação é possível com a utilização dos determinantes clássicos que explicam a escolha do eleitor – avaliação da administração, bem-estar econômico, identificação partidária, etc.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Clovis Bueno. **Leninismo e social-democracia**: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, dissertação de mestrado FFLCH/Universidade de São Paulo, 1981.
- ANGELO, Panebianco. **Modelos de Partidos**: organizacion y poder em los partidos políticos. Madri: Alianza, 1990.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- AZEVEDO, Ricardo de. **Entrevistas sobre o Brasil do século XX**. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1997.
- ARRETCHE, M. T da S. **Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002.
- AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é mais vermelha**. São Paulo: Editora Garçon, 2003.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Avanço e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda aprendizado e coalizão. In: CONSAD, **Avanços e perspectivas da gestão pública dos estados**, 2006.
- AOKI, Masahiko. Endogenizing institutions and institutional changes. **Journal of Institutional Economics**. Hartfield, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2007.
- ARREGUI, Carola C. **Assistência Social: controle e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- ALMEIDA, Carlos Alberto. **Por que Lula? O contexto e as estratégias políticas que explicam a eleição em crise**. São Paulo: Record, 2008.
- _____. **A cabeça do eleitor**. São Paulo: Record, 2008.
- ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. Novos Estudos: CEBRAP, 2011.
- BAIOCCHI, Gianpaolo (Ed.). **Radicals in Power: The Workers' Party and Experiments in Urban Democracy in Brazil**. Londres: Zed Books, 2003.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006**. Opinião pública, 13(2): 283-306, 2007.

BERBEL, M. R. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978- 1980)**. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1991.

BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRESSER, P. L. C. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. Rev. Lua Nova. nº 45, p. 45 – 95 1998. In: _____. **A Reforma do Estado para a Cidadania**. 34. ed. São Paulo, 1999.

BELIK, Del Grossi. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil**, 2003, 35p.

BOMFIM, Washington. **Mudança social no Piauí**. Rio de Janeiro, Renavan: 2004.

BURGOS, Raúl. **Los gramscianos argentinos: cultura y política em La experiencia de Pasado y Presente**. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2004.

CARVALHO, Apolônio. **PT: um projeto para o Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994.

CAMILLER, Patrick (orgs.). **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto. Redefinindo a base teórica para o estudo dos partidos social-democratas, 1996.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, J.; RIBEIRO, J. A.; CARVALHO, B. **Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005**. Texto apresentado no Congresso Anual da Sociedade de Economia Política realizado em São Paulo, jun. 2007.

CARREIRÃO, Yan de Souza. (2002), **A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro, Editora da UFSC/Editora da FGV.

_____. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV, 2002.

_____. **Os partidos políticos e a decisão de voto no Brasil**. Trabalho apresentado na reunião da Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, 2002.

_____. **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)**. *Dados*, 47 (1): 131-168, 2004.

CAVA, Bruno. **O lulismo e suas interpretações**. Uninomade, 2012.

CESAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2002. P.31.

COUTINHO, Carlos Nelson. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In: Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Gramsci no Brasil recepção e usos**. In: História do marxismo no Brasil. Vol.III. Editora da Unicamp, 1998.

COHEN, E. E FRANCO, R. **Evaluación de proyectos sociales**. — Espanha: Siglo XXI, 1993.

COHN, Amélia. **As políticas sociais no governo FHC**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11(2): 183-197 out. 1999.

COLLIER, David; SEAWRIGHT, Jason & MUNCK, Gerardo L. Sources of Leverage in Causal Inference: Toward an Alternative View of Methodology, In: H. Brady & D. Collier (eds), **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**, Lanham, MD, Rowman and Littlefield, 2004.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2005.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. **El Estado de bienestar social em América Latina: una nueva estrategia de desarrollo**. Madrid, España: Fundación Carolina, ALCI, 2009.

ELSTER, Jon. **Egonomics: análisis de La interacción entre racionalidad, emoción preferencias y normas sociales em la economía de La acción individualy sus desviaciones**. Barcelona: Gedisa, 1997.

FAGNANI, E. **Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92**. *Cadernos Fundap*, São Paulo, p. 59-102, 1997.

_____. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 192, junho 2011.

FARIA, V. E. **Reformas institucionales y coordinación gubernamental en La protección social de Brasil**. Revista de la Cepal, Santiago, n. 77, p. 7-24, 2002.

FAUSTO, Boris. **O Brasil de Lula, segundo Perry Anderson**. Novos Estudos, CEBRAP, 2012.

FERREIRA, JR. Amárico. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. In: **Cadernos Cedes**, vol. 28 nº 76, Campinas Set/Dez, 2008.

FIORI, José. Los Ajustes e milagres latinos americanos. In: **Os Moedeiros Falsos: 65-78**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

FIORINA, Morris. **Retrospective voting in American national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981. ação social. 5. Ed. Barcelona: Gedisa, 2006.

FREIRE, Roberto. **O que mudou na esquerda?** Brasília: Novos Rumos, 1991.

FLEURY, Silvia. **Seguridade Social**. INESC, p. 110– 119, 2004.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e perspectiva social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1996.

FREITAS, Vitor Eduardo Veras de Sandes. **A lógica da formação de governos estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). CCHL, UFPI, Teresina, 2010.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Cortez, 1989.

GARSON, G. David. (2009), **Statnotes: Topics in Multivariate Analysis**. Disponível em: <http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm>.

GUEDES. Mussoline. **Crise de liderança no PMDB**. O Dia. Piauí: Teresina. 08. Mai. 2002. Política. P.06.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUARNIERI, Fernando. **Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil**, 2011.

HAYATI, D; KARAMI, E.; SLEE, B. Combining qualitative and quantitative emethods in the measurement of rural poverty. **Social Indicators Research**. v.75, p.361-394, springer, 2006.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics & Society**. vol. 49, nº 1, 2007, pp. 1-30.

HUNTER, W. e POWER, T. J. **Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006**". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, 2007. pp. 1-30.

IVO, Ana. B. L. **A Reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado**. *Rev. São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 57-67, 2004.

KAUTSKY, Karl. **The class struggle: Erfurt Program**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1971.

KECK, Margaret E. **PT, A lógica da diferença**. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1992.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão**. Campus /Rio de Janeiro, 2012.

KETTL, D. F. **Global Reinvention, Basic Issues, Questions Ahead. Paper presented in the global Forum on Reinventing Government**. In January 14-15, in Washington, D. C. Digit, 1999.

KEINERT, Fabio Cardoso. **Análise do Lulismo**. Cia das Letras, 2012.

LANZARO, Jorge. **Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y La social democracia – Una tipología para avanzar em Las análisis comparado**. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 2007. Disponível: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/40_analises_AC_n_12_dez_2007.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

LAVAREDA, Antonio. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2009.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido". **Opinião Pública**, vol. 15, nº 1, p. 31-54, jun. 2009.

LOWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sociologia política marxista**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACAULAY, Fiona. **The Purple in the Rainbow: Gender Politics in the PT**. In:

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. **Lula e políticas sociais: um passo à frente e um passo atrás.** Acesso em mar: 2016.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: A formação de um Partido – 1979/1982.** São Paulo, Paz e Terra, 1989.

MOREL, Mario. **Lula o Metalúrgico: anatomia de uma liderança.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e repressão.** Os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.47.

MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de La democracia.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

MOORE, David S. **The Basic Practice of Statistics.** New York, Freeman, 2007.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

NYLEN, William. **The Making of a Loyal Opposition: The Workers' Party (PT) and the Consolidation of Democracy in Brazil.** In: KINGSTONE, Peter e POWER, Timothy J. (Eds.). *Democratic Brazil: Actors, Institutions, and Processes.* p. 126-143. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "**As bases municipais da votação de Lula em 2006**". In: **Cadernos Fórum Nacional**, nº 6. Rio de Janeiro: Instituto de Altos Estudos, p. 15-25, 2007.

OLIVEIRA, Adriano; SANTOS, Roberto. **Boas administrações elegem candidatos?: uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p.116-138, jul.-dez. 2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios do PT.** São Paulo: maio de 1979. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/documentos/index.html>>. Acesso em 14 dez 2015.

PRZEWORSKI, Adam. A social - democracia como um fenômeno histórico. In: _____. **Capitalismo e Social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 19-65.

_____. Reformas econômicas em democracias recentes: uma abordagem social-democrata. **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 171 a 207, 1993.

PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods.** Londres, Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

PANIZZA, Francisco E. **The social democratisation of the Latin American left.** Revista Europea de Estudios Latino-americanos y Del Caribe, n. 79, p. 95-103, out. 2005.

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

PETERNELLI, Luiz Alexandre. **Métodos e técnicas de pesquisa.** Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

PINCEL, Paulo. **Déficit mensal chegará à cerca \$ 12 milhões.** O Dia. Piauí. Teresina. 14. Nov.2002. Política. P. 3.

_____. Wellington Dias é escolhido para concorrer às eleições. **O Dia Piauí.** Teresina. Jun. 2002. Política. P. 4.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. Partido dos Trabalhadores (1979-1998). São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

RIBEIRO, Maria Eugênia; SÁ, Elizabeth. **Firmino não tem como escapar.** **Jornal Meio Norte.** Teresina: 05. Abr. 2002. Política. P.3.

_____. Dissidências entre as tradicionais elites políticas do Piauí. **Jornal Meio Norte:** Teresina: Mai. 2002. Política. P.3.

_____. Programa de Governo do PT no Piauí. **Jornal Meio Norte:** Teresina: Jun. 2004. Política. P.4-5.

RICARDO, Mignone. Roseana diz que será candidata somente se PFL deixar governo. **Jornal Meio Norte.** Piauí: Teresina. . 2002. P.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **“O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido antissistema a legitimador do sistema. 2003”.**

RIESCO, Manuel (Ed.). **Latin America: a new developmental welfare model in the making?** London: UNRISD/Palgrave-Macmillan, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **A composição social da liderança do PT, Partidos e sindicatos.** São Paulo, Ática, 1990.

_____. **As eleições de 1994.** In: Vol, 38, nº1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários.** Rio de Janeiro. Zahar; Brasília, Editora da UnB, 1982.

SAMUELS, David. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil**. Dados, 40 (3): 493-535, 1997.

_____. **As Bases do Petismo**. Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 221-241.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1999.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil – recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002.

SENA, Yala. Firmino rebate crítica dos adversários. **O Dia**. Piauí: Teresina. 04. Abr. 2002. Política. P.03.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não-paramétrica: para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 350 p.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. A vitalidade de um pensamento; apresentação Leandro Konder. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1999.

_____. Raízes sociais e Ideológicas do Lulismo. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**. n.85, São Paulo, 2009.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Marco Antônio de. **Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT: continuidades e rupturas**. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1995.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades: 187-212. **Rev. Lua Nova 48**, 1999.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. "**Dois Lulas: a geografia eleitoral dareeleição** (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *OpiniãoPública*, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.

STANTON, Jeffrey M. Galton, Pearson, and the peas: A brief history of linear regression for statistics instructors". **Journal of Statistical Education**. 9,3,. 2001. Disponível em: <http://www.amstat.org/publications/JSE/v9n3/stanton.html>.

SPOSATI, Aldaísa. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 87, São Paulo, ano XXVI, edição especial, 2006.

SHIKIDA, C., et al. It's the economy, companheiro!: an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data. **Economics Bulletin**, vol. 29, n° 2, p. 977-992, 2009.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of political science**. New York: Cornell University, 1997.

ZUCCO, C. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". **Journal of Latin American Studies**, vol. 40, n° 1, p. 29-49, 2008.

_____. When pay outs pay off: conditional cash-transfers and voting behavior in Brazil 2002-2010". **American Journal of Political Science**, vol. 47, n° 3, 2013.

ANEXOS

MUNICIPIOS	FAMILIAS DO MUNICIPIO	FAMILIAS ACOMPANHADAS	PERCENTUAL DE COBERTURA
ACAUA	1268	630	61,52 %
AGRICOLANDIA	1473	475	60,82 %
AGUA BRANCA	4062	2098	99,1 %
ALAGOINHA DO PIAUI	1.880	0	0 %
ALEGRETE DO PIAUI	1250	572	85,89 %
ALTO LONGA	1126	1022	54,3 %
ALTOS	9833	2161	47,19 %
ALVORADA DO GURGUEIA	967	415	71,8 %
AMARANTE	4610	1996	98,47 %
ANGICAL DO PIAUI	2001	355	39,4 %
ANISIO DE ABREU	1812	969	94,63 %
ANTONIO ALMEIDA	723	199	48,77 %
AROAZES	1573	0	0 %
AROEIRAS DO ITAIM	0	0	0 %
ARRAIAL	1272	285	38,46 %
ASSUNCAO DO PIAUI	1576	595	70,41 %
AVELINO LOPES	2570	0	0 %
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	1692	674	77,38 %
BARRA D'ALCANTARA	1062	505	97,68 %
BARRAS	9704	1063	17,18 %
BARREIRAS DO PIAUI	701	306	84,76 %
BARRO DURO	1839	788	87,75 %
BATALHA	5972	2938	87,41 %
BELA VISTA DO PIAUI	742	480	98,16 %
BELEM DO PIAUI	673	0	0 %
BENEDITINOS	2447	85	7,17 %
BERTOLINIA	1281	0	0 %
BETANIA DO PIAUI	1923	845	78,82 %
BOA HORA	1152	601	99,34 %
BOCAINA	1209	512	75,52 %
BOM JESUS	3882	267	14,37 %
BOM PRINCIPIO DO PIAUI	1110	246	35,34 %
BONFIM DO PIAUI	1207	81	10,06 %
BOQUEIRAO DO PIAUI	1316	121	14,67 %
BRASILEIRA	1889	5	0,46 %
BREJO DO PIAUI	1027	328	66,13 %
BURITI DOS LOPES	4567	402	18,17 %
BURITI DOS MONTES	1684	1022	98,27 %
CABECEIRAS DO PIAUI	2132	226	18,08 %
CAJAZEIRAS DO PIAUI	678	10	2,39 %
CAJUEIRO DA PRAIA	1452	171	29,23 %
CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	1342	603	83,29 %
CAMPINAS DO PIAUI	1379	633	86,48 %
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	1105	651	84,33 %
CAMPO GRANDE DO PIAUI	1282	776	98,23 %
CAMPO LARGO DO PIAUI	1302	197	23,65 %
CAMPO MAIOR	11682	2761	61,62 %
CANAVIEIRA	1051	0	0 %
CANTO DO BURITI	4978	1632	70,47 %
CAPITAO DE CAMPOS	2559	1580	97,83 %
CAPITAO GERVASIO DE OLIVEIRA	855	379	59,59 %
CARACOL	1933	0	0 %
CARAUBAS DO PIAUI	1105	692	92,76 %
CARIDADE DO PIAUI	900	417	72,15 %
CASTELO DO PIAUI	4493	1105	37,48 %
CAXINGO	862	428	77,12 %
COCAL	5764	0	0 %
COCAL DE TELHA	1134	1	0,13 %
COCAL DOS ALVES	1269	6	0,82 %
COIVARAS	854	474	90,63 %

COLONIA DO GURGUEIA	1209	416	62,28 %
COLONIA DO PIAUI	1798	55	5,33 %
CONCEICAO DO CANINDE	1264	453	63,98 %
CORONEL JOSE DIAS	1177	291	36,65 %
CORRENTE	5682	694	27,91 %
CRISTALANDIA DO PIAUI	1597	256	42,24 %
CRISTINO CASTRO	2255	109	10,43 %
CURIMATA	2389	736	63,28 %
CURRAIS	958	561	84,87 %
CURRAL NOVO DO PIAUI	855	175	27,6 %
CURRALINHOS	902	0	0 %
DEMERVAL LOBAO	3286	531	35,03 %
DIRCEU ARCOVERDE	1573	309	34,8 %
DOM EXPEDITO LOPES	1630	234	28,43 %
DOM INOCENCIO	2186	1028	82,9 %
DOMINGOS MOURAO	962	69	11,33 %
ELESBAO VELOSO	4183	1405	59,56 %
ELISEU MARTINS	1108	240	51,95 %
ESPERANTINA	8639	3118	72,66 %
FARTURA DO PIAUI	1098	157	23,97 %
FLORES DO PIAUI	1124	462	83,85 %
FLORESTA DO PIAUI	660	357	97,54 %
FLORIANO	14552	1145	27,53 %
FRANCINOPOLIS	1543	874	94,69 %
FRANCISCO AYRES	1295	0	0 %
FRANCISCO MACEDO	586	341	94,99 %
FRANCISCO SANTOS	1885	943	93,18 %
FRONTEIRAS	2567	899	68,78 %
GEMINIANO	1237	642	81,47 %
GILBUES	2368	626	47,82 %
GUADALUPE	2660	438	36,02 %
GUARIBAS	1005	391	74,19 %
HUGO NAPOLEAO	993	315	51,81 %
ILHA GRANDE	2053	311	29,4 %
INHUMA	3792	1502	80,02 %
IPIRANGA DO PIAUI	2189	1168	86,07 %
ISAIAS COELHO	1836	869	70,02 %
ITAINOPOLIS	2928	1301	79,57 %
ITAUEIRA	2776	809	89,59 %
JACOBINA DO PIAUI	1420	660	80,49 %
JAICOS	4140	1076	48,93 %
JARDIM DO MULATO	1025	0	0 %
JATOBA DO PIAUI	1124	240	33,01 %
JERUMENHA	1144	155	99,36 %
JOAO COSTA	679	113	27,49 %
JOAQUIM PIRES	3019	0	0 %
JOCA MARQUES	1006	667	98,67 %
JOSE DE FREITAS	7607	11	0,3 %
JUAZEIRO DO PIAUI	1061	0	0 %
JULIO BORGES	1171	79	12,5 %
JUREMA	998	587	99,83 %
LAGOA ALEGRE	1132	930	99,79 %
LAGOA DE SAO FRANCISCO	1335	0	0 %
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	1059	597	84,08 %
LAGOA DO PIAUI	835	1	0,24 %
LAGOA DO SITIO	1071	473	65,97 %
LAGOINHA DO PIAUI	610	297	82,73 %
LANDRI SALES	1572	510	85,86 %
LUIS CORREIA	5730	1054	65,06 %
LUZILANDIA	5846	0	0 %
MADEIRO	1505	767	99,74 %
MANOEL EMIDIO	1241	657	82,75 %
MARCOLANDIA	1690	0	0 %

MARCOS PARENTE	1125	487	85,29 %
MASSAPE DO PIAUI	1504	325	39,68 %
MATIAS OLIMPIO	2259	1413	99,86 %
MIGUEL ALVES	6704	2149	63,41 %
MIGUEL LEAO	350	0	0 %
MILTON BRANDAO	1521	347	54,91 %
MONSENHOR GIL	2620	1285	92,11 %
MONSENHOR HIPOLITO	1894	1060	99,81 %
MONTE ALEGRE DO PIAUI	2272	4	0,32 %
MORRO CABECA NO TEMPO	1011	92	21,96 %
MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	1324	421	44,88 %
MURICI DOS PORTELAS	1388	797	99,87 %
NAZARE DO PIAUI	2085	603	55,27 %
NOSSA SENHORA DE NAZARE		362	58,11 %
NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	973	0	0 %
NOVA SANTA RITA	1752	185	26,39 %
NOVO ORIENTE DO PIAUI	1013	294	56,98 %
NOVO SANTO ANTONIO	1750	428	97,94 %
OEIRAS	734	2739	59,63 %
OLHO D'AGUA DO PIAUI	8985	0	0 %
PADRE MARCOS	627	732	69,32 %
PAES LANDIM	2039	439	77,43 %
PAJEU DO PIAUI	980	289	59,47 %
PALMEIRA DO PIAUI	752	0	0 %
PALMEIRAIS	1196	410	28,98 %
PAQUETA	3202	363	90,98 %
PARNAGUA	1144	0	0 %
PARNAIBA	2077	63	0,56 %
PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	34857	622	98,73 %
PATOS DO PIAUI	1035	481	58,02 %
PAU DARCO	1513	363	85,21 %
PAULISTANA	0	433	19,5 %
PAVUSSU	4348	497	77,66 %
PEDRO II	998	1291	24,36 %
PEDRO LAURENTINO	8651	0	0 %
PICOS	467	1862	25,07 %
PIMENTEIRAS	18661	388	29,46 %
PIO IX	2852	21	0,84 %
PIRACURUCA	4254	566	17,17 %
PIRIPIRI	6378	3230	48,8 %
PORTO	15704	265	17,49 %
PORTO ALEGRE DO PIAUI	2279	202	77,99 %
PRATA DO PIAUI	576	0	0 %
QUEIMADA NOVA	781	241	20,34 %
REDENCAO DO GURGUEIA	2042	57	7,35 %
REGENERACAO	1747	69	2,89 %
RIACHO FRIO	4723	0	0 %
RIBEIRA DO PIAUI	950	452	71,41 %
RIBEIRO GONCALVES	921	116	20,83 %
RIO GRANDE DO PIAUI	1311	719	87,47 %
SANTA CRUZ DO PIAUI	1584	729	99,18 %
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	1540	0	0 %
SANTA FILOMENA	780	0	0 %
SANTA LUZ	1386	711	95,69 %
SANTA ROSA DO PIAUI	1137	6	0,82 %
SANTANA DO PIAUI	1345	429	68,97 %
SANTO ANTONIO DE LISBOA	1138	463	65,95 %
SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	1410	0	0 %
SANTO INACIO DO PIAUI	448	212	42,48 %
SAO BRAZ DO PIAUI	912	469	74,68 %
SAO FELIX DO PIAUI	1805	327	81,14 %
SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	909	0	0 %
SAO FRANCISCO DO PIAUI	887	304	39,02 %

SAO GONCALO DO GURGUEIA	1655	342	90,48 %
SAO GONCALO DO PIAUI	559	667	98,67 %
SAO JOAO DA CANABRAVA	1153	458	69,08 %
SAO JOAO DA FRONTEIRA	1157	290	43,81 %
SAO JOAO DA SERRA	1087	934	92,66 %
SAO JOAO DA VARJOTA	1627	91	15,02 %
SAO JOAO DO ARRAIAL	1062	726	95,15 %
SAO JOAO DO PIAUI	1359	270	11,13 %
SAO JOSE DO DIVINO	4736	0	0 %
SAO JOSE DO PEIXE	1208	195	36,25 %
SAO JOSE DO PIAUI	930	1022	97,61 %
SAO JULIAO	1690	0	0 %
SAO LOURENCO DO PIAUI	1597	753	100 %
SAO LUIS DO PIAUI	1171	347	86,1 %
SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	627	0	0 %
SAO MIGUEL DO FIDALGO	542	414	95,83 %
SAO MIGUEL DO TAPUIO	706	1396	44,69 %
SAO PEDRO DO PIAUI	4543	1517	93,87 %
SAO RAIMUNDO NONATO	3354	1693	49,82 %
SEBASTIAO BARROS	7374	298	68,04 %
SEBASTIAO LEAL	1020	181	45,94 %
SIGEFREDO PACHECO	942	528	53,28 %
SIMOES	2277	23	1,08 %
SIMPLICIO MENDES	3236	981	75,93 %
SOCORRO DO PIAUI	2862	195	38,31 %
SUSSUAPARA	1161	706	90,75 %
TAMBORIL DO PIAUI	1328	250	76,92 %
TANQUE DO PIAUI	564	355	98,89 %
TERESINA	612	34	0,09 %
UNIAO	189181	2585	47,21 %
URUCUI	9681	838	45,22 %
VALENCA DO PIAUI	4406	1897	69,82 %
VARZEA BRANCA	5393	760	95,36 %
VARZEA GRANDE	1220	483	99,59 %
VERA MENDES	1318	357	62,2 %
VILA NOVA DO PIAUI	808	447	98,68 %
WALL FERRAZ	977	0	0 %